Cinco mil anos de tensões urbanas pgs. 28 a 30 · **Estafetas contra a precariedade** pgs. 31 a 33 · **Leituras baldias** pgs. 45 e 46

mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 20
MAIO-JULHO 2018
TRIMESTRAL / ANO VI
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTOR: GUILHERME LUZ

Págs. 5 a 16

PARA LÁ DO FUMO, ANTES QUE O FOGO VOLTE

Há um interior que arde todos os dias. Depois da tragédia dos incêndios, há desânimo, mas igualmente histórias de resiliência. De florestas e gentes que renascem das cinzas, para se reencontrarem na entreajuda e num sentido de comunidade com a natureza.

A febre do Lítio e os conflitos com a mineração

pgs. 20 e 21

A população da Aldeia de Barco uniu-se e saiu às ruas contra a mina

Cooperativa Minga

pg. 2

Economia de proximidade e autonomia em Montemor-o-Novo

Grécia

pgs. 17 a 19

O Estado deixou de garantir muitos serviços essenciais mas a auto-organização não se fez esperar

Maio Maduro Maio

pgs. 38 e 39

Nos 50 anos do Maio de 68, dois testemunhos de análise e crítica

Em Montemor-o-Novo há uma cooperativa que vai do prato à casa

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

A Cooperativa Integral Minga, em Montemor-o-Novo, promove uma economia de proximidade e é plataforma de movimentos locais autónomos nas áreas do ambiente, habitação, alimentação, educação, saúde e energia. Falámos com o Jorge Gonçalves sobre a cooperativa e alguns dos seus projetos.

Como aparece a Minga e porquê uma cooperativa integral?

Houve o Fórum de Cooperativas em Montemor-o-Novo em 2014 e chegou-se à conclusão de que havia coisas comuns que afetavam agricultores, artesãos e prestadores de serviços. Inspirados na experiência brasileira do Banco de Palmas e na Economia Solidária, pensámos em fazer alguma coisa que fosse nessa mesma direção, de apoio a pequenas atividades em substituição do consumo de produtos que vêm de fora, para gradualmente serem produzidos localmente, começando pelos bens de primeira necessidade. Mas o conceito de cooperativa integral aparece porque a ideia é abranger tudo o que é necessário para o nosso dia-a-dia, é estarmos no controlo daquilo que consumimos, dos meios de produção e de como as coisas são produzidas.

Há ressonância com a revolução integral de que fala, por exemplo, a Cooperativa Integral Catalã?

Não considero que tivéssemos grande proximidade histórica ou ideológica com o movimento da revolução integral. Quando fui ao encontro das cooperativas integrais em Moleras, fiquei muito desiludido. O método de assembleia e de decisão coletiva lá praticado… não nos revemos. Não temos de discutir tudo sobre o que toda a gente faz, nem tudo tem de ser decidido centralmente. Há momentos em que partilhas as dificuldades ou as necessidades que tens, ou os projetos que estás a querer desenvolver. Mas não tem de estar toda a gente a dar a sua opinião sobre o projeto de cada pessoa, porque tomou ou não certa decisão, desde que não vá contra certos princípios base. Nesse sentido, parece-me que somos um bocado diferentes da abordagem que eles tentam por lá.

Como decidiram organizar-se?

Quando começámos éramos poucos, éramos 8. Era um grupo de afinidade, que estava comprometido e que sempre se manteve solidário com o projeto, mas com uma limitação muito grande de tempo para dar. E depois não havia ainda uma ideia do que as coisas eram. Não havia dinheiro, uma estrutura. No início – e isto é uma reflexão que tenho cada vez mais como uma aprendizagem – eu não era produtor de nada. Eu não estava a criar uma cooperativa para ser cooperante. Eu estava a fazer uma cooperativa porque achava que podia resolver o problema das pessoas, numa espécie de assistencialismo. E isso pervertia. Não é isso que deve ser.

> O que está a ser interessante em termos de construção coletiva é que há conversa sobre os problemas, desde a secção agrícola, que tem muitas alfaces e não sabe o que lhes há-de fazer, à habitação

Como é que deve ser?

No último ano começou a aparecer gente que não estava ligada a nós afetivamente, mas que chegou à cooperativa porque precisava. Temos reuniões mensais tipo «mesa posta», trazemos comida, jantamos, às vezes há crianças, e conversamos. Estamos organizados em secções autónomas – agricultura, comercialização, serviços e habitação. E tens os associados das secções, que tomam as decisões. Agora somos cerca de 30, realmente ativos. O que está a ser interessante em termos de construção coletiva é que há conversa sobre os problemas, desde a secção agrícola, que tem muitas alfaces e não sabe o que lhes há-de fazer, à habitação, porque se quer organizar um encontro. Comunicas o que te afeta, no teu projeto autónomo, e partilham-se ferramentas de ação. Porque o problema é: as pessoas notam que alguma coisa não está bem na vida delas, na sua estrutura social, e estão à procura de outras coisas. Vão para um encontro e têm um debate, mas não têm coisas concretas que possam fazer. O que estamos agora a começar a experienciar nos últimos meses é muitas pessoas a tomarem conta de coisas. Pelo menos até agora, nunca votámos decisões. As coisas são faladas.

A Minga toma agora conta de uma horta própria?

Uma das nossas produtoras ia deixar de produzir, então arrendámos-lhe o terreno. O que mais nos moveu no início foi a questão alimentar. Somos uma comunidade rural, podemos ser um base de sustento, criar salários e ter a terra ocupada com mais do que ovelhas. Já há mais de um ano que abastecemos uma cantina escolar, e a partir de abril vamos poder abastecer outra. Eu já tinha brincado à agricultura, mas nunca tinha lidado tão de perto com a produção. Saber o quanto custam as coisas, o tempo que demoram a crescer de inverno, como escoas, se acertas na escala, se as coisas espigam antes do tempo. O que mais me espantou é que o maior custo é a apanha. Eu tenho um certo vício de economista, 'quantas alfaces consigo apanhar numa hora?', se eu estiver a fazê-lo, estou a contar. E há uma série de problemas que assim nos passaram a ser mais próximos, e coletivos, porque depois falamos deles.

E o que se tem feito na área da habitação?

Acima de tudo, queremos pensar uma alternativa de atribuição de direitos de propriedade. De a propriedade poder ser atribuída ao uso, ou haver uma forma de a gerir coletivamente, através de entidades como cooperativas, por exemplo – não como fizeram as cooperativas de habitação a partir dos anos 90, em que a lógica foi as pessoas construírem as casas através da cooperativa, mas, depois de pagarem a casa, venderem-na ao preço que queriam. Para quebrar isso, é importante que não seja atribuído o direito de propriedade absoluto: podes viver lá o tempo que queres, podes fazer obras, podes passar a casa aos teus filhos e um dia que saias da casa podes ser ressarcido do investimento que fizeste, mas não podes vendê-la ao preço que quiseres. Criámos um projeto para a construção de raiz, em Montemor, de um conjunto de casas habitáveis. Se tiveres uma casa nova por 30 000, não vais comprar uma ruína por 60 000. Esse conjunto de casas faria rebentar a bolha imobiliária e, assim, poder-se-ia começar a comprar as ruínas do centro histórico e a reabilitá-las. Agora houve um encontro com a Comissão para a Lei de Bases da Habitação em que estruturámos uma proposta que envolve esta questão, do direito de uso, articulada com a ideia do microcrédito. Se a alternativa é subsidiar rendas, isso aumenta a bolha, porque estás a injetar mais dinheiro no mercado – é o mesmo com o Rendimento Mínimo Incondicional. Nós aqui criaríamos um fundo de microcrédito e as pessoas iriam pagando de volta. Em última análise, se o problema da habitação estivesse resolvido em 50 anos, teria custado 0.

A longo prazo, vês o Estado sempre implicado na resolução destes problemas?

Não. Estas propostas de que falamos não precisam do Estado em si mesmo. O que me parece é que o nível de investimento é realmente muito elevado para um grupo informal de famílias. Se agora reuníssemos 1 milhão de euros emprestados, fazíamos casas para 40 pessoas, até porque podes devolver o dinheiro a quem to emprestou – uma espécie de Coopérnico[1] para a habitação. O melhor prémio para dar num sistema desse género, como faz a Coopérnico, é oferecer uma boa taxa de juro. Há poupança da parte de quem empresta. E não é impensável daqui a 3 ou 5 anos termos estrutura coletiva para isso.

NOTAS

1 Coopérnico é uma cooperativa portuguesa para a produção e distribuição de energias renováveis. Os membros têm a possibilidade de investir na cooperativa, ajudando a financiar pequenas centrais de produção de energia, recebendo por esse investimento um retorno através de taxas de juro.

No ponto G de todo o movimento passado e futuro, se nos colocarmos do lado dos vivos. No cerne do cancro que, por si só, pode corroer um sistema até ao fim, se olharmos do ponto de vista da máquina. Volto a ouvir uma jornalista da France Culture que, no seu relato da situação em Notre Dame des Landes, não se cansava de repetir a frase «desde que eles regularizem a sua situação individualmente». E de repente vejo com uma clareza total o que até aqui só pensava nebulosamente: aqui, isto não pertence a ninguém. Não há nomes nem mentores. Não há funções atribuídas de forma imutável nem regularizações individuais. Ponto cego para o capitalismo que o faria perder a cabeça se tivesse um coração, se fosse um ser; ponto central, ângulo morto, ponto de viragem completo.

Amanhã, hoje, ontem, seja qual for o projecto, enquanto não atravessarmos este espelho, não pusermos a questão da autogestão, da não-hierarquia e da propriedade individual, nada de fundamental mudará. Nunca.

Amanhã, 16 de Abril, na France Inter, uma Camille, da Zad, dirá tudo com uma simplicidade extrema: «habitamos este território de uma maneira múltipla. De manhã, podemos ir mugir as vacas, depois, organizar um banquete numa estalagem com quem trabalhamos, à tarde, ocupar-nos da biblioteca. As actividades são inextricáveis.»

Viva a inextricabilidade da vida na vida, vivam as Zads do mundo inteiro, que, saibam-no ou não alguns, queiram-no ou não alguns, existiram, existem e existirão.

Domingo, 15 de Abril de 2018

Testemunho de Gaëlle – texto completo em jornalmapa.pt – na semana em que o estado francês decidiu destruir brutalmente a experiência colectiva na ZAD, desalojando os locais onde a luta contra a construção do aeroporto saiu vitoriosa. Nesses bosques ergueram-se, entre habitantes, apoiantes, agricultores, vizinhas, jovens e anciãs, diversas práticas colectivas e autónomas. Aquilo que tanto amedronta o estado pela liberdade que representa.

Val K

Caso Tarnac: O fim duma farsa

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

A 11 de Novembro de 2008, alguns helicópteros e uma centena de polícias antiterroristas dirigiram-se à região de Tarnac, em França, para deter seis pessoas que viviam numa comunidade libertária. Uma operação similar deteve mais quatro, em Rouen. A razão seria a sabotagem das catenárias das vias ferroviárias de várias zonas, durante a noite de 7 para 8 de Novembro anterior, aquando da passagem dum comboio com resíduos nucleares, o famoso Castor, que sofreu contestação em vários locais do seu trajecto. Uma sabotagem que causou danos e interrupções importantes. *A Insurreição que vem*, um livro lançado pouco antes pelo Comité Invisível, seria a prova máxima do envolvimento neste e noutros actos de sabotagem. Foram detidos e acusados de associação criminosa relacionada com empresa terrorista.

Michèle Alliot-Marie, ministra do Interior do governo de Sarkozy, felicitou-se pela captura destes perigosos terroristas pertencentes ao «movimento anarco-autónomo». O juiz antiterrorista Thierry Fragnoli disse em conferência de imprensa que o grupo estava prestes a matar por razões políticas. Os acusados foram detidos enquanto criminosos políticos e terroristas. Alguns foram libertados rapidamente, outros ficaram vários meses. Julien Coupat, acusado de ser o cabecilha do grupo, acabou por ficar mais de seis meses preso, até que a gritante inconsistência do caso provocou a sua libertação. Apesar disso, ficaram submetidos a regras rígidas de não-associação e com os movimentos restringidos a uma pequena área geográfica.

Em Abril passado, quase 10 anos depois, nenhum dos acusados foi considerado culpado de sabotagem, motim ou conspiração. As acusações de terrorismo já tinham caído em 2015. Christophe Becker foi condenado a seis meses de liberdade condicional por posse de identificação falsa e uma multa de 500 euros por se recusar a dar uma amostra de ADN às autoridades. Julien Coupat e Yildune Lévy também foram considerados culpados de se recusarem a dar o seu ADN, mas não tiveram pena associada. A sua relação com o Comité Invisível nunca foi assumida ou provada.

A derrota da acusação é a consequência lógica dum processo tosco que pretendia fazer equivaler luta social a terrorismo. Falhou também porque os acusados se mantiveram unidos, lúcidos e conscientes de que não se deixariam calcar. Mas este processo de criação dum monstro em cada anarquista, que por cá se reflecte na diabolização da publicação de jornais e da apresentação de livros no Relatório Anual de Segurança Interna, é um processo que se mantém e intensifica. Nesse mesmo relatório, por outro lado, pode ler-se nas entrelinhas que a estratégia para controlo e enfraquecimento do movimento anarquista passa pelo aumento das detenções e das condenações de militantes. Para que se saiba.

CODEDI Vive

Adolfo Mexiac

CARMEN MIRANDA

No passado dia 15 de Março uma brigada internacional lançou um comunicado de solidariedade relativo ao mais recente ataque sofrido pelo «Comitê pela defesa dos direitos indígenas» (CODEDI) de Oaxaca, México, do qual resultaram 3 mortos.

Segundo o comunicado, «no passado dia 12 de Fevereiro um grupo de Sicários a bordo duma Chevrolet verde, abalroou uma carrinha onde viajavam 5 integrantes do CODEDI, metralhando-a com armas de assalto. Neste atentado foram assassinados Alexandro Diaz Cruz de 42 anos, Ignacio Basilio Ventura Martinez de 17 anos e Luis Angel Martinez de 18 anos, atingidos por balas de AR-15, uma arma de uso exclusivo das forças armadas. Sobreviveram ao ataque Emma Martinez, integrante do CODEDI, e Abraham Ramirez Vázquez, coordenador geral da organização. Ainda que já tenham sido iniciadas as investigações por parte do ministério público do Estado de Oaxaca, após 5 semanas ainda não houve qualquer resultado. O Governo de Alejandro Murat (actual governador de Oaxaca) ainda não se pronunciou em relação à agressão, o que leva o CODEDI e muitas outras organizações, a acusar o governo estatal de cumplicidade com o crime e de omissão de informação. Naquele dia os activistas tinham-se deslocado a uma reunião com funcionários do Governo Estatal de forma a discutir o conflito pós-eleitoral no município de Santiago de Xanica. Ao sair desta reunião, no caminho de regresso à comunidade, foram alvo duma emboscada.»

Este ataque vem na sequência duma escalada repressiva iniciada nos anos 90 contra este movimento que desde essa altura luta pela defesa do território e pela autonomia popular em 48 comunidades das regiões Sierra Sur, Istmo, Valles Centrales e da Costa do Estado de Oaxaca.

«O historial de violência contra a organização é longo assim como é o da luta do CODEDI, que ao longo dos anos foi expandindo a sua acção pelas comunidades do estado. Em 2005 a organização foi alvo de criminalização e a repressão violenta que se abateu sobre ela levou à detenção de Abraham Ramirez Vásquez, Juventino e Noel Garcia Cruz assim como à invasão da aldeia por parte da polícia, que resultou numa morte e vários feridos. Após ser conseguida a libertação dos companheiros presos, 6 anos e 3 meses após os acontecimentos, fortaleceu-se o processo organizativo, o que em 2013 levou à ocupação de mais de 300 hectares de terra para a criação de um centro de capacitação na Finca Alemania (uma antiga quinta cafeeira) na região de Huatulco.

Este ataque vem na sequência duma escalada repressiva iniciada nos anos 90 contra este movimento que desde essa altura luta pela defesa do território e pela autonomia popular

Na defesa do seu território o CODEDI tem vindo a lidar com várias ameaças. A implementação do complexo turístico *Bahias de Hucatulco* implicou a expropriação de milhares de hectares de praias e selva, assim como das várias fontes de água das comunidades, desviadas para uso e consumo dos grandes hotéis. Outro perigo iminente surgiu com o aparecimento durante este último ano, de grupos *Lenhadores* ligados ao crime organizado e, de acordo com testemunhos da organização também com ligação às autoridades governamentais. A exportação para o Japão e China de uma madeira preciosa, de uma árvore conhecida como Granadilho *(Platymiscium yucatanum Standl*), usada para acabamentos finos de carros de luxo, provocou uma devastação de bosques na Sierra Sur. Perante a incursão, muitas vezes armada, dos Lenhadores em território da organização, a resposta de CODEDI tem sido de defesa e a manutenção dos bosques e selvas dos lugares onde existe a organização comunitária.»

Ler o comunicado na integra em https://bit.ly/2rLnJIX

Podcasts do Jornal MAPA
“Violência policial no Pendão”
“Sobre a ocupação na Palestina”
“E depois da carga policial?”
“Entrevista com a Faircoop”
“A C.O.S.A fica!”
“Cuecas quentes”
ouve no youtube e no soundcloud

A tragédia dos incêndios virou todos os olhares para a floresta. Para lá da discussão das espécies que se plantam, tornou-se evidente que se olha para um território vendido a corporações industriais que ditam à distância a vida nas aldeias, serras e florestas. Para quem sempre aí viveu, ou agora aí chegou, urge questionar as formas de viver e repensar os modos de gestão e produção agrícolas e silvícolas. Testemunhos e reflexões que são um apelo na presente edição do MAPA.

PARA LÁ DO FUMO: NOTAS SOBRE O FOGO E O TERRITÓRIO

JOÃO GOMES
JPENGOMES@GMAIL.COM
JOSÉ CARVALHO
JOSE.CARVALHO@JORNALMAPA.PT
FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
FOTOS: **ANDRÉ PAXIUTA**
(SOUL FRAMES COLLECTIVE - WWW.SOULFRAMES.ORG)

Incêndios. Floresta. Não faltam escritos sobre o assunto: mais à esquerda textos sobre o eucalipto e a monocultura, mais à direita teorias atrás de teorias sobre os lobbies dos bombeiros e do combate aos fogos ou sobre os tolos que gostam de deitar fogo ao monte e não têm uma moldura penal que os castigue. Por entre as explosões emotivas, custa encontrar fios condutores de um pensamento crítico e perspectivas de longo prazo.

Ecologistas vão apontando a alteração dos ecossistemas, a problemática da gestão das florestas (e donde vem esta ideia de floresta). Pelo caminho temos um ex-primeiro ministro a dizer que o eucalipto «é a árvore que menos arde»[1], o dono do grupo SEMAPA (grupo administrador dos cimentos da Secil e da celulose da Navigator) a entrar na lista dos 10 portugueses mais ricos de 2017[2] e as mesas de café e as salas de estar incendiadas por espectáculos televisivos que em directo do interior pedem o linchamento dos pirómanos como resolução única e catártica do problema. A discussão tornou-se uma guerra político-partidária onde, entre a desresponsabilização e arremesso de acusações, se tenta salvar a face com medidas precipitadas, na esperança que os votantes vejam nisso sinais de acção: acção imediata, célere mail ameaçando às cegas, inacção previsível que pouco ou nada contribui para uma resolução real do problema. Centraliza-se o problema no combate, que dá dinheiro a muita gente; diaboliza-se uma árvore e não a forma como se usa e abusa dela, não ferindo o elogio económico da indústria monopolista das celuloses; culpabiliza-se uma população incutindo-lhe violentamente a obrigação de limpar terrenos numa suposta solução de prevenção, que fez correr rios de dinheiro para umas tantas empresas, desresponsabilizando outras tantas estruturas dessa incumbência.

A complexidade da coisa aporta um relativismo profundo sobre tudo: a culpa é de todos, a culpa não é de nada em particular, baralha e volta a dar. Para abordar este polvo não parece haver outro meio que não seja meter um grão de areia na engrenagem: reconfigurar a forma como se olha a paisagem que nos rodeia. Essa paisagem que nos dizem não ser um ser vivo mas uma mercadoria para a qual não devemos olhar a longo prazo.

NÃO ESTAMOS A SALVAR AS FLORESTAS OU ALGUMAS ESPÉCIES DA FLORESTA AUTÓCTONE, ESTAMOS A SALVAR-NOS A NÓS

Tal como Jorge Paiva chamou a atenção no primeiro debate promovido pela Aliança pela Floresta Autóctone, no Porto em Março, várias vozes críticas andam há anos a pregar no deserto e foi preciso uma tragédia para se fazerem ouvir. Há gente que se move para desmatar eucaliptos e repensar o monte, num movimento que mexe com a dita neo-ruralidade, ou gente da velha-ruralidade trazendo ao de cima a memória de algumas lutas[3], e de antigas praticas, procurando ver a ruralidade mais como uma vivência em construção do que como uma cartilha académica de conceitos, uma bolsa de valores financeira ou uma aspiração *new age* das redes sociais.

Não está nos relatórios encomendados: esta situação levou a população à reflexão e ao questionar das formas de viver, a repensar métodos produtivos agrícolas e silvícolas, a reequacionar a relação entre o meio natural e o humano e, principalmente, a tomar consciência que têm antes de mais que se juntar com os vizinhos, organizando-se e trabalhando em conjunto, sem contar com o ámen do Estado.

Está nos relatórios: as conclusões quase unânimes no que toca à maior eficácia em direccionarem mais esforços na prevenção do que no combate. Mas a aposta no combate aos incêndios absorveu 213,5 milhões de euros entre 2001 e 2016, enquanto a prevenção apenas absorveu 72,6 milhões de euros no mesmo período[4]. A questão tem de ser abordada de diferentes

prismas e não só desde o problema directo dos incêndios. Cada caso é um caso e não existem soluções perfeitas nem únicas para todas as situações.

OS FOGOS QUE ARDEM

Há que aprofundar o conhecimento dos incêndios para melhor saber lidar com eles. Abundam os dados: o espaço florestal ocupa dois terços do território continental, 5,4 milhões de hectares, maioritariamente privados. Nos últimos 25 anos arderam 2,7 milhões de hectares de área florestal. Em Portugal há 1488 incêndios por milhão de pessoas. Em França, esse valor é de 55, na Grécia de 77, em Itália de 83 e em Espanha, o segundo país com mais ocorrências, de 246. Entre 2011 e 2017, 59% dos incêndios não foram investigados, 14% tiveram causa desconhecida e apenas 27% têm causa conhecida[5].

O fogo não é estranho à natureza. É uma componente essencial na dinâmica dos ecossistemas florestais mediterrânicos, nomeadamente contribuindo para um rejuvenescimento da vegetação e limpeza de espécies com carácter mais invasivo, razão pela qual a vegetação mediterrânica adquiriu diversos mecanismos para sobreviver após o fogo. O mesmo acontece com alguns animais: determinadas espécies de aves dependem da ocorrência de incêndios para encontrar habitats adequados aos seus requisitos. A vegetação e a meteorologia são condições intrínsecas a cada local, as fontes de ignição são sobretudo causadas por actividade humana. Por isso em determinados ecossistemas os fogos são frequentes, como nos matagais mediterrânicos com os seus Verões quentes e secos.

Por outro lado o fogo é um factor negativo para os habitats se a sua frequência for elevada, se abre caminho a espécies exóticas invasoras, prejudicando a dinâmica hidrológica, aumentando as emissões de CO2 ao mesmo tempo que reduzem a capacidade de recolha de carbono atmosférico, e condicionando as actividades humanas no território. Um dos aspectos importantes a destacar é o impacto do número de incêndios versus a dimensão dos mesmos. Aqui as opiniões são mais consensuais: o problema não é tanto haver 30 000 fogos, mas sim haver fogos de 30 000 hectares.

O PROBLEMA DAS MONOCULTURAS

Num dos muitos estudos sobre a questão da incidência preferencial dos fogos[6] uma das conclusões é a da utilidade da fragmentação das grandes manchas florestais com áreas agricultadas, para compartimentar a paisagem. A ocupação contínua resultante das monoculturas tanto de Eucalipto como de Pinheiro existente em Portugal, onde nem as linhas de água com a sua vegetação própria são respeitados, cria um claro potencial para grandes incêndios. Destaca-se ainda que as zonas onde mais arde têm números bastante inferiores de fogos, só que o abandono rural, a uniformidade da paisagem florestal e o clima favorecem a ocorrência de incêndios de grandes dimensões.

A contra argumentação que afirma que os eucaliptais das celuloses, geridos intensamente, têm taxas de prevalência do fogo menores de que um quarto da média do país, em oposição aos eucaliptais do minifúndio, concorre apenas para uma defesa desse território industrialmente uniformizado e esvaziado do elemento natural e humano. O país que arde é esse espaço espartido de pequenos proprietários onde a indústria da celulose só se preocupa com a matéria prima que pode adquirir, e os donos dessas terras, na maioria ausentes, apenas almejam lucro imediato. Esta defesa da monocultura mantém o problema da redução da biodiversidade e promove as terríveis consequências ambientais e sociais que tal acarreta.

Esta defesa da monocultura mantém o problema da redução da biodiversidade e promove as terríveis consequências ambientais e sociais que tal acarreta

Monocultura entenda-se é o ordenamento do território de uma forma puramente económica e desinteressada no tempo. Quando estas terras já não forem produtivas, o mercado passa a comprar noutro lado, como no Brasil ou em África, onde se começa a apostar em escala nesta cultura do eucalipto. E aqui surge um outro aspecto intrínseco ao eucalipto, a sua rentabilidade futura e a pegada na paisagem. Após o lucro rápido com o primeiro corte aos 10/12 anos, para que depois possam manter os mesmos valores produtivos é necessário uma manutenção custosa e técnica que os particulares dificilmente assumem, tornando-se ainda mais reféns do mercado monopolizado das celuloses, que, apesar dos seus enormes lucros, tem mantido em baixa os preços de mercado, comparáveis com os de há 30 anos. Neste cenário de gestão e mercado, os pequenos e médios produtores florestais, actuando de forma isolada, não obtêm rendimentos para fazerem a chamada "gestão activa" da floresta e rapidamente acabam com as culpas no cartório enquanto "responsáveis" pelos incêndios florestais, sem olhar à engrenagem instalada que os tem como meros peões descartáveis. Quando ao fim do 3º corte a venda da madeira deixa de ser rentável os campos são abandonados, mas os eucaliptos irão continuar a rebentar de touça e os matos a proliferar, agravando o potencial de risco de incêndio. A área florestal portuguesa tem cerca de 100 mil hectares abandonados de eucalipto[7]. A reconversão destas áreas é possível mas no panorama actual não é rentável, implicando na maioria dos casos investimentos mais dispendiosos que o lucro que deles se obteve.

O ponto de viragem neste ordenamento do território parece eternamente bloqueado por uma a realidade pouco noticiada: são 40 milhões, o número dos eucaliptos prontos a serem plantados nas florestas portuguesas segundo um relatório divulgado em Abril deste ano pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, antecipando-se assim à nova e propalada legislação que diz pretender restringir a expansão da área de eucalipto[8].

Apontamos como problema central a monocultura do eucalipto e do pinheiro, mas o que se propõe como alternativa? Por um lado diversificar localmente no terreno o que plantar. Por outro perceber que mais grave do que as espécies que se plantam, são os modos de gestão e produção que dependem das corporações industriais que ditam à distância a vida nas aldeias, serras e florestas.

A FLORESTA AUTÓCTONE

Para se minimizar os impactos negativos dos incêndios o leque de opções poderia ir desde a completa eliminação da vegetação a uma abordagem que deixe a natureza tratar do assunto. Pelo meio existem diversas formas do homem conviver com o fogo e floresta. Não deveria ser novidade, mas antes bom senso, recordar que a presença de espécies autóctones e o uso de sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais proporcionam bons meios para uma paisagem mais sustentável, mais resiliente ao fogo, necessitando de menores intervenções de gestão humana.

Diversificar as culturas, respeitar as condições do local, do clima e dos solos, permite criar descontinuidades que possam reduzir a intensidade dos incêndios e ao mesmo tempo preservar o património e o bem comum que são a biodiversidade vegetal e animal autóctone, e por sua vez paisagística, do território. Aumentando a resiliência do território aos incêndios e garantindo nesse modo de ocupação diversos usos por parte de todos - produção de lenho, frutos, caça, pastoreio, biodiversidade, fixação de carbono, suporte de turismo e lazer, água e energia etc. - em detrimento de actividades especulativas, e emprobrecedoras para comunidades e ecossistemas, centradas no mercado madeireiro.

A opção "autóctone" tão pouco deveria surpreender no actual estádio antropocénico da nossa passagem pelo planeta, como a opção para travar a acelerada transformação e condenação das nossas paisagens. Quando se fala em espécies autóctones não se está a especificar característica nenhuma, apenas a dizer que é uma planta cuja distribuição natural ocorre num local restrito. Todas as espécies são autóctones de algum lugar. Utilizar uma espécie autóctone de regiões secas do Alentejo numa região húmida do Minho não dará bons resultados. Cada espécie tem as suas potencialidades e as suas limitações. Numas é a humidade atmosférica, noutras a humidade no solo, noutras a temperatura ou a acidez do solo. E não precisamos de ir longe ou sequer ter de recorrer ao mercado para

actuar. A solução está à nossa volta à espera que ponhamos as mãos na terra (ver notas práticas e mapa de "floresta autóctone" nesta mesma edição do MAPA).

Implícita está também uma mudança de atitude perante o menu agro-industrial nos nossos pratos. Os hábitos alimentares podem e devem contribuir na preservação e incentivo à conservação e plantio de espécies autóctones. A globalização e consequente uniformização da alimentação tem contribuído muito para um desinteresse e mesmo perda de conhecimento em alimentos que sempre estiveram disponíveis nas nossas paisagens, como o uso da bolota dos carvalhos, ou dos cogumelos que proliferam nas nossas florestas[9], assim como muitos outros exemplos de alimentos silvestres disponíveis nos nossos ecossistemas. As fruteiras tradicionais são outra boa solução. São espécies que foram seleccionadas durante sucessivas gerações para produzirem mais fruto, maiores, mais saborosos, nutritivos, mais fáceis de colher, mantendo uma grande capacidade de resiliência ao meio, seja a nível do clima, seja da resistência a pragas e doenças.

A grande dificuldade destas paisagens diversificadas e comestíveis, decorre das metas exclusivamente produtivistas e das intenções monopolistas da agro-indústria, que tal como na fileira florestal, comporta aspectos preocupantes. O uso de maquinaria com prejuízo na conservação dos solos; a redução considerável da mão-de-obra e a sua precarização; o maior uso de fertilizantes e pesticidas com obvio prejuízo na biodiversidade e qualidade de aquíferos; a utilização de variedades patenteadas obrigando a uma dependência da sua compra às empresas que as desenvolvem, para nomear apenas alguns.

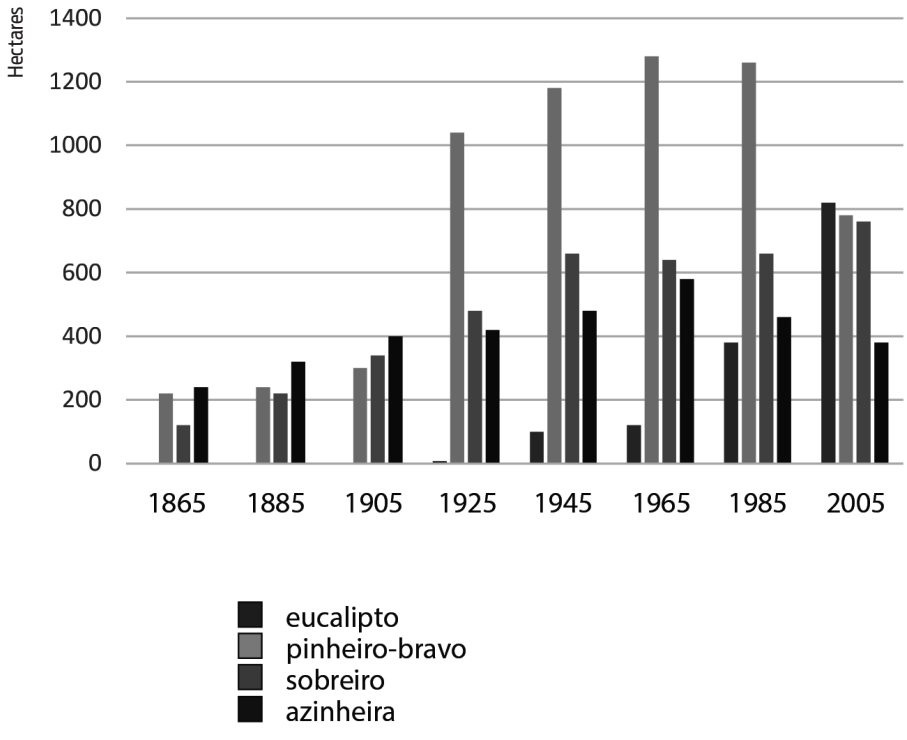
O impacto da simplificação e submissã do sistema florestal e comunitário a estas práticas é grave. A eliminação da vegetação ripícola e das sebes vivas com vista à mecanização das tarefas de produção acarreta diversos impactos negativos na resiliência aos incêndios, configurando mais um passo atrás na resolução de toda esta questão. A vegetação ripícola contribui para a protecção das margens, reduzindo a sua erosão, minimizando o impacto das cheias e aumentando a qualidade da água, as sebes vivas funcionam como barreiras naturais aos incêndios criando microclimas mais frescos e habitats para espécies silvestres, refúgio de animais e aumentando o valor paisagístico do território.

DE QUEM É A FLORESTA?

É de território o que temos vindo a falar, pelo que a questão aqui é social, de como vivemos e queremos viver. Em Portugal a paisagem – e a floresta como construção da mesma – tem essencialmente uma "mão humana". Como outrora, dificilmente comportará hoje grandes áreas dedicadas em exclusivo à natureza.

Este território de ocupação humana milenar assistiu ao abandono de muitas áreas povoadas num curto intervalo de tempo. A acumulação de matos e a falta de gestão das florestas é uma consequência do abandono humano e da gestão agro-silvo-pastoril tradicional, em nome da produção industrial e duma rentabilização cega do território. Nesse cenário o absentismo arrendatário do eucalipto é a regra do jogo.

Provavelmente o mais significativo impulso que a tragédia dos incêndios desencadeou foi não apenas nomear o abandono das terras, por demais conhecido, mas de pautar a reflexão de serem as gentes que por lá habitam a tomar as rédeas dos seus territórios. No entanto caso não haja uma alteração de perspetiva e vivência do território e se mantenha uma lógica puramente produtivista repetir-se-ão erros ano após ano, deixando a possibilidade regenerativa do território cada vez mais distante, hipotecando assim o seu e nosso futuro.



EUCALYPTUS GLOBULUS

Árvore nativa da Austrália, o primeiro eucalipto foi plantado em Portugal nos anos 50 do século XIX. Nas décadas seguintes era plantado quase exclusivamente como árvore ornamental.

No início do século XX ainda eram contados em milhares de pés e não em hectares. Em 1926 surge a primeira fábrica de pasta de papel a usar o eucalipto como matéria prima. A sua presença no território português não parou de crescer desde então, ultrapassando na primeira década do século XXI a cultura do pinheiro-bravo.

Mais grave do que as espécies que se plantam, são os modos de gestão e produção que dependem das corporações industriais que ditam à distância a vida nas aldeias, serras e florestas

NOTAS

1 Diário de Notícias (29/06/2017)

2 Diário de Notícias (26/07/2017)

3 O jornalista Ricardo J. Rodrigues recordou no Noticias Magazine (22.10.2017) como em 31 de Março de 1989, oitocentas pessoas juntaram-se, de forma concertada entre sete ou oito povoações de Valpaços e ecologistas do Porto e Bragança, protagonizando um dos maiores protestos ambientais que alguma vez aconteceram em Portugal. Tal como em dias antes, avançaram para destruir os 200 hectares do eucalipto que a SOPORCEL, arrancando olival, andava a plantar. As forças policiais, mesmo após confrontos, não impediram a acção popular. «Podem achar que somos gente do campo, sem educação nem conhecimento, mas nós cá soubemos defender a nossa terra» recorda um dos participantes nesse artigo.

4 e **5** "Relatório Sobre a Gestão de Incêndios Florestais em Portugal Numa Nova Era", apresentado no dia 20 de Abril, por Mark Beighley, consultor norte-americano, em conjunto com o Instituto Superior de Agronomia.

6 Nunes et al., 2005 (2005) "Land cover type and fire in Portugal: do fires burn land cover selectively?" in Landscape Ecology, 20: 661

7 Comunicado de 9.02.2018 da QUERCUS e da ACRÉSCIMO – Associação de Promoção ao Investimento Florestal

8 Ver artigos em Jornal MAPA: Filipe Nunes "Comer Selvagem" (#17, Jul/Set 2017); P Duarte "A agricultura bio no combate à desertificação capitalista da vida" (#15 Jan/Mar 2017) e Júlio Henriques "A agricultura na grande encruzilhada" (#12, Fev/Abr 2016)

UMA HISTÓRIA DE AUTOGESTÃO NO RENASCER DAS CINZAS

Entreajuda e auto-gestão na zona de Benfeita/Arganil. Da forma como uma vibrante e diversa comunidade de pessoas ali instaladas nos últimos anos tem lidado com o incêndio devastador do ultimo verão (ajudadas regulares, financiamentos colectivos, criação de oficina de ferramentas comunitárias e lojas grátis, jantares populares, etc).

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

Os incêndios do outono passado foram a maior catástrofe de que há memória em Luadas e Benfeita, na Serra do Açor. Foram também um convite às suas habitantes - naturais da região e a recém-chegada comunidade internacional - a cuidar da terra e umas das outras. Na encosta pintada a cinza, entre o canto ensurdecedor do riacho e dos pássaros, sobressai uma *yurt* de chaminé fumegante. Em outubro passado, a casa da Mara foi salva por milagre, entre cinco oliveiras em chamas. Agora o fogo limita-se à salamandra, no aconchego interior. «Lutámos até ao fim», lembra a jovem holandesa, que há três anos se instalou aqui em Luadas, no meio da Serra do Açor, região de Arganil.

Da *yurt* atravessamos as hortas às quais vem dedicando a vida. Até aos incêndios, era das caixas de legumes vendidas semanalmente que tirava um magro rendimento. Descendo o carreiro de enxada às costas, um octogenário de Luadas saúda Mara carinhosamente. «Tens de dar mel às abelhas!», aconselha, face à penúria de flores. «O Senhor Ângelo adoptou-nos. Ensinou-nos tanto! É a pessoa mais generosa e genuína que já conheci».

Pelos vales de Benfeita, rompendo um cerco de monoculturas e desertificação, são cerca de 100 adultos e 40 crianças que se instalaram nos últimos anos, procurando uma vida simples e conectada com a natureza. «Há pessoas da Argentina, Japão, Itália, França... Cada um traz a sua energia, a sua cultura, a sua comida, a sua música... É super colorido», conta Wendy. Mãe solteira com três crianças, trocou em 2010 uma vida de permanentes contas para pagar na Escócia por uma quinta entre Luadas e Benfeita (permaculturinginportugal.net), onde cultiva a sua comida, experimenta com bioconstrução e energias alternativas. «Foi este lugar que me descobriu a mim. Há uma mistura de estrangeiros e jovens portugueses a regressar ao campo, projectos de permacultura e coisas incríveis a acontecer».

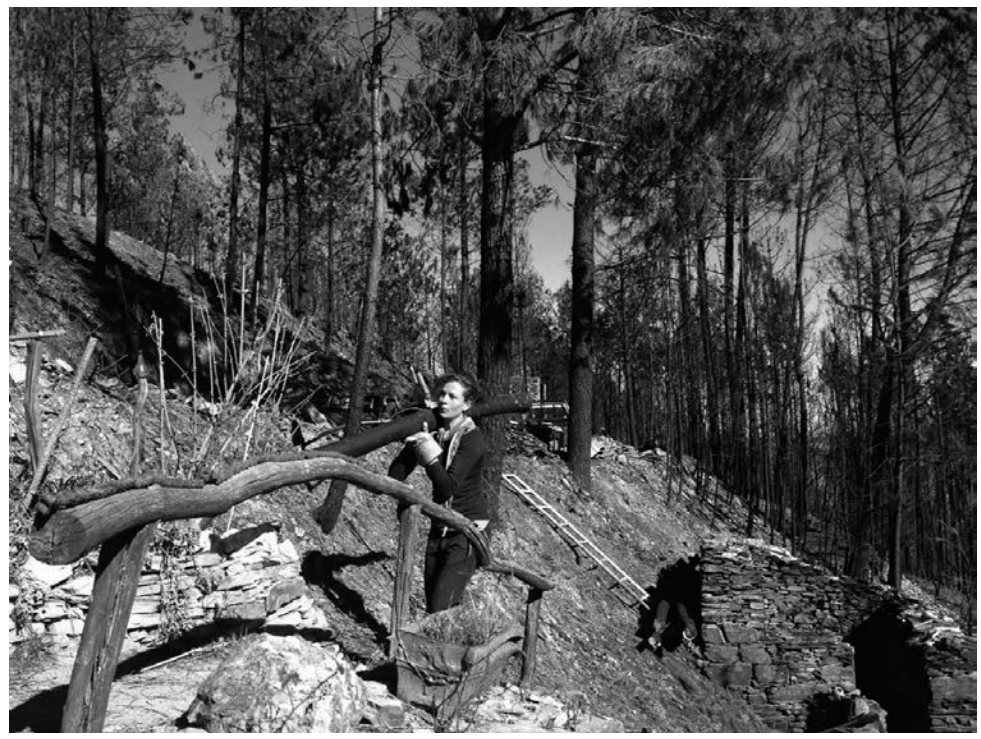
Em outubro, quase todo este inusitado mundo auto-construido em anos de ardor, feito de *yurts* e ruínas reconstruídas, pomares e fornos a lenha, esvaneceu-se em cinzas. Vinte e duas famílias perderam a casa. É caída a noite que Mara ousa dar os seus passeios pelo bosque: «Não vês o queimado». Noventa por cento da floresta, incluindo boa parte do oásis de biodiversidade da Mata da Margaça e quase toda a área agrícola, arderam.

«Mas a natureza vai regenerar-se - e nós vamos ajudá-la». Do tronco chamuscado dos castanheiros, brotam rebentos verdejantes. Da tragédia, germinam as manifestações de solidariedade.

«O fogo traz o melhor e o pior das pessoas». Mara podia falar durante horas sobre o dia do incêndio. A lutar contra as chamas, a revesar-se para os turnos de vigia, a verter lágrimas nos braços uns dos outros - nunca se vira por cá tal fraternidade entre os naturais desta serra e os estrangeiros recém chegados.

«Até aos incêndios, entre nós éramos muito bons a organizar festas, mas não muito mais…», riem-se. Foi de resto graças a um dos festivais que Mara aqui chegou. O tipo de organização - voluntária, orgânica, horizontal, entusiasmada - não é diferente da que está a mover o formigueiro do renascimento de Benfeita.

Com os seus amigos e o apoio das famílias nos países-natal, Mara tem dinamizado uma campanha de *crowdfunding* internacional. Nos vales, três dias por semana, juntam-se em grupos de trabalho para ir de terreno ardido em terreno ardido, ajudar na limpeza e reconstrução. O *crowdfunding* paga um salário diário a cada uma. «Apoiando financeiramente quem trabalha nas ajudadas, permitimos às pessoas ficar. Não gosto da ideia de dar



simplesmente dinheiro. Assim mantém-nos pro-activos, motiva a entre-ajuda». Noutras ajudadas voluntárias, replantam as encostas ardidas, semeiam flores para as abelhas.

«Ainda que relativamente poucos de nós tenhamos perdido tudo o que temos, todos nós perdemos a nossa forma de subsistência», explica Wendy. «Claro que ainda precisamos de interagir com o mundo lá fora, pôr combustível, etc. Mas tivemos de descobrir formas de nos apoiarmos uns aos outros sem precisar de dinheiro».

Uma experiência colectiva que os reaproxima da forma de vida ancestral nestas montanhas isoladas. «Até chegar a resina e os pinheiros, estas aldeias viviam autónomas, mal participavam na economia do dinheiro. Tudo era feito com cooperação mútua e com base na troca», conta Wendy. «Para quebrar este sistema de que estamos todos a sofrer, precisamos de entrar nessa economia de partilha outra vez e trabalhar juntos», diz a permacultora, que já antes dos incêndios participava num grupo de trabalho de cinco mulheres, onde se desafiavam a fazer projectos de construção. É esse o entusiasmo de habitar nesta comunidade dispersa. «É como viver numa experiência social: estamos no processo de descobrir como fazê-lo».

Junto ao rio criaram um banco de ferramentas comunitário, com ferramentas chegadas de todo o lado. «Nem toda a gente tem os meios de substituir um gerador, uma moto-serra… Agora temos moto-serras, roçadoras, betoneiras… e as pessoas podem reservá-las pelo tempo que precisarem. É fantástico de ver». Com a caridade que inundou o vale de cobertores e comida enlatada, organizaram lojas grátis. Todos os sábados há um jantar popular, confeccionado com legumes das hortas, e por donativo livre.

«Não há uma pessoa que diz "tem de ser desta forma". Não é super-organizado, com pessoas a gerir. Tudo acontece de forma muito orgânica. Juntamo-nos e as pessoas voluntariam-se para trabalhar em conjunto. Não é hierárquico: é cooperativo».

UM LABORATÓRIO VIVO

Enquanto Luadas e Benfeita renascem das cinzas, há a noção de que este incêndio foi um grito de alerta para o caminho por onde nos leva o capitalismo predatório e a propriedade privada, a desconexão com a terra, o ciclo da água, a comunidade, a própria vida. «O meu maior medo é que este ecossistema não possa mais regenerar-se, como sempre fez, por haver agora demasiados factores contra: alterações climáticas, verões mais longos e quentes, tempo imprevisível», confessa Mara, logo lembrando a indústria do papel e as monoculturas de eucalipto: «Portugal arde e o resto da Europa está literalmente a limpar o cu com isso».

Em outubro, quase todo este inusitado mundo auto-construído em anos de ardor, feito de *yurts* e ruínas reconstruídas, pomares e fornos a lenha, esvaneceu-se em cinzas. Vinte e duas famílias perderam a casa.

Como lhe diz o Senhor Ângelo, não há nenhum corta fogo como a terra cultivada. «Estes campos eram mantidos por centenas de pessoas e rebanhos. Esta paisagem precisa de gente, mais do que qualquer outra coisa, e animais para manter o mato baixo, fertilizar as encostas, trazer de volta a floresta - e a vida», concorda Wendy. «Isto é a cordilheira central. É a reserva de água para Lisboa, para Coimbra. A água está a ir embora. Se isto se tornar um deserto…».

As aldeias da zona estão de facto a começar a ver problemas com as reservas de água no verão. «As câmaras municipais estão com dificuldades, não têm os recursos, e estão abertas a sugestões», lembra Wendy. «Gostavámos que abrissem mais a conversa, a projetos como Reflorestar Portugal ou Terracrua»[1].

Na sua quinta, são quase dez anos de experimentação com infraestruturas *off grid*: hidroeléctrica construída localmente, estufa *geodome* em aquoponia, ou um tratamento de dejectos humanos com vermicompostagem. Quando houve um problema com uma fossa séptica do município, foi à câmara apresentar a sua solução caseira, invulgar, económica, ecológica e mais bem adaptada ao local que as fossas. «Podiam ter dito: estás a processar esgotos sem licença, toma lá uma multa enorme». Mas como resultado desse encontro foi mesmo aprovado um primeiro tratamento de resíduos com vermicompostagem na aldeia de Pais das Donas.

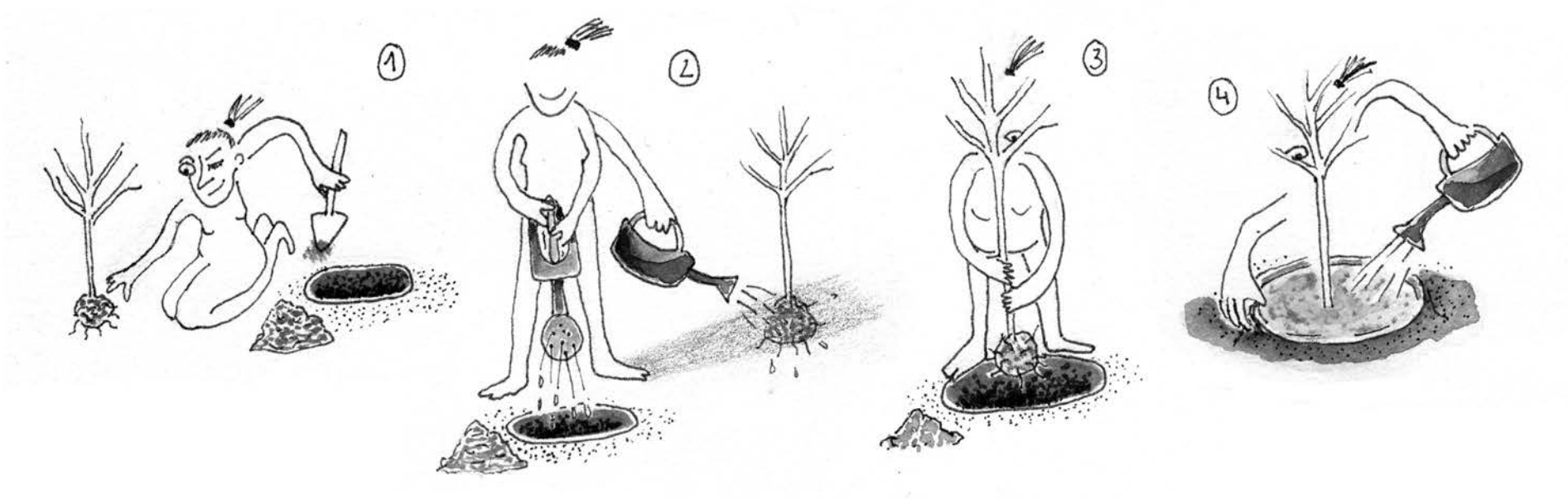
O sonho de Wendy é tornar a freguesia de Benfeita numa eco-zona, e experimentar com todo o tipo de tecnologias *off grid*, formas de cultivo e reflorestação realmente radicais. Um exemplo? «Com a cascata da Fraga da Pena podemos produzir ar comprimido naturalmente. Tem o potencial para fazer funcionar máquinas, refrigeração, até carros…! E aqui há as pessoas com as competências necessárias para o desenvolver: soldadores, engenheiros, electricistas…». Uma área protótipo para estratégias que pudessem ser usadas em toda a serra e noutras áreas. «Tudo o que se faz à água aqui pode ser medido. Se se plantar floresta indígena, se instalarmos vermicompostagem para tratar os esgotos, podemos medir a quantidade e qualidade da água. Não vem de mais lado nenhum, foi gerado e regenerado aqui - o que faz uma área de estudo interessantíssima, um laboratório vivo». A ideia implica envolver universidades para monitorizar e conseguir legitimidade para procurar financiamentos.

Entretanto, pelas encostas de Benfeita, as castanhas rebolam e pequenos castanheiros e carvalhos brotam como ervas. «É incrível a vontade que estas árvores têm de se reestabelecer!», entusiasma-se Wendy. Como que dizendo que tudo acontecerá tal como deve acontecer.

NOTAS

1 Reflorestar Portugal é uma plataforma para a articulação de iniciativas que querem construir coletivamente um projeto nacional de reflorestação e que tem promovido cursos e encontros baseados na permacultura, agrofloresta e agricultura sintrópica. A Terracrua tornou-se uma empresa em 2015 depois de ter existido como colectivo informal. Baseada em Loulé, tornou-se uma referência na consultoria e design de projectos ecológicos regenerativos.

MÃOS À TERRA



JOÃO GOMES
JPENGOMES@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÃO **HUMA**

A final o que podemos fazer? Para plantar uma árvore ou criar um projecto de plantação, não existe uma solução milagrosa para todas as situações. Cada caso é um caso. Antes de avançarmos para o terreno há que entender bem o que queremos, quais os nossos objectivos, a paisagem onde estamos, as características do solo e do clima. Pensando apenas na plantação de espécies perenes (não hortícolas), este «manual de boas práticas» é guiado por uma série de questões que pretendem ajudar a orientar a nossa iniciativa. O passo seguinte será pôr numa balança os dados que conseguimos recolher e ponderar a melhor solução para os nossos objectivos.

PRIMEIRAS TAREFAS EM ÁREAS QUE TENHAM SOFRIDO UM INCÊNDIO

Proteger o solo
O solo é a base da vida, mas é repetidamente negligenciado. O solo é um recurso não renovável, pelo menos em termos da nossa escala temporal. Os melhores solos agrícolas já estão ocupados e todos os anos se perdem áreas de solo pela erosão, perda de matéria orgânica e compactação, e claro, pela expansão e dispersão urbanas.

Porque a vegetação tem um papel fundamental na protecção do solo, promovendo a infiltração equilibrada da água e evitando a sua escorrência superficial, os incêndios florestais contribuem para a perda de solo e provocam a destruição das suas propriedades químicas e actividade biológica.

O que fazer?
Criar barreiras nas zonas de escorrência logo após os incêndios. Estas podem ser feitas com barrotes de madeira (podendo utilizar-se algum do material queimado) dispostos na perpendicular da linha de declive do terreno, reduzindo a energia dos escorrimentos de água, minimizando assim perdas de solo e contaminação de linhas de água.

Aguardar e avaliar a reacção da vegetação. Podem ser feitos alguns trabalhos de limpeza de material queimado, mas há que evitar a mobilização do solo e intervenções com maquinaria pesada nos primeiros tempos. Qualquer intervenção a ter que se realizar com máquinas deve sempre respeitar a topografia e trabalhar segundo as curvas de nível, minimizando a erosão e a perda de solo e nutrientes.

Evitar a queima de biomassa e a remoção desta dos terrenos. É preferível triturar a biomassa e depositá-la no chão, envolvendo a vegetação existente e entre linhas de plantação, se for caso disso. Fazer sementeiras de prado nas áreas queimadas pode acelerar o processo da regeneração vegetal, evitando perdas de solo, principalmente nas primeiras chuvas após os incêndios.

Não considerar a vegetação espontânea um «inimigo», mas sim um aliado que, bem gerido, aumenta a resiliência do terreno face aos fogos.

O que plantar?
A escolha das espécies a utilizar resultará da análise dos nossos objectivos e das características do sítio. A planta certa no local certo. As plantas evoluíram ao longo de gerações adaptando-se às características locais. Como tal a escolha de espécies autóctones é sempre uma ajuda para aumentar o sucesso da nossa plantação.

No caso de árvores de fruto, a opção por fruteiras tradicionais traz as vantagens da selecção feita pelas pessoas ao longo de muitas gerações, ao contrário das novas fruteiras apenas focadas na produtividade e na utilização de fertilizantes/herbicidas/pesticidas.

Ponderar os vários estratos que podem constituir a vegetação – árvores, arbustos, herbáceas – enriquecendo a biodiversidade vegetal e contribuindo para criar espaços diferentes para a avifauna local, que virão a ser parceiros na manutenção de um espaço mais saudável e sustentável.

As árvores são seres que podem viver mais do que nós. É essencial termos isso em conta antes de tomar a decisão das espécies a plantar.

Qual o objectivo?
Plantar uma(s) árvore(s) para contribuir para a recuperação/enriquecimento de um espaço natural, ou construir ou melhorar um jardim.

Planear uma área com vista à auto-subsistência ou com vista a produção económica.

Quais as características do local?
Há que saber no clima a precipitação (média anual e sazonalidade) e a temperatura (máxima e mínima e a presença ou não de geada). No solo há que saber a textura, profundidade, percentagem da matéria orgânica e pH. E na água o lençol freático e a origem de água da rega.

Como obter as plantas?
Comprar em viveiro, por um lado, facilita, mas por outro nem sempre conseguimos o que pretendemos. Sem esquecer que, por vezes, as espécies são mal classificadas.

Assim recolher sementes, germinar e engordar para depois plantar, pode exigir saber identificar as espécies no campo, mas é a única forma de garantirmos que o que plantamos provem de espécies locais ou próximas.

Como plantar?
A época do ano pode influir no sucesso da plantação. No geral, Outono e final do Inverno são boas épocas, garantindo alguma precipitação após a plantação e evitando geadas. No caso de árvores caducas é conveniente aproveitar a fase em que não têm folhas, pois estas encontram-se num período pouco activo.

Consoante os nossos objectivos, podemos plantar de forma isolada, agrupar as plantas em conjuntos, formar linhas, etc. Fazer a cova de forma a que o torrão da planta tenha o mesmo espaço para todos os lados, inclusivamente para baixo. Garantir alguma permeabilidade no fundo e nas laterais da cova, picando o solo, para optimizar a escorrência de água e evitar o afogamento das raízes.

Regar bem a planta antes de plantar. Evitar a exposição das raízes ao sol e calor. A planta não deve ficar com o colo nem enterrado nem acima da superfície.

Preencher o buraco com a terra retirada. Se a terra não parecer boa juntar terra vegetal com bastante matéria orgânica e/ou adubo bem decomposto, sem cheiros, caso contrário pode queimar as raízes. Calcar a terra após plantar e regar em abundância, evitando bolsas de ar entre o torrão e o solo. Garantir a existência de uma caldeira permitindo melhor retenção da água quando se rega, a acumulação de águas da chuva e mesmo da humidade atmosférica.

A colocação de hastes pode ser vantajosa em casos de plantações em terrenos ventosos. A utilização de protectores pode ser útil para evitar danos provocados por alguns animais e pode facilitar trabalhos de manutenção.

Cobrir a caldeira com material orgânico, como estilha de madeira, para minimizar perdas de humidade.

Controlo da vegetação existente
A principal actuação para o combate integrado dos incêndios é a criação de áreas corta-fogo. A diferença entre estas áreas corta-fogo e os corta-fogos comummente usados é a de que nas primeiras a vegetação não é eliminada na totalidade, apenas se reduz a massa combustível, diminuindo a quantidade de vegetação arbustiva e subarbustiva. Estes espaços, variáveis em largura e comprimento, têm por finalidade modificar o comportamento do incêndio, retardando-o. Estas áreas podem ser mantidas recorrendo-se ao pastoreio com gado rústico, mantendo um meio com menos combustível e favorecendo a presença de raças locais e outros produtos de interesse das populações. Uma solução mais amiga dos ecossistemas naturais e humanos, requerendo menor manutenção e uso de maquinaria do que os corta-fogos «tradicionais».

RECOLHER E GERMINAR ESPÉCIES AUTÓCTONES

Carvalhos, sobreiros e azinheiras
A reprodução é semelhante para os vários Quercus: recolhem-se no Outono quando as bolotas se apresentam castanhas directamente da árvore ou do chão (caídas recentemente, quando ainda estão rijas). Semeiam-se logo cobrindo ligeiramente em recipientes individuais.

Aveleira
Recolher as avelãs no final do Verão e semeiam-se a meio do Outono. É aconselhável escarificar antes de semear (desgastar um pouco a casca).
Podem ser reproduzidas por estaca, podendo assim garantir termos avelãs doces. Recolher estacas de ramos do ano, com casca de aspecto saudável e com 3 a 4 nós, garantindo que fica pelo menos um enterrado e um acima do colo.

Lavandulas
Recolher as inflorescências (flores) quando começam a secar (sacudir para ver se já caiem as sementes, que são pequenas e de tom acinzentado/castanho). Semear cobrindo ligeiramente, colocando 3 sementes por recipiente.

Azevinho
Recolher os frutos quando vermelhos no Outono. Retirar a pele e limpar bem as sementes da polpa em água, aproximadamente 5 por baga. Podem demorar até 2 anos a germinar.

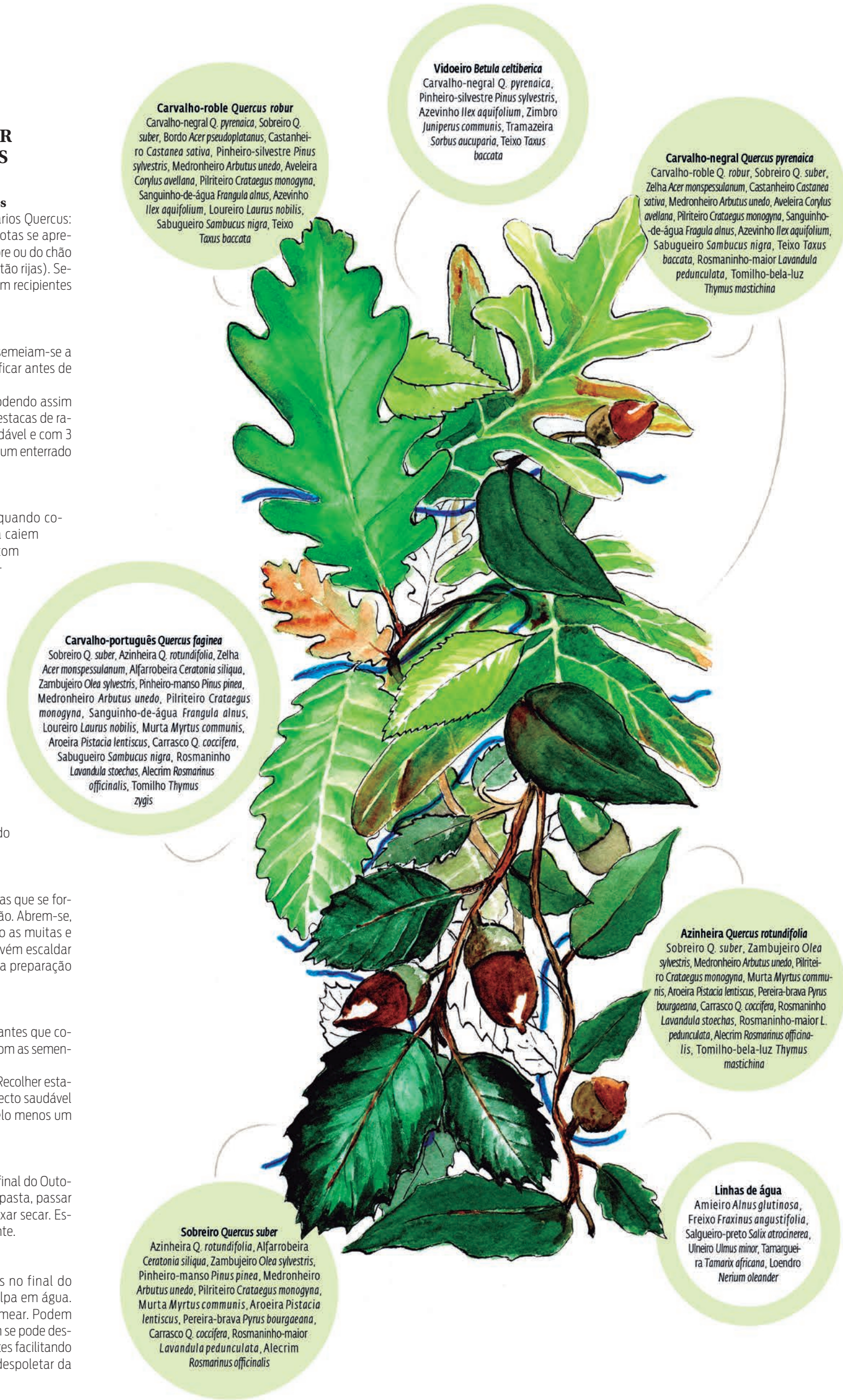
Amieiro
Recolher os frutos (pequenas "pinhas") no Outono, quando estão já lenhosos e castanhos. Sacudir para libertar as pequenas sementes, semeando logo cobrindo ligeiramente.

Estevas e afins
Recolhem-se os frutos, cápsulas lenhosas que se formam no centro do que foi a flor, no Verão. Abrem-se, fazendo uma ligeira pressão, libertando as muitas e pequenas sementes de cor escura. Convém escaldar as sementes antes de semear (como na preparação de uma infusão).

Salgueiros
Recolher as sementes dos amantilhos antes que comecem a libertar-se (penugem branca com as sementes agarradas). Semear logo.
Podem ser feitos por estaca no Inverno. Recolher estacas de ramos do ano, com casca de aspecto saudável e com 3 a 4 nós garantindo que fica pelo menos um enterrado e um acima do colo.

Medronheiro
Recolher os frutos quando maduros no final do Outono (bons para comer). Desfazer numa pasta, passar numa peneira com água corrente e deixar secar. Espalhar num tabuleiro e cobrir ligeiramente.

Pilriteiro
Recolher os frutos quando vermelhos no final do Verão. Limpar bem as sementes da polpa em água. Deixar em água 1 a 2 dias antes de semear. Podem demorar até 2 anos a germinar. Também se pode desgastar um pouco o invólucro das sementes facilitando a penetração da água e consequente despoletar da germinação.


Carvalho-roble *Quercus robur*
Carvalho-negral *Q. pyrenaica*, Sobreiro *Q. suber*, Bordo *Acer pseudoplatanus*, Castanheiro *Castanea sativa*, Pinheiro-silvestre *Pinus sylvestris*, Medronheiro *Arbutus unedo*, Aveleira *Corylus avellana*, Pilriteiro *Crataegus monogyna*, Sanguinho-de-água *Frangula alnus*, Azevinho *Ilex aquifolium*, Loureiro *Laurus nobilis*, Sabugueiro *Sambucus nigra*, Teixo *Taxus baccata*
Vidoeiro *Betula celtiberica*
Carvalho-negral *Q. pyrenaica*, Pinheiro-silvestre *Pinus sylvestris*, Azevinho *Ilex aquifolium*, Zimbro *Juniperus communis*, Tramazeira *Sorbus aucuparia*, Teixo *Taxus baccata*
Carvalho-negral *Quercus pyrenaica*
Carvalho-roble *Q. robur*, Sobreiro *Q. suber*, Zelha *Acer monspessulanum*, Castanheiro *Castanea sativa*, Medronheiro *Arbutus unedo*, Aveleira *Corylus avellana*, Pilriteiro *Crataegus monogyna*, Sanguinho-de-água *Fragula alnus*, Azevinho *Ilex aquifolium*, Sabugueiro *Sambucus nigra*, Teixo *Taxus baccata*, Rosmaninho-maior *Lavandula pedunculata*, Tomilho-bela-luz *Thymus mastichina*
Carvalho-português *Quercus faginea*
Sobreiro *Q. suber*, Azinheira *Q. rotundifolia*, Zelha *Acer monspessulanum*, Alfarrobeira *Ceratonia siliqua*, Zambujeiro *Olea sylvestris*, Pinheiro-manso *Pinus pinea*, Medronheiro *Arbutus unedo*, Pilriteiro *Crataegus monogyna*, Sanguinho-de-água *Frangula alnus*, Loureiro *Laurus nobilis*, Murta *Myrtus communis*, Aroeira *Pistacia lentiscus*, Carrasco *Q. coccifera*, Sabugueiro *Sambucus nigra*, Rosmaninho *Lavandula stoechas*, Alecrim *Rosmarinus officinalis*, Tomilho *Thymus zygis*
Azinheira *Quercus rotundifolia*
Sobreiro *Q. suber*, Zambujeiro *Olea sylvestris*, Medronheiro *Arbutus unedo*, Pilriteiro *Crataegus monogyna*, Murta *Myrtus communis*, Aroeira *Pistacia lentiscus*, Pereira-brava *Pyrus bourgaeana*, Carrasco *Q. coccifera*, Rosmaninho *Lavandula stoechas*, Rosmaninho-maior *L. pedunculata*, Alecrim *Rosmarinus officinalis*, Tomilho-bela-luz *Thymus mastichina*
Sobreiro *Quercus suber*
Azinheira *Q. rotundifolia*, Alfarrobeira *Ceratonia siliqua*, Zambujeiro *Olea sylvestris*, Pinheiro-manso *Pinus pinea*, Medronheiro *Arbutus unedo*, Pilriteiro *Crataegus monogyna*, Murta *Myrtus communis*, Aroeira *Pistacia lentiscus*, Pereira-brava *Pyrus bourgaeana*, Carrasco *Q. coccifera*, Rosmaninho-maior *Lavandula pedunculata*, Alecrim *Rosmarinus officinalis*
Linhas de água
Amieiro *Alnus glutinosa*, Freixo *Fraxinus angustifolia*, Salgueiro-preto *Salix atrocinerea*, Ulneiro *Ulmus minor*, Tamargueira *Tamarix africana*, Loendro *Nerium oleander*

UM INTERIOR QUE ARDE TODOS OS DIAS, MAS HÁ UMA FAÚLHA DE ESPERANÇA

Os fogos no Interior de Portugal não são de Outubro de 2017. Nem de Agosto de 2013. Nem do Verão de 2005. Os incêndios no Interior de Portugal começaram há mais de 60 anos com o êxodo rural. Os incêndios no Interior de Portugal não acabaram com as chuvas que encheram as barragens nem com a neve que cobre a cumeada da Serra da Estrela. Os fogos no Interior não começam nas labaredas nem acabam na água. Mas há uma faúlha de esperança.

TEXTO E FOTOS: **ZITA B. MOURA**
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT

Nunca vi nada assim». Esta expressão foi múltiplas vezes repetida, por diferentes pessoas, ao longo dos dias de reportagem do MAPA no interior. De Tondela até Seia, passando por Manteigas, por Verdelhos, pelos Montes Hermínios, por Carragozela, por Arganil, gente com uma vida de fogos em cima das costas diz uma e outra vez: «nunca vi nada assim».

Referem-se, claro, às noites fatídicas de Outubro de 2017 que ceifaram a vida a 46 pessoas e engoliram por inteiro milhares de hectares de terra agrícola, mato, pinhal, aldeias. Quem vai do Norte Litoral para o Centro Interior não pode imaginar o cenário que se lhe afigura por diante. Chegando a Vouzela, começa a surgir o negrume. O verde viçoso dá lugar a centenas de quilómetros de esqueléticos cadáveres negros que se empilham monte acima, monte abaixo. A vegetação rasteirinha vai começando a cobrir a terra queimada, e algumas formações arbustivas começam a despontar. Mas são excepções. A perder de vista é a terra negra e as árvores carbonizadas. O cenário começa logo à entrada da A25 e só vai piorando conforme a estrada se aproxima de Tondela. Ao largo da EN228, os eucaliptais e pinhais são hoje enormes valas comuns.

«Só consegui salvar a minha casa porque nessa noite era suposto ir a Viseu comer um hambúrguer vegetariano e ir ao cinema, e acabámos por não ir», assegura Manuel Ferros. De origem lisboeta e a viver em Molelos, Tondela, há 20 anos, é produtor de cogumelos e foi para a zona para cuidar a casa mais-que-centenária da família. A propriedade de Manuel estende-se até lá bem longe, onde se vê um monstruoso eucalipto com 13 metros de diâmetro de copa. «Deve ser um dos mais antigos de Portugal», acredita, e acrescenta que classificou aquela árvore no Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta (ICNF), como irá fazer com as outras árvores monumentais que habitam no jardim. Todas elas enegrecidas pelo fumo e pelo fogo, que lhe entrou na casa pelas janelas do primeiro andar.

«Naquela noite, o Estado não existiu aqui, nem nos dias que se seguiram. E acho que até hoje continua a não estar», garante Manuel, sem parecer combalido pela afirmação. «Não havia um bombeiro. Os nossos bombeiros estavam todos no litoral e quando o fogo chegou aqui, já os tinha ultrapassado. Em Raposeiras os vizinhos foram buscar os seus tractores, as suas máquinas, e foi entre os habitantes que conseguiram salvar aquilo». Conta que, mais ou menos dominado o fogo que entrou pela aldeia dentro e lambeu as paredes das casas, pelas 4h30 da manhã tentou ir a Tondela.

Ao chegar, encontrou o Tribunal e as Piscinas como locais para receberem os evacuados. Descreve como no tribunal havia senhoras idosas sentadas com máscaras de oxigénio e embrulhadas em cobertores, e numa sala ao lado estavam as crianças, «com umas mantas num canto e uns brinquedos espalhados no chão, meia dúzia de senhoras muito chorosas com o que tinha acontecido, e não havia uma assistente social, um café, um chá, um psicólogo. Zero».

E esse «zero» manteve-se durante uns poucos dias a seguir aos incêndios, conta. Imediatamente a seguir a essa noite calamitosa, surgiu uma rede de entreajuda dinamizada por jovens locais, que numa questão de horas e com os recursos e contactos que tinham conseguiram encher um camião em Luxemburgo com coisas para serem enviadas para Tondela. No dia imediatamente a seguir, apareceram pessoas das freguesias circundantes por volta da hora do almoço com sopa, por exemplo, e vizinhos a carregar depósitos de água para apagar o jardim: «Foram os nossos, os do costume».

Volvido o horror, começa a despontar vegetação pela propriedade, que já se co-

bre de verde. Os toros de carvalho em que nascem os seus cogumelos estão cuidadosamente empilhados debaixo do que ainda sobra do plástico da estufa. A recuperação da estufa vai ser outra epopeia. Só a cobertura custa 2600, que Manuel tem de ter à cabeça para depois poder enviar a factura para o Ministério da Agricultura e ser ressarcido dos estragos provocados pelos fogos. A atribuição das indemnizações é uma farsa, garante: «isto são subsídios, não são indemnizações».

Os agricultores que tiveram perdas entre os cinco mil e um euros e os 50 mil serão ressarcidos pelo Estado em 85% do valor dos estragos que registarem, mas têm de ter o dinheiro à cabeça para os arranjos necessários, e só então se pode proceder à atribuição da indemnização - ou subsídio, porque funciona sempre em contra-factura e subtraindo o valor do IVA. Manuel Ferros ainda não conseguiu proceder com os arranjos que a quinta precisa, mais de meio ano depois e não obstante o seu projecto ter sido aprovado, porque não tem dinheiro para isso.

O mesmo Estado que não esteve em Tondela na noite de 15 de Outubro, é o mesmo

Uma extensão de 150ha de baldios podia ser, se tivessem um pingo de coragem e um bocadinho de hombridade política, uma das principais formas de travar o êxodo.

Estado que não criou um plano municipal de emergência após os incêndios de 2013, que continua a não estar presente junto das populações afectadas, e que é «o único responsável por esta calamidade», acredita Manuel Ferros. As razões por trás desta «calamidade» e a responsabilidade que imputa ao Estado não são poucas nem simples de explicar.

«Porque permite o desordenamento total do território, porque permite a criação de monoculturas intensivas com áreas que ninguém compreende, porque não sensibiliza as populações para o risco deste tipo de floresta, porque qualquer agricultor que vá a um engenheiro florestal de uma zona agrária pedir informações sobre que espécie florestal há-de pôr no seu terreno vai-lhe ser indicado ou pinheiro ou eucalipto».

E a «calamidade» não começou em Outubro. A calamidade começou nos anos 60 com o êxodo rural, que esvaziou centenas de hectares de terreno agrícola, e que continua a esvaziar o interior de Portugal. «Se eu quiser pagar a 20 pessoas para me limparem o terreno, não arranjo cinco».

BALDIOS DE GESTÃO COMUM PARA TRAVAR O ÊXODO

O esvaziamento do Interior de Portugal começa com os elevados fluxos migratórios e imigratórios nos anos 50 e 60, com as populações tradicionalmente rurais a deslocarem-se para as cidades portuguesas ou estrangeiras em busca de trabalho e melhor qualidade de vida.

O interior de Portugal foi duramente sacrificado durante o Salazarismo, acredita Manuel, e as duras décadas que vive hoje resultam directamente desses anos de sacrifício. A norte do Mondego o território está coberto de minifúndios - pequenas parcelas de terreno segmentadas em heranças e partilhas. E quando os proprietários vão deixando os seus territórios, frequentemente porque (i)migram, os terrenos abandonados vão-se acumulando.

«A prática geral é que um herdeiro, ou familiar, que tenha ficado na terra, fique a gerir os terrenos e vá prestando contas aos que estão fora», começa por explicar. As celuloses procuravam os proprietários dos terrenos e propunham um trato: cobria-se o terreno de eucaliptos, pagava-se uma avença anual ao proprietário, e a cada nove anos quando se fizesse o corte era mais dinheiro ainda que entrava, com a garantia de que a manutenção e limpeza dos terrenos era assegurada pelas empresas. «Para as pessoas que não estavam cá era uma solução. Estão no Luxemburgo, na Suíça, em Lisboa, e havia uma empresa a tomar conta disto e a dar-lhes rendimento. Esta é a grande prática que foi ficando. Quanto menos proprietários agrícolas temos aqui mais o espaço florestal aumenta. O espaço florestal usando o termo errado - o espaço

do eucalipto e do pinheiro».

A solução - para a desertificação das terras e dos terrenos agrícolas - pode perfeitamente passar pelos baldios. O Dr. António Bica escreveu na Revista Terra, em Janeiro de 2003, que «são baldios os terrenos não apropriados individualmente de que os vizinhos de um ou mais povoados podem tirar proveito de acordo com a natureza do terreno e respeitando os usos». São verdadeiramente coisas de propriedade colectiva, cuja gestão está geralmente entregue aos seus compartes, que carecem de personalidade legal ou jurídica.

Molelos tem um baldio de cerca de 180 hectares, actualmente geridos pela Junta de Freguesia, conforme decidido em assembleia de compartes, há pouco menos de 20 anos, explica Manuel: «o que eu vejo é que as pessoas delegam totalmente o seu poder». No caso dos baldios de Molelos, «aquilo seria uma fonte de rendimento gerida à parte da junta, mas acaba por se tornar na maior do fonte de rendimento da Junta de Freguesia. Os baldios de Molelos tornaram-se eucaliptais cujo rendimento vai para a Junta».

Fala sobre o Coelhoso, um pouco a norte de Molelos, onde os baldios são geridos por uma junta de compartes que faz com que todo o dinheiro que resulte da exploração dessa terra seja de alguma forma devolvido à comunidade: «reconstruiu-se a escola, comprou-se a carrinha, até a igreja arranjaram com aquilo. É um dinheiro que paralelamente aos investimentos da junta de freguesia é utilizado na comunidade. E é o que devia ser em todo o lado. Aliás, uma extensão de 150ha de baldios podia ser, se tivessem um pingo de coragem e um bocadinho de hombridade política, uma das principais formas de travar o êxodo. Em 150ha de floresta ao lado de uma aldeia dá para fazer tudo».

«FAZIA AS PESSOAS SENTIREM QUE A SERRA TAMBÉM ERA SUA»

«Se não fossem os baldios não sei o que era destes territórios. Os baldios têm sido o maior garante da preservação da paisagem», assegura José Maria Saraiva, sentado no salão do seu parque de campismo nas profundezas da Serra da Estrela, perto de Manteigas. De Molelos a Manteigas são cerca de 100km. A maioria da estrada serpenteia incansável pelo meio da serra. A maioria do terreno é carvão e rocha. É uma paisagem desoladora. Há neve na cumeada da Serra da Estrela e ainda bem, para que se reponham os lençóis freáticos que tanto sofreram com os meses de seca intensa do ano passado. Quase toda a encosta Oeste da Serra está queimada. São quilómetros de pedra e cinza. Se no distrito de Viseu, onde está Manuel Ferros, já desponta alguma vegetação, o solo rochoso da Serra da Estrela dificilmente o permite. Então há uma enorme manta cinzenta e negra a cobrir uma paisagem outrora verdejante e imponente.

«Há quem fale aqui em 1700 hectares de baldios». Mas estes baldios estão a ser disputados em tribunal pela antiga e pela nova comissão de compartes. «As pessoas que se metem nos baldios são jovens que se metem cheios de boa-vontade, e arriscam! São indivíduos com um entusiasmo de fazer mudar isto, com que ande para a frente, criar emprego, fazer rebanhos comunitários, estão cheios de ideias... E estamos aqui a aguardar».

Aguardam as decisões dos Tribunais relativamente aos baldios como aguardam com quase tudo o resto - os apoios à educação ambiental, medidas de incentivo à agricultura no interior, reordenamento do território. José Maria Saraiva preside à Associação de Amigos da Serra da Estrela, fundada em 1982, na sequência de uma caminhada que foi reconstituição da primeira expedição científica feita na Serra, um século antes.

> A respeito da lei de gestão de combustível, vulgo limpeza de mato, são muito poucas as opiniões positivas que inspira. Fala-se de medo da multa e de perseguição das autoridades, mas também de «um crime ecológico»

«Quando fizemos o mesmo trajecto que fez aquela expedição científica há mais de 100 anos atrás, e foi com base nos relatos e na constatação que nós fizemos nesse passeio, chegámos à conclusão que nestes 100 anos a Serra levou uma razia terrível. E depois constatámos ainda que não foi nos últimos 100 anos, foi nos últimos 30 anos!»

Relativamente aos fogos, José Maria já viu muitos. Aos 12 anos já se metia nos camiões dos «florestais», os vigias sob a tutela da Direcção-Geral de Florestas, para ir combater focos de incêndio na Serra. «E no fim eles pagavam-nos. Era pouco, mas era qualquer coisa. Fazia as pessoas sentirem que a serra também era sua». Toda a vida viveu no concelho de Manteigas, e foi vigia da Serra da Estrela durante 22 anos. Tem 68 anos, e é para a Serra que vive.

A celulose não chegou ali. Dá graças pelas negociações que tiveram em 1983/84 com a Portucel. Quando a empresa quis plantar eucalipto na encosta de Famalicão conseguiu-se entabular diálogo que evitou essa exploração: «Não foi preciso muita luta. Carta para cá, carta para lá, e conseguiu-se travar isso. E ainda bem. Porque se hoje a Serra da Estrela tivesse eucaliptos, a dinâmica dos incêndios seria muito pior».

E ainda assim é catastrófica. Não bastassem os terrenos abandonados pela desertificação, e a perda de energia das populações remanescentes pelo seu envelhecimento, e há sérias falhas de comunicação na hora de combater os incêndios («antigamente, Manteigas tinha o seu próprio sistema de comunicações e saía logo para os bombeiros, agora tem de passar pelo CDOS da Guarda»).

«Não vejo só uma forma de evitar o êxodo. Melhorar a qualidade de vida, a quantidade de serviços, oferecer melhores condições ainda, e se fizerem isto está meio caminho andado. Porque isto é uma jangada de pedra, o Saramago tinha razão. Isto vai cair para o lado de lá. As condições de vida das pessoas das cidades também vão piorar cada vez mais».

A resposta também passa por um sério reordenamento florestal e territorial, acredita, tal como Manuel Ferros, em Molelos, a 100km dali. E começa pelo eucalipto. E pela responsabilidade e responsabilização das comunidades, e do ICNF.

«Há encostas da Serra em que o pensamento tem de ser conservação. Não pode haver uma árvore plantada a pensar ser tirada de lá para produzir madeira. E têm de ser autóctones. Aumentamos a biodiversidade e reduzimos o risco de incêndio». Para além disso, é preciso que os próprios engenheiros do ICNF alterem a sua mentalidade, já que «eles são ensinados a produzir madeira».

A respeito da lei de gestão de combustível, vulgo, limpeza de mato, são muito poucas as opiniões positivas que inspira. Fala-se de medo da multa, e de perseguição das autoridades, mas também de «um crime ecológico», diz este associativista.

O Engenheiro Rui Xavier, da URZE, Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela, explica como «esta lei das limpezas não é nova. Ao fazer-se uma intervenção para espaçar as copas de 4 em 4 metros, isso provoca instabilidade no crescimento das árvores. A estabilidade do povoamento é afectada. Nunca vi ninguém que abone a favor dessa situação, de espaçar as árvores de 10 em 10m. Deve haver bom senso e restrições, mas nem podemos chamar a isto acções de defesa da floresta, é pura protecção civil».

José Maria Saraiva acrescenta que uma das suas maiores preocupações relativamente à Serra é a erosão dos solos. «Há um corte e é tudo limpo. Só falta andar com a

vassoura para tirar o material de lá. Qualquer monte, qualquer declive perde solo sistematicamente. Como é que conseguimos recuperar o solo numa encosta de uma montanha se tiramos de lá o único material linhoso que é capaz de repor o solo?»

E acrescenta que esse material linhoso, o único capaz de vir a gerar alguns centímetros de solo que protejam a Serra da inevitável erosão é destinado às fábricas de *pellets* e às centrais termoeléctricas. As fábricas de *pellets* são a nova sombra que se ergue sobre as zonas agrárias e florestais do interior, a par das celuloses.

PAPEL E SALAMANDRAS A QUEIMAR O INTERIOR

Não bastassem as celuloses, e o território abandonado e desordenado, há uma nova chaga que começa a instalar-se nas zonas interiores do país. Os *pellets*. Essa nova forma de biocombustível está a tornar-se cada vez mais popular nos sistemas de aquecimento domésticos, pelo reduzido preço face à madeira tradicional, e por ser dotado de uma composição que produz mais brasa e menos fumo. São pequenos cilindros compostos de resíduos de madeira, teoricamente reaproveitados das limpezas florestais, da construção civil e das serrações. Mas Manuel Ferros conta uma história diferente.

Porque no final do ano passado teve de comprar carvalho para os seus cogumelos, entrou em contacto com um produtor que lhe vendeu cerca de 12 toneladas de madeira. O madeireiro que estabeleceu a ponte disse-lhe que aqueles foram os dois últimos camiões a saírem daquele produtor, porque tudo o resto tinha sido vendido a uma fábrica de *pellets*. Foi um carvalhal inteiro que foi devastado para ser transformado nesta forma de «biocombustível». A par disso, as fábricas de *pellets* começam a pagar pelo eucalipto o mesmo que pagam as celuloses, portanto a corrida ao eucalipto só terá tendência a disparar.

José Maria Saraiva, enquanto explica a problemática da limpeza dos terrenos para a erosão dos solos, explica que muito do material que virá a apodrecer no chão e transformar-se em solo húmido e fértil, e que provém das limpezas de mato e florestais a que privados e entidades estatais estão a proceder, está a ser triturado por máquinas para ser enviado para as fábricas. Logo aí são «dois ou três centímetros de solo que se perdem».

O MAPA tentou contactar com três fábricas de *pellets* do interior para proceder a esclarecimentos relativamente à composição e origem deste combustível, mas até ao fecho desta edição apenas a Pinewells, de Arganil, devolveu contacto. Francisco Dias, da Pinewells, esclarece que aquela fábrica em específico produz dois tipos de *pellets* - para consumo doméstico e para consumo industrial. Para o primeiro tipo de *pellets* usam apenas pinho, e para os industriais usam «todo o tipo de espécies», entre as quais se contabilizam eucalipto e carvalho, por exemplo. Explica que todas florestas têm de ter «cortes culturais» para assegurar a rentabilidade das mesmas, mas que o desbastar de um carvalhal inteiro para a produção de *pellets* não lhe parece plausível. Acrescenta que as fábricas de *pellets* são uma excelente mais-valia para a Zona Centro, porque, segundo o próprio, «se não houver indústria não há como rentabilizar a floresta». A Pinewells produz 135 mil toneladas de *pellets* anualmente.

CARVALHOS PARA PROTEGER O FUTURO

Enquanto que em Tondela se deitou abaixo um carvalhal para converter em *pellets*, na Serra da Estrela a abordagem é inteiramente oposta. Em 2007, a Associação de Amigos da Serra da Estrela (ASE) arrancou com a iniciativa "Um Milhão de Carvalhos". Se foi um milhão de carvalhos que plantaram não há certezas, mas o certo é que durante pelo menos oito anos consecutivos foram múltiplas as iniciativas de reflorestação que a ASE promoveu - sempre aos milhares de árvores. Chegaram a ter apoio da Força Aérea, que cedeu helicópteros para que se chegasse às zonas mais inacessíveis da Serra. Foram centenas, se não milhares de voluntários que se deslocaram à Serra para a reflorestarem com árvores certificadas pelo ICNF.

A oeste de Verdelhos, onde José Maria Saraiva tem o seu parque de campismo desde 1996 (mas só licenciado no ano passado), entramos em Carragozela, perto de Seia, outra das regiões devastadas pelos incêndios de Outubro de 2017. Foi lá que nasceu o Movimento de Cidadãos por uma Estrela Viva, e onde se plantou o Bosque da Memória. Cristina Morgadinho, do Movimento, olha pensativa para as valas abertas na terra do baldio de Carragozela, onde despontam pequenos carvalhos e tímidos salgueiros. «Queremos mudar a floresta que temos». Rodeados de pinheiros ardidos, num vale coberto de negrume, aqueles rasgões na terra são prova de que nem tudo está perdido. «O Bosque quer ser um símbolo de força e renascimento». O Bosque é uma faúlha de esperança no futuro.

O Movimento surge como reacção aos incêndios de 2017, porque «não se podia baixar os braços». Em Fevereiro de 2018 juntaram-se cerca de 45 pessoas para plantar 300 árvores, entre as quais os jovens em situação de risco acolhidos pelo Solar do Mimo, elementos da Junta de Freguesia de Carragozela, habitantes do concelho de Seia e voluntários de outras zonas do país. Plantaram-se 300 árvores, apadrinhadas uns meses antes no Mercadinho de Natal de Seia, todas elas certificadas pelo ICNF, numa acção acompanhada por uma técnica da URZE e pela Protecção Civil.

Foi uma acção simbólica, mas o Movimento não quer ficar por aqui. Querem avançar com propostas e projectos de educação ambiental junto das crianças do concelho, que se mostram sempre extremamente receptivas a este tipo de aprendizagens. Elsa Pinto conta que em Moimenta da Serra uma menina dos seus seis ou sete anos a marcou particularmente, numa dessas acções.

«Veio abraçar-se a mim, com um caderno na mão, a dizer "escreve aqui, escreve tudo aqui!". Os miúdos estavam interessados e não nos deixavam sair dali.»

Isto foi numa acção pedagógica em que andaram com as crianças a apanhar, distribuir e semear bolotas, mas confessam que a acção «não está verificada». «Nós sabíamos qual era a proveniência daquelas bolotas, sabíamos que eram dali, mas o ICNF não autoriza esse tipo de acções de reflorestação, se não forem com árvores certificadas por eles. O ICNF não tem ajudado».

Também as duas integrantes do Movimento tecem críticas à lei da gestão de combustível. Entendem que a prioridade tem de estar no reordenamento e não na limpeza. Tudo isto se prende com a forma como as pessoas e as instituições vivem e pensam a floresta, acreditam, e o futuro passa pelas crianças. Não perdem a esperança nesse futuro, mas é um optimismo cauteloso.

Cauteloso também, é José António Figueiredo, tesoureiro da Junta de Freguesia de Carragozela, e que esteve envolvido na iniciativa do Bosque da Memória, já que os baldios onde se plantaram as árvores do Movimento são de gestão da Junta. Para além da iniciativa do Movimento de Cidadãos pela Serra da Estrela, foi feita uma parceria com o Movimento Terra de Esperança (resultante de um acordo entre a Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente e a GALP), que em Abril disponibilizou sete mil castanheiros aos proprietários de terrenos em Carragozela e Várzea de Murge. Os restantes 11 mil castanheiros serão plantados em Novembro. «Optamos pelo castanheiro para alterar a mentalidade das pessoas, porque daqui a cinco anos vamos fazer uma parceria com a UTAD, e os castanheiros vão começar a dar um rendimento anual constante», explica o autarca.

Joana Viveiro, do Movimento de Cidadãos, é do concelho de Seia e vive em Lisboa - teve o trajecto inverso de Manuel Ferros. Mas mantém-se muito ligada à terra. Conta como viveu a noite dos incêndios presa entre as labaredas, e quando conseguiu regressar a Lisboa teve um choque com «um país a duas velocidades». «Era como se não tivesse acontecido nada». Porque quer manter o Movimento activo, e construir um futuro a partir dele, fala das parcerias com os Guardiões da Serra e com a Junta de Freguesia de Carragozela, em iniciativas como os mercados locais e o apadrinhamento de árvores. Sentem que no concelho de Seia as pessoas «têm alguma sensibilidade ambiental», mas que também isso tem de ser trabalhado através de uma adequada educação ambiental.

O Engenheiro Rui Xavier, da URZE, conta como a sua associação tem há anos o plano da Obserra, um plano de educação ambiental para as crianças que lhes permita «um olhar mais rural para este meio rural». «O protocolo foi feito com seis câmaras municipais, mas a URZE não tinha dinheiro e as câmaras também não tinham essa disponibilidade financeira, então estamos à espera de uma oportunidade de financiamento».

Esta não é uma história fácil de contar, e fica muito por dizer. É uma história de desalento, abandono, desilusão, frustração, máquinas burocráticas pesadas e isolamento das comunidades. Mas nem tudo é terra ardida. Se houve expressões que cruzaram todas as vivências e conversas desta reportagem, como «abandono», «êxodo», «desilusão», «burocracia», em todas elas há um sentimento latente e que não se pronuncia, que é o de resiliência. Se em Arganil há «Uma história de autogestão no renascer das cinzas», reportagem nesta edição do Jornal MAPA, no Interior mais profundo a resistência conta-se pela permanência. A permanência das pessoas como carvalhos monumentais, plantadas na sua terra, desanimadas, mas vivas ainda assim.

AS BOLOTAS SÃO COMO BALAS: UMA REVOLUÇÃO VERDE NA SERRA DE GATA

Bonggi tinha acabado de se instalar na Serra de Gata, quando a viu ser devastada por um incêndio sem precedentes. O sonho surgiu das cinzas. Nesse verão de 2015, ninguém podia prever o que estava para vir. Quase sem meios e sem licenças, só com trabalho voluntário, arrancou-se mais de um milhão de pinheiros e plantaram-se mais de 25 mil árvores autóctones. Agora, arranca uma viagem por toda a península para criar a Rede Ibérica de Guardiões do Bosque..

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

Quando as chamas chegaram, Bonggi era o mais recente habitante da Serra de Gata - esquecida na Extremadura espanhola, junto à Serra da Malcata e ao distrito de Castelo Branco. À volta da sua casa, e a perder de vista, ficaram mais de 8 mil hectares de cinza. «A vida pôs-me este desafio», diz hoje. «Ajudar a serra a recuperar».

Só que na pacata Villasbuenas de Gata mais ninguém parecia sentir esse chamado de reflorestar a área colossal. Foi no Boom e noutros festivais de música que Bonggi deu a conhecer o projecto e que germinou a rede Reforest-Accion: «Nascemos do fogo. E das cinzas estamos a criar vida». Tinha 1200 euros, o aval da câmara para hospedar os voluntários na pousada da juventude - e uma vontade indomável. Quando chegou o *octubre de reforestación*, em 2016, e os *100 días de reforestación*, até fevereiro deste ano, a aldeia não foi mais a mesma.

Chegam voluntários às centenas, numa mistura diversa como a do bosque que semeiam. «Portugal, França, Chile, Filipinas, Egipto, Alemanha, México, Roménia...» - Bonggi perde a conta às nacionalidades que por ali passam. Lança-se uma campanha para recolher comida, os vizinhos oferecem alimentos, as pessoas trazem ferramentas. A sua carrinha faz vai-vens repleta de bolotas, frutas, comida, materiais... Faça chuva ou faça sol, voluntárias de todas as idades saem para os montes áridos, plantar sobreiros, azinheiras, castanheiros e medronheiros com ardor e alegria. As noites são para caminhadas na floresta, documentários, *jam sessions*. E a cada quinta-feira é a vez das crianças das escolas pegarem nas enxadas e mudas de árvores.

E assim se plantaram 25 mil árvores. «Não temos qualquer autorização, mas não queremos saber. Simplesmente vamos e plantamos árvores. Os políticos não tiveram coragem de nos parar». Tocar nos pinheiros era tabu - mas não os tirar seria deixar tudo voltar a ser o mesmo. «Pensei: não quero saber se vou para a prisão. E comecei a arrancá-los», conta Bonggi. E assim se arrancou mais de um milhão. «É uma espécie super invasiva, nada mais pode crescer. Não queremos eliminar por completo o pinheiro resinoso, que é importante para os habitantes, mas diversificar para que não possa voltar a haver um mar de pinheiros. A natureza vai encontrar o seu caminho».

> A ideia é partilhar a experiência de Gata, um «modelo de gestão florestal social e auto-gerido, que está a começar a dar frutos tanto na paisagem como na consciência colectiva local»

Agora que a primavera chegou à serra, Bonggi parte numa nova missão: criar uma Rede Ibérica de Guardiões do Bosque. Na agenda, entre maio e junho, estão previstas conversas e oficinas gratuitas pelas várias regiões de Espanha e por Portugal - onde tem vindo para iniciativas ligadas à rede Reflorestar Portugal. A ideia é partilhar a experiência de Gata, um «modelo de gestão florestal social e auto-gerido, que está a começar a dar frutos tanto na paisagem como na consciência colectiva local». E criar «não uma rede de blá blá - uma rede activa. Para começar projectos e conseguir fundos para isso. Em Espanha ainda temos muita terra pública. Em Portugal 90% da terra é privada, a ideia é mais convencer os proprietários».

Como todas as que o ajudam, Bonggi é voluntário. Para ter dinheiro fez desde *energy balls* em festivais, a carpintaria no Chile ou passeios a cavalo na Mongólia. Tinha 17 anos quando partiu para viajar pelo mundo, até se instalar na Indonésia, a trabalhar para salvar animais selvagens. Mas o sonho de proteger a natureza tropical deu lugar à depressiva realidade das ONG: «só querem saber do seu nome, dos seus fundos, dos seus computadores. Apanha-se o avião a toda a hora. Algo estava errado». O seu mestre de artes marciais falava-lhe do mundo invisível. E foi numa floresta da Patagónia, rodeado de árvores de três mil anos, que recebeu inspiração. «O meu papel era plantar árvores. Fiz um compromisso com a natureza: saber-me e sentir-me parte dela. Tem de ser algo honesto, puro no coração».

Agora fala duma «revolução verde». «As bolotas para nós são como balas. São uma dádiva maravilhosa que tivemos aqui na Ibéria. Gosto de lhe chamar Ibéria. A península está a tornar-se rapidamente um deserto - talvez demore 20 anos. Por isso temos de começar agora. Semeemos 10 mil por dia. Mesmo que só mil sobrevivam, são mil árvores! Uma vez que ganhem raízes, nada as pode parar». Na serra de Gata, para já, a taxa de sobrevivência é de 70%. Para Bonggi, nada é tão fácil como plantar. «Vais à floresta com os teus amigos, colhes bolotas, pões 4h na água, semeias! Se todos o fizessem, em 20 anos a península estava coberta de floresta».

E, no entanto, há um trabalho mais importante. «Podemos plantar árvores a vida toda - mas é preciso plantar na cabeça das pessoas», afirma. «Quando conectas com um ser que vai viver 100 anos, algo muda. Vi pessoas mudar aqui. Plantar durante 10 dias é como uma forma de meditação activa. Aprendes sem livro - o livro está ali, aberto».

Informação, contacto e datas das conversas e oficinas:
reforest-accion.net
Facebook: Reforest-Acción Network

Crises, utopias, ameaças – um olhar sobre as okupas gregas

Em pleno caos capitalista, uma parte da comunidade anarquista grega orientou-se para a construção duma rede de espaços, muitos deles ocupados, que proporcionasse uma vida o mais possível fora dos constrangimentos do Estado e do mercado. Com a chamada «crise de refugiados» o esforço reorientou-se para a resolução da situação de vida-à-espera-da-morte dessas pessoas. Notícias de Atenas, onde o icónico bairro Exarchia corre, também no seguimento deste processo, um risco de transformação profunda.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Acossado pelos ditames do neoliberalismo e asfixiado por uma dívida impagável, o Estado grego, contra toda a euforia causada pela eleição do Syriza, deixou de garantir uma quantidade de serviços que, para muita gente, eram a diferença entre uma vida minimamente digna e outra completamente miserável. No decorrer do descalabro, milhões de habitantes da Grécia viram os seus rendimentos extraordinariamente reduzidos, quando não os perderam. Mais ou menos 30% das casas gregas ficaram vazias. Quase em simultâneo, uma vaga de refugiados sem precedentes, acompanhada por uma reacção criminosa do governo grego e das instituições da União Europeia (UE), encheu o território helénico de pessoas com necessidades urgentes a que ninguém respondia. Mas um pouco por todo o país, com destaque lógico e normal em Atenas, onde o Estado falhou levantaram-se os que sempre o consideraram em falência e organizaram, em conjunto com as populações afectadas, uma resposta autónoma e baseada nos princípios da acção directa, da auto-organização, da solidariedade e do apoio mútuo que sempre nortearam a proposta anarquista.

Anarquistas

Num país onde as acções insurreccionais não são uma excepção estranha, o movimento anarquista tem um nível crescente de aceitação pública, que se explica sobretudo com o trabalho intenso e contínuo que começou por ganhar notoriedade nos anos 1970 na oposição à ditadura e que, desde então, se envolveu em muitas causas, seja contra os Jogos Olímpicos de Atenas em 2004, seja contra a ordem neoliberal, com uma perspectiva a que o tempo repetidamente veio dar razão. Hoje, de novo, os seus avisos quanto à ilusão da solução Syriza ecoam na cabeça de muitas das pessoas que habitam na Grécia.

No início de Dezembro de 2008, em Exarchia, bairro no centro de Atenas, a polícia grega respondeu a uma provocação dum adolescente de 15 anos matando-o. As reacções ao assassinato de Alexis Grigoropoulos foram imediatas e atingiram dimensões impressionantes, mesmo para um país como a Grécia, que testemunhava os distúrbios mais violentos desde 1985, quando um estudante da mesma idade morreu em confrontos com a polícia. Sucederam-se as pilhagens e os ataques a edifícios e viaturas, numa vaga que alastrou a uma dúzia de cidades. Esta escalada confrontacional coincidiu no tempo com uma outra, a da contestação às políticas austeritárias do governo conservador de Costas Karamanlis, alimentando-a e alimentando-se dela.

Passada a retórica social-democrata do governo de Tsipras, demonstrada a inevitabilidade da continuação da austeridade e o logro do Syriza, os anarquistas não abandonaram as ruas. Mas viram-se sozinhos. As multidões que antes os acompanhavam estavam agora inertes, numa espera passiva por dias melhores, rendidas aos cantos solenes do mal menor. Tinham, por um lado, deixado de servir ao projecto de poder do partido que motivara muitas delas a saírem para a rua e passavam, por outro, a fazer parte da ópera *There Is No Alternative*.

É neste caldo que se insere o notório aumento de ocupações feitas por anarquistas, um fenómeno que terá começado em 2008/2009 mas que não se perdeu no rescaldo da vitória de Tsipras. De facto, ainda antes do recente florescimento causado pela afluência de refugiados, o movimento okupa teve um forte impulso com o surgimento de «centros sociais autogeridos» em muitos locais do país que conta, neste momento, com cerca de 250 destes espaços. Alguns focaram-se em habitação, outros em locais de cultura, de ócio, alimentação, fornecimento de medicamentos ou cuidados médicos. Em 2013, o Jornal MAPA dava já conta do aparecimento muito rápido de mais de duas dezenas de clínicas solidárias, nem todas de inspiração anarquista, através do relato da experiência da Clínica de Solidariedade Social de Kalamata. Que funcionava no antigo hospital da terra, com equipamentos doados e com trabalho exclusivamente voluntário de secretários, médicos, dentistas, enfermeiros e assistentes sociais.

Cada falhanço do sistema parece comprovar a validade das críticas anarquistas. No entanto, quando tudo falha, não cabe aos libertários regozijarem-se pela miséria que se instala, antes estarem preparados para manter a crítica e, ao mesmo tempo, apresentar na prática as soluções para fugir dessa miséria. Em Atenas, e cada vez mais à volta de Exarchia, o esforço anarquista orientava-se sobretudo para a criação de estruturas que se complementassem e criassem uma rede para viver o mais possível à margem do Estado e do mercado. Uma construção subterrânea duma realidade alternativa perene que se apresentasse como caminho revolucionário. Diz-se «anarquistas», sem se pretender falar dum corpo homogéneo ou, sequer, dum movimento uno. Apenas do que foi mais visível nos últimos tempos por terras gregas.

A resposta anarquista grega à crise de rendimentos, à redução das movimentações de rua e ao governo Syriza não foi então o entrincheiramento nas profundezas do ilegalismo ou no conforto dos colectivos. Foi, sem abdicar destas características, perceber a necessidade de responder, no imediato, a uma crise de subsistência a que as possibilidades de esquerda não respondiam, propondo a acção directa, a auto-organização, a solidariedade e o apoio-mútuo como alternativas ao Estado, e ao mercado, em falência. O anarquismo em acção em pleno pesadelo capitalista, também como forma de evitar que o descontentamento se transformasse, por ausência de alternativa, em apoio à extrema-direita que tão bem sabe cavalgar estes momentos.

«Crise de refugiados»

Entretanto, em 2016, no auge da «crise de refugiados», os vizinhos da Grécia fecharam as suas fronteiras, selando o caminho para as nações mais ricas e deixando mais de 50 mil pessoas «presas» em território grego (entre as quais cerca de 2 mil crianças não acompanhadas em lista de espera de alojamento apropriado). O programa europeu de realojamento, que deveria dar destino a muitas destas pessoas noutros países da UE, acabou silenciosamente em Setembro passado. Fechava-se a última frincha da última porta de saída da Grécia.

A 18 de Março do mesmo ano,

No entanto, quando tudo falha, não cabe aos libertários regozijarem-se pela miséria que se instala, antes estarem preparados para manter a crítica e, ao mesmo tempo, apresentar na prática as soluções para fugir dessa miséria.

a UE tentou barrar completamente a entrada de migrantes na Grécia através dum acordo com a Turquia. Prometia, entre outras coisas, mais de 6 mil milhões de euros e o apressar das negociações para a adesão à UE. Os turcos, por seu lado, teriam de impedir a saída de barcos com refugiados e também de aceitar de volta todos os que deixassem escapar. Até à deportação (ou até à resposta ao pedido de asilo, se fosse esse o caso) estes refugiados ficavam confinados à ilha grega à qual tinham aportado[1], em locais especialmente construídos para passagens breves, os chamados *hotspots*.

Com o acordo UE-Turquia conseguiu-se um «três em um» sinistramente perfeito que se repete a cada acordo de «gestão de fronteiras», como com o Sudão, um caso analisado na edição de Julho de 2017 do Jornal MAPA: o financiamento a um Estado que, para dizer o mínimo, partilha poucos princípios democráticos; o aumento do risco e do preço das travessias e, consequentemente, dos lucros dos traficantes de seres humanos; a deterioração das vidas dos refugiados. No caso concreto deste acordo, dá-se ainda a curiosa coincidência de a segunda metade dos 6 mil milhões de euros ter sido enviada numa altura em que o governo de Erdogan invadia militarmente a zona curda de Afrin, no norte da Síria.

No entanto, o filtro turco não foi tão eficaz quanto a UE pretendia. E os refugiados continuaram a chegar às ilhas gregas. A única diferença foi que, desde o acordo, deixaram de poder dirigir-se para «terra firme», ou seja, Grécia continental. O filtro aperta-se então do lado da saída e rebenta com as mais mínimas das condições dos *hotspots* em sobrelotação. Quando chegam a uma ilha, os refugiados têm de se registar, normalmente através da polícia, e podem pedir asilo. Após esse pedido, deveria ser-lhes dada uma data para uma entrevista. Se o pedido for recusado, havia, até há pouco, possibilidade de recurso. Uma possibilidade que foi, entretanto, amplamente limitada com a alteração de regras para o recurso e a consequente limitação dos direitos de quem se atrever a apresentá-lo.

É neste contexto de eternização duma permanência sem condições nem perspectivas que muita gente arrisca fugir das ilhas, normalmente em direcção a Atenas. A partir desse momento, a sua situação legal, que já não era propriamente estável, deteriora-se e passam a ser pessoas fora do sistema, sem direito a abrigo institucional. Apostolos Veizis, director dos Médicos Sem Fronteiras na Grécia, afirmou em entrevista ao programa C*rossing Continents* da BBC Radio 4, no início de Abril: «Para pessoas que estão a vir irregularmente das ilhas, ou pessoas que têm o seu estatuto legal num limbo, a única solução é encontrar um lugar debaixo da ponte, ou debaixo duma árvore, ou ir a um dos *squats*. Para pessoas que não têm outras soluções, estamos a recomendar os *squats*, sim». Giovanni Lepri, número dois do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados acaba, por seu lado, por confirmar que algumas pessoas da sua organização também o fazem, embora «de forma não oficial».

> (...) esforço anarquista orienta-se então sobretudo para a criação de estruturas que se complementem e criem uma rede para viver o mais possível à margem do Estado e do mercado.

No caso de aprovação do pedido de asilo, saem da ilha em direcção à Grécia continental, onde são colocados em campos de refugiados enquanto aguardam que a burocracia os deixe seguir para o seu destino. Há oito campos para refugiados oficiais na região de Atenas, nenhum deles eficiente, apesar de já ter passado o tempo de emergência. Campos que, para muita gente, passam rapidamente de temporários a definitivos. E cujas condições não são muito melhores do que as dos *hotspots*. Apostolos Veizis, na mesma entrevista, confessa: «Hoje estive a falar com um colega que voltou da Síria – e que, antes, tinha trabalhado nas ilhas gregas – e ele disse-me que a situação nos campos dentro da Síria é melhor do que nos campos na Grécia». Pessoas que não ficam na Grécia porque querem, mas porque o tempo de espera é enorme mesmo quando existem direitos de reagrupamento. Pessoas com um estatuto legal, gente com direito a abrigo oficial, seja do Estado seja duma Organização Não Governamental (ONG), parte da qual prefere, no entanto, sair dos campos de refugiados e procurar abrigo em locais onde haja um mínimo de privacidade, comida decente, proximidade do centro, sentimento de autonomia e dignidade. Tudo o que falta aos campos, tanto ao nível do próprio conceito assistencialista que os sustenta quanto ao da realidade caótica concreta que vivem.

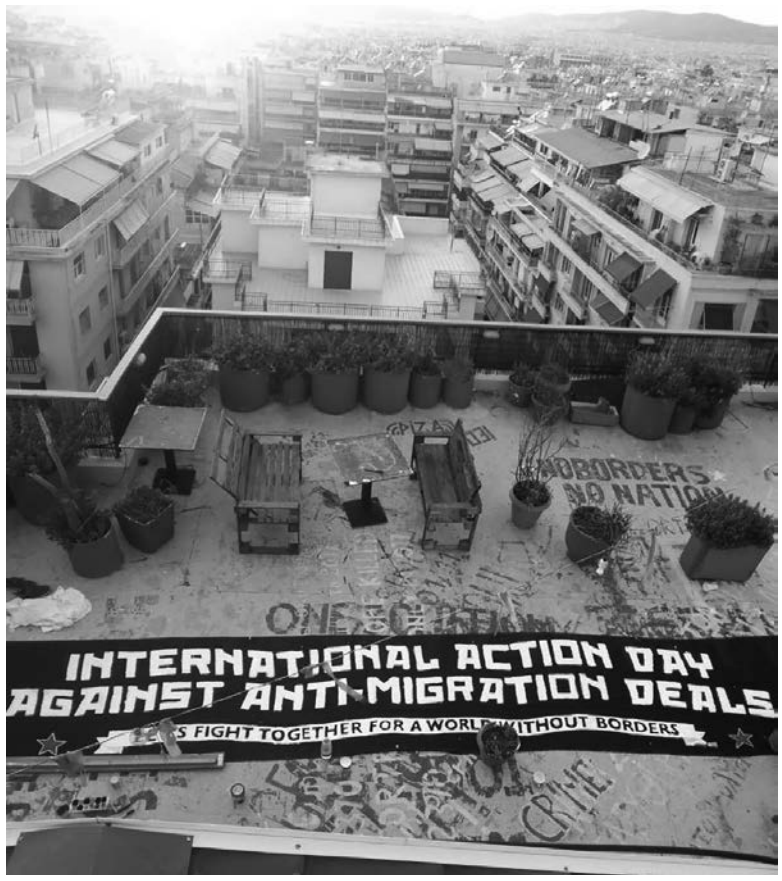
Um caos que não se explica pela falta de dinheiro. De acordo com o relatório "The refugee archipelago: the inside story of what went wrong in Greece" do *site* News Deeply, entre 2015 e 2017, a «crise de refugiados» levou 803 milhões de dólares. Nesse mesmo relatório, pode testemunhar-se como o bem-intencionado governo do Syriza e as não menos bem intencionadas ONG conseguiram que sete em cada dez euros fossem mal gastos. E um episódio relativamente recente demonstra, de facto, a hipocrisia das ONG que, por trás de discursos impolutos, se limitam a gerir dinheiros e propriedades. Em Fevereiro de 2017, um hospital abandonado foi ocupado em Atenas para abrigar refugiados oriundos da Síria. Um mês depois, em Março, a Cruz Vermelha grega, proprietária do edifício abandonado e receptora, nesse ano, de 30 milhões de euros para a questão dos refugiados na Grécia, deu ordem de despejo ao projecto e às mais de 120 pessoas que já albergava. A ter havido «crise», terá sido de resposta, de solidariedade. Não foi, de certeza, de refugiados.

Faróis de Internacionalismo

Com a criação e multiplicação de *squats* para refugiados, os anarquistas trouxeram, de facto, alguma ordem a este caos. Através de uma forma de acção solidária sem mediações nem filtros, demonstravam que, sem recursos oficiais, sem apoios estatais, sem ajudas de ONG, sem trabalhadores remunerados, se consegue resolver as falhas que o Estado, o mercado, ou quem quer que seja, só não resolvem porque não querem. Pondo a nu o facto de esta tragédia, como tantas outras, ser uma mera decisão política.

Desde que o Notara 26 abriu, no Outono de 2015, num edifício público ao abandono no bairro de Exarchia, surgiram, só em Atenas, pelo menos 12 (há notícias de 15) dessas *squats*. Neste momento, há mais de 2500 (há notícias de 3000) refugiados a viver em *squats* no centro de Atenas. São comunidades geridas pelos próprios e por voluntários (que preferem ser chamados «solidários») que, em muitos casos, se coordenam com os espaços anarquistas existentes para outros fins e se tendem a transformar em micro-sociedades cada vez mais completas (ensino, armazéns comuns, enfermarias, centros sociais, espaços de cultura, cantinas colectivas). Há, por outro lado, acordos com sindicatos de professores para que as crianças que vivem nos *squats* possam frequentar o ensino regular. Uma prática que ultrapassa a desconfiança em relação ao sistema estatal de ensino por privilegiar uma maior facilidade de adaptação das crianças através do convívio com outras de realidades completamente distintas.

Estes espaços ocupados, nem sempre públicos, são locais onde o assistencialismo se combate disponibilizando o oposto dos campos de refugiados oficiais: privacidade, comida decente, proximidade do centro, sentimento de autonomia, dignidade. Envolvendo toda a gente na limpeza, arranjo e organização do local, partilhando tarefas, liberdades e regalias, combatendo solidária e colectivamente por outros, transformando-se em centros de luta contra o racismo e a exclusão e pela liberdade de movimento e



O City Plaza, a que os habitantes chamam «o melhor hotel do mundo» transformou-se num símbolo que transporta em si uma miríade de outras pequenas peças dum mosaico de solidariedade e resistência que tenta, ali e agora, um mundo melhor.

o direito a uma vida com condições decentes. A solução da sua própria situação individual ou familiar, sendo o mote principal, não se considera completa sem a consequente compreensão de que o problema de outras pessoas é também um problema que tem de ser resolvido. Não é por isso incomum ver os *squats* de refugiados a organizarem e participarem em protestos pelo fim do acordo UE-Turquia, pela legalização e habitação para todos os refugiados, pelo livre acesso aos serviços de saúde e de educação, contra a exclusão dos refugiados dos centros das cidades ou pelo fecho dos centros de detenção.

O mais conhecido destes espaços é o City Plaza, um hotel no centro de Atenas que faliu em 2010 e se manteve abandonado até 2016, altura em que foi ocupado por 120 refugiados acompanhados de gente solidária para servir de refúgio a alguns dos milhares de migrantes sem abrigo nem direitos que se arrastavam pelas praças e jardins de Atenas. Fez dois anos em Abril. Durante esse tempo, albergou mais de 2200 refugiados. Tem, neste momento, cerca de 400 pessoas (350 refugiados e 50 solidários). E mais de quatro mil em lista de espera. Há gente que fica um dia, gente que fica meses. Cerca de um terço costumam ser crianças. Algumas nascidas lá. Gente de mais de 15 países diferentes. Ninguém paga. Toda a gente ajuda a limpar e cozinhar. Há turnos. Tecnicamente, se alguém falhar dois, pode ser expulso. Nunca aconteceu.

> Com a criação e multiplicação de *squats* para refugiados, os anarquistas trouxeram, de facto, alguma ordem a este caos.

Organiza-se por assembleia (quinzenal) participada por quem mora no edifício. Tem ensino, sobretudo de línguas (inglês, alemão, línguas maternas), diversificado com variadíssimas actividades criativas e educativas. Há médicos solidários que oferecem cuidados de saúde primários. Pela sua organização, pela sua localização central, pelos números impressionantes de pessoas que tem envolvido e pela atitude permanente de desafio e oposição, o City Plaza, a que os habitantes chamam «o melhor hotel do mundo», transformou-se num dos símbolos da luta contra a política fronteiriça da UE, os campos de refugiados e os vários níveis de exclusão e discriminação de migrantes. Um símbolo que transporta em si uma miríade de outras pequenas peças dum mosaico de solidariedade e resistência que tenta, ali e agora, um mundo melhor.

Ao tornarem visível a situação dos refugiados, alojando-os no centro de Atenas, as *squats* cumprem ainda o papel político de combater a invisibilidade a que se vota esta questão. Uma espécie de murro no estômago dos gabinetes do poder europeu e na sua imagem de guardiões de valores humanos em cidades limpas do «flagelo» que, dessa forma, não existe aos olhos dos habitantes da Europa.

E depois do adeus...

Estes «solidários» não são exclusivamente gregos, longe disso. Há refugiados que se transformaram em permanentes e há, acima de tudo, uma migração de activistas em direcção sobretudo a Atenas. É totalmente legítimo que qualquer pessoa com espírito solidário e vontade de acção se desloque para os locais onde essas aspirações se possam realizar mais facilmente. A afluência de gente solidária foi, aliás, uma alavanca fundamental para que o movimento crescesse, em tamanho e experiências, e para que, dessa forma, se tornasse realmente relevante. Uma legitimidade que se enquadra, mas talvez se perca, na inexistência de movimentos sociais fortes e mobilizadores noutras partes da Europa.

Mas há, ou pode haver, um ponto de saturação. Um ponto a partir do qual essas migrações acabam por ser foco de transformação da própria realidade que tinham escolhido à partida. Acima de tudo em Exarchia, onde muitos habitantes já falavam de um «bairro anarquista», as coisas precipitaram-se. A abertura do bairro para albergar refugiados e, sobretudo, a incapacidade de ser mais inspiração do que «anarco-atracção» ameaçam transformá-lo num local de ócio inócuo, descuido preguiçoso, ilegalismo infantil. Uma espécie de parque temático de revolta juvenil onde, em tempo de férias, se vai beber um copo a uma okupa ou atirar uma pedra à polícia, antes de se voltar para o emprego e a vida normal. Na revista francesa CQFD de Abril passado, as palavras tristes de Lisa eram: «Uma parte dos anarquistas deixou o local. Ficaram sobretudo refugiados e turistas, de passagem, que não têm necessariamente interesse em construir o bairro».

A desilusão de muita gente activa, assim como as tensões existentes no bairro, são neste momento bastante notórias. E, num território tão apetitoso, serão certamente aproveitadas pelos tentáculos da indústria do turismo e da especulação imobiliária, apoiadas, se necessário for, pelas forças da imposição da ordem. No entanto, Exarchia ainda se mantém como porto de refúgio e exemplo da persistência anarquista grega. Que, mesmo na contrariedade, poderá encontrar caminhos que lhe permitam manter-se activa e coerente ao mesmo tempo que acolhe cada vez mais descontentes e, sobretudo, se cruza com o simples acto de sobrevivência do grego ou a dinâmica do refugiado.

NOTAS

1 Uma restrição que acabou por ordem do tribunal no passado dia 17 de Abril. A partir de então, os novos refugiados que pedem asilo poderão residir em qualquer parte da Grécia. No entanto, esta alteração não tem efeitos retroactivos, o que significa que não altera a situação dos refugiados que já tivessem chegado às ilhas gregas.

A febre do lítio

O armazenamento de eletricidade em baterias de lítio é uma das soluções que fazem parte da atual "transição energética" que, necessariamente, terá de ser capaz de grandes reduções nas emissões de gases com efeito de estufa nos próximos anos. Diretamente dependente do tão cobiçado mineral de cor branca está também a industria automóvel que tenciona continuar a produzir milhares de carros, mas com uma crescente parte de carros elétricos, adotando assim o glamour de quem está a salvar o planeta. No entanto, por entre o discurso oficial tomado pela febre do lítio, as feridas no território causadas pelas suas minas a céu aberto têm motivado protestos.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Tal como na capa desta edição, reflorestação da Serra da Argemela após os incêndios de 2017 Foto: GPSA

É por tudo isso que Portugal está na corrida do recurso mineral mais procurado do momento, e está no "top 10" mundial das reservas de lítio, ocupando em 2014 o sexto lugar. Para lá da China e Austrália, este concentra-se na América do Sul, entre o Chile, Argentina e Bolívia, este último armazenando metade das reservas mundiais conhecidas e ainda por explorar. Aí, a produção de lítio é feita facilmente a partir de lagos salgados, mas por cá o lítio, sempre combinado com outras espécies minerais, é obtido em pegmatitos (rochas), num processo bem mais dispendioso. Porém, a sua procura é animada pelo crescente mercado das baterias de iões de lítio: sem as quais o nosso computador não liga, o iphone não funciona e o carro elétrico não arranca…

Por entre as explorações mineiras de quartzo e feldspato, em Portugal está a maior mina de lítio a céu aberto na Europa, em Gonçalo (Guarda), pertença da Felmica do grupo Mota, e até aqui cingida à indústria cerâmica. Porém, acompanhando a febre do lítio, só nos últimos dois anos foram feitos 41 pedidos de prospeção, muitos deles sobrepostos, e aos quais o Governo já anunciou que dará resposta através de concursos públicos internacionais para atribuição das licenças. Vendo o vídeo promocional do lítio na página da Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM) podíamos concluir: Portugal vende-se.

Antecipando a crítica habitual à lógica puramente extrativa que marca a história da mineração em Portugal, foi determinada uma estratégia nacional para o lítio. Objetivos que o secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, em entrevista ao jornal Público no início de março, afirma estarem nos cadernos de encargos: quem vier a ganhar as licenças de prospeção e exploração das reservas de lítio terá de ficar em Portugal a contribuir para o desenvolvimento de uma fileira industrial. É evidente um movimento concertado para convencer a Tesla, um dos principais fabricantes de veículos elétricos, a instalar a sua próxima fábrica europeia em Portugal: o sol, já se sabe, abunda para as suas instalações solares, e o lítio compunha o ramalhete.

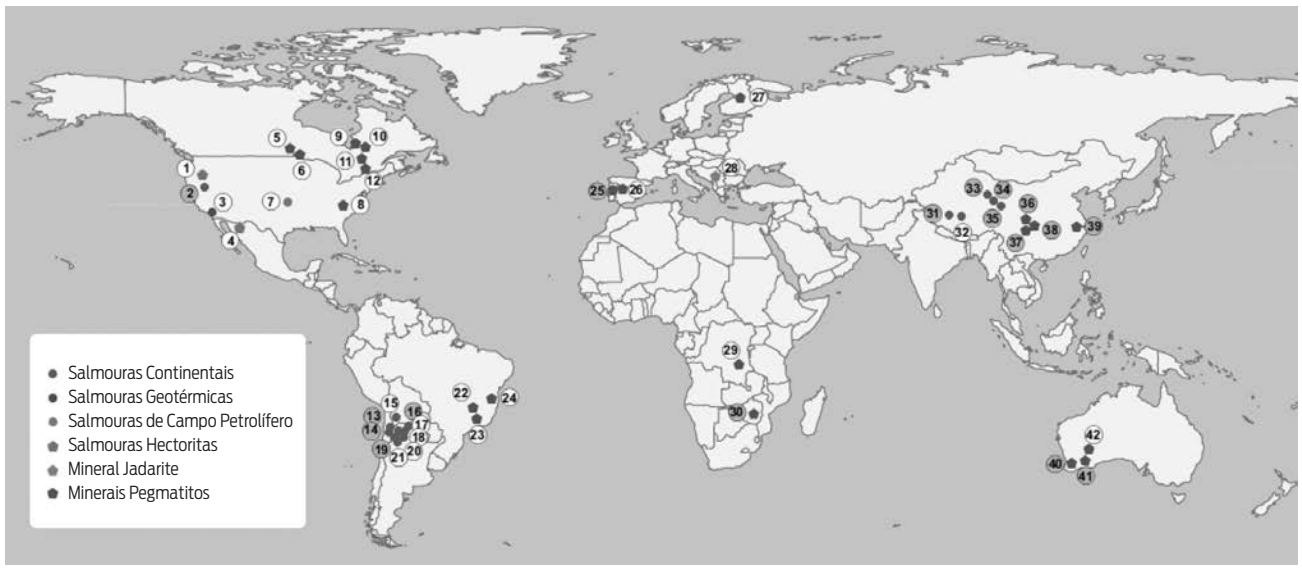
Minas a céu aberto

Em maio de 2017, o maná do lítio em Portugal foi dado a conhecer num relatório feito em 3 meses pelas entidades públicas com intervenção no setor mineiro e entidades empresariais. Neste documento, as zonas identificadas com potencial estão todas nas regiões Norte e Centro de Portugal, apesar da prospeção se estender ao Alentejo. O maior interesse, e de investimentos já anunciados, está em Montalegre (Sepeda-Barroso-Alvão e Covas do Barroso-Barroso-Alvão) e em Viana do Castelo (Serra da Agra). Soma-se as zonas de Amarante Seixoso-Vieiros, Murça, Penedono, Almendra, Barca de Alva-Escalhão e Massueime. A maior das áreas é referenciada na zona de Gonçalo-Guarda-Mangualde e na Beira Interior Argemela (Covilhã) e Segura (Castelo Branco) e ainda Portalegre. As zonas fronteiriças espanholas estão igualmente na mira, na zona de Cáceres, como noticiamos nesta edição do MAPA.

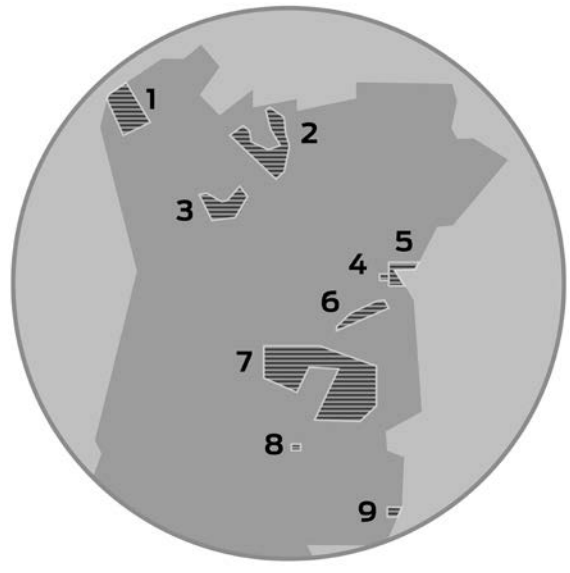
O Relatório do Lítio propõe à criação de um cluster de empresas, universidades e laboratórios do Estado, com financiamento público e comunitário, para promover um consórcio entre empresas que pretendam valorizar os seus minerais até a fase metalúrgica. A intervenção facilitadora do Estado, sem participação direta na prospeção e exploração, abre o caminho às grandes companhias mineiras. E para dirimir guerras acesas entre estas, como a que se vive em Montalegre.

O faroeste barrosão

Nos baldios da aldeia de Carvalhais, Montalegre, deixou de haver lugar para o usufruto secular desses montes. Nem agora, nem no futuro, quando for esventrada a céu aberto a montanha barrosã. A pouca e idosa população, em coro com a Autarquia, trocou o legado natural e comunitário na promessa de empregos e do regresso da



O lítio em Portugal e no mundo



1. Serra de Arga, **2.** Barroso - Alvão, **3.** Seixoso - Veiros, **4.** Almendra, **5.** Barca de Alva - Escalhão, **6.** Massueime, **7.** Guarda, **8.** Argemela, **9.** Segura

economia mineira à exploração de Sepeda. Ecoam as memórias do volfrâmio, alimentando a economia de guerra, a alemães e americanos na II Guerra Mundial, por entre a tosse da silicose que faturava com a morte, o desenvolvimento da região. Agora são as divergências judiciais das licenças de prospeção entre a empresa australiana Dakota Minerals, sob o nome Novo Lítio, com a portuguesa Lusorecursos, que adiam a promessa do lítio em Montalegre que dizem ser a segunda maior reserva da Europa. No terreno, a GNR é chamada para mediar os seguranças privados de ambas as empresas. A corrida ao lítio no faroeste barrosão.

No concelho vizinho, em Boticas, os ingleses da Savannah Resources encontraram menos percalços e afirmam ter o potencial para liderar a produção de lítio na Europa com a mina a céu aberto do Barroso. Tal como as restantes empresas, estendem as suas pesquisas a outras áreas nas Covas do Barroso, como na Serra d'Arga (Caminha, Ponte de Lima e Calvelo), Barca de Alva (Mêda e Almendra) e Tâmega (Caramos). Porém, a mina do Barroso tem já desde 2005 um plano mineiro aprovado, na sequência de uma Declaração de Impacte Ambiental então focada na indústria cerâmica do quartzo e feldspato.

Argemela é Nossa

No meio de tamanho entusiasmo entre políticos, autarcas solícitos e o jornalismo económico há uma exceção pela qual ecoam os impactos das minas a céu aberto previstas em Portugal.

A 15 km do Fundão, a população da Aldeia de Barco, face à ameaça de destruição da serra da Argemela, pela exploração do lítio (entre outros minerais cobiçados), uniu-se e saiu para as ruas. E o Grupo "Pela Preservação da Serra da Argemela" (GPSA) conseguiu num ano de protestos, que no passado dia 29 de março, a Assembleia da República aprovasse por unanimidade, uma recomendação ao Governo para suspender o contrato de exploração mineira na Serra de Argemela, antes de avaliados todos os impactos e considerando a possibilidade do abandono do projeto. O contrato de prospeção estava em vigor desde 2011 à empresa PANNN, da Almina em Aljustrel, e em fevereiro de 2017 foi publicado o requerimento de concessão à exploração de uma área de 403,71 hectares. No terreno, a placa de área de concessão mineira apresenta ainda a Felmica como envolvida nos trabalhos de prospeção.

No primeiro domingo de março de 2018, a Serra de Argemela foi abraçada por centenas de pessoas num cordão humano que celebrava um ano de protestos. A 2 de março de 2017, dezenas de populares haviam-se concentrado em Barco, Covilhã, para os primeiros protestos. No dia seguinte, a Câmara da Covilhã aprovou por unanimidade uma moção de protesto. Uns dias depois, mais de trezentas pessoas juntaram-se para uma caminhada entre a aldeia e o emblemático Castro da Argemela. Um ano depois, com a oposição declarada à exploração mineira das autarquias do Fundão e Covilhã, nem a chuva, nem o frio desmobilizaram centenas de pessoas de gritar bem alto: Argemela é nossa e há de ser até morrer. Os populares das freguesias de Barco e Coutada, Lavacolhos e Silvares, não têm a memória curta. No local existe ainda, no subsolo, uma antiga mina de estanho e volfrâmio, que é parte da história da população e que motivara aliás um projeto de turismo mineiro aliado à natureza entretanto reabilitada do rio Zêzere. E quem lá vive não quer voltar atrás no tempo.

Maria do Carmo Mendes, dinamizadora do GPSA, sintetizava ao jornal da Guarda O Interior os impactos da exploração mineira: «um tremendo impacto visual», «a poluição sonora», «a poluição do ar resultado da exploração em si e da maquinaria usada, a contaminação direta dos lençóis freáticos da Serra da Argemela, a contaminação dos solos e, pela ação do declive, a contaminação inevitável do Rio Zêzere». Não esquecendo, para além da mina a céu aberto, os impactes da «deposição de rejeitados (que poderá funcionar como barragem)», da área para a lavaria, de três escombreiras previstas e «uma enorme área de 185,61 hectares para vias de acesso às valências atrás descritas». Em suma, «a destruição de praticamente toda a vertente norte da Serra da Argemela». Seria assim feita tábua rasa aos ecossistemas naturais, ao património arqueológico, à agro-silvicultura e regadios agrícolas coletivos, condenando outros caminhos de valorização e economia das populações, a troco da promessa de uns poucos postos de trabalho. Ao Canal dos Conflitos Ambientais em Portugal - Polén, no You Tube, a porta voz do GPSA alerta que «as pessoas quando falam em empregos deviam tentar informar-se um bocadinho mais. Emprego, em si, não implica riqueza e neste caso nem riqueza, nem saúde, nem qualidade, nem implica nada. Eles vêm para extrair o mineral, usar as pessoas, e deixar as pessoas à sua sorte».

Embandeirar em arco

A febre do lítio surgiu há cerca de dois anos quando a China desafiou o oligopólio estabelecido. Liderando essa «transição energética», a China, responsável por 40% dos veículos elétricos no mundo, fez disparar os preços do lítio. O preço da tonelada passou de cerca de 5000 dólares no final de 2013 para quase 14 mil nos últimos meses de 2017. Nesta corrida, a produção do lítio está nas mãos das chamadas Big 3 (53%): os chilenos da Sociedad Quimica e Minera de Chile; e os americanos da Albemarle e da FMC (a operar na Argentina). Mas, desde 2016, as chinesas Tianqi Lithium e Jiangxi Ganfeng Lithium passaram a deter 40% da produção mundial.

Na cotação do lítio em alta, a volatilidade e a especulação revelam-se, uma vez mais, como a espinha dorsal do capitalismo financeiro. Num mercado internacional não regulado, controlado pela China e pelas Big 3, e crescendo com os planos de descarbonização ou o boom da Tesla, o que acontece é o estratagema habitual de inflacionar os preços e, com eles, o lucro. E é nessa «janela de oportunidade» que abundam os investidores em Portugal e Espanha, aliciados pela indústria automóvel europeia, ainda que não haja qualquer segurança no cenário económico, e se fale mesmo de quedas de 45% nos próximos três anos.

Fora essas incertezas, e a ausência de garantias que a geoestratégia capitalista nunca poderá dar a qualquer investimento «local», há outras dúvidas que deveriam fazer baixar a febre do lítio. A sua viabilidade económica quando extraída dos recursos minerais, comparado com as salmouras sulamericanas é no mínimo periclitante. Como afirmava o próprio diretor-geral de Energia e Geologia, Mário Guedes, ao Diário de Notícias em setembro passado «nas condições atuais é economicamente inviável». E mesmo o aperfeiçoamento dessas tecnologias podem cair por terra quando vingarem outras alternativas mais baratas para fazer baterias, como sejam os recentes estudos realizados em torno do sódio. Que temos na abundante água do mar.

No meio de tamanho entusiasmo entre políticos, autarcas solícitos e o jornalismo económico há uma exceção pela qual ecoam os impactes das minas a céu aberto previstas em Portugal. A 15 km do Fundão, a população da Aldeia de Barco, face à ameaça de destruição da serra da Argemela, pela exploração do lítio (entre outros minerais cobiçados), uniu-se e saiu para as ruas.

Como conduzir esta questão?

A procura de novos recursos, como o lítio, alimenta hoje um mundo tecnológico em iminente blackout. Afinal de contas, essa crescente demanda é o desafio que nos é imposto no séc. XXI já sob o cenário das alterações climáticas. Neste panorama, a questão dos carros elétricos, por entre o lítio e a transição energética, é um assunto central. Efetivamente a mobilidade elétrica é uma das soluções para o problema das emissões de CO2 proveniente do setor dos transportes rodoviários. O problema é que a indústria automóvel quer transitar aplicando o mesmo modelo, ou seja, substituir os carros existentes por carros elétricos perpetuando o mesmo modelo de mobilidade individual sem o qual nada funciona. Em Portugal existe quase um automóvel por cada duas pessoas e, em abono da verdade de qualquer discurso «ecológico», os veículos elétricos só fazem sentido num novo modelo de transportação coletiva, partilha de automóveis e, inevitavelmente, redução do transporte de produtos entre grandes distâncias. Só assim a pressão sobre os recursos será muito menor.

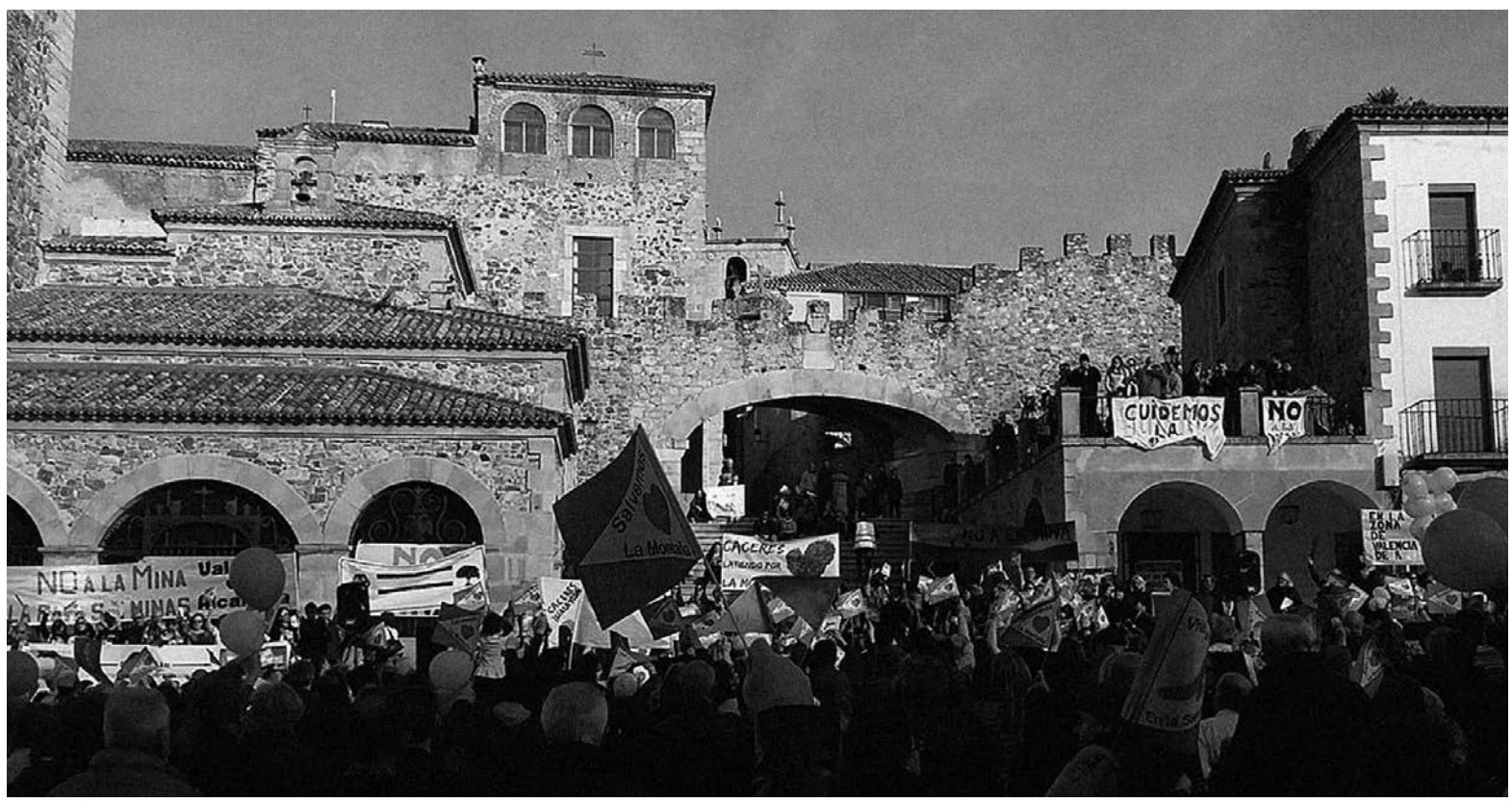
A profunda alteração da forma da mobilidade atual, como a mudança que se impõe à gestão cega do nosso quotidiano, assente em tecnologias dependentes do ciclo infinito da exploração de recursos finitos, deverão ser afinal as metas que nos deveriam conduzir. Se apresentarmos de forma simplista o lítio como a única hipótese viável para diminuir as emissões de CO2 provenientes do setor dos transportes, acabaremos por estar a combater as alterações climáticas criando novos problemas ambientais, e, claro, perpetuando a lógica da acumulação da riqueza na mão de uns poucos com base nos recursos comuns de todos.

FELMICA - Minerais Industriais, S.A.
ZONA DE TRABALHOS
CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO
C-98 "CABEÇO DA ARGEMELA"
ENTIDADE LICENCIADORA: DIREÇÃO GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA
DIRETOR TÉCNICO: Dr. Paulo Moutela

Foto: Canal Polem

Cáceres, Património Poluído da Humanidade

San José: Uma mina de lítio a céu aberto a 2km da cidade



BIXU PIRILAMPA
BIXUKIYA@GMAIL.COM

Uma vez mais, o dinheiro é colocado acima da natureza e da saúde. Trata-se, desta vez, de Cáceres, a cidade Património da Humanidade, a 90km da fronteira portuguesa. A Tecnologia Extremenha do Lítio S.L. (TEL) pretende converter a Serra da Mosca (a uma distância de apenas 2km do núcleo urbano cacerense) numa cratera de 300m de profundidade e 1,5km de diâmetro. Isto tudo com o propósito de construir uma mina de lítio a céu aberto, que ameaça fortemente a biodiversidade da fauna e flora que rodeiam a cidade, assim como o bem-estar dos seus habitantes.

A empresa

No ano de 2016, a Valoriza Minería cria uma pequena empresa com um capital social de apenas 3000 euros chamada Tecnología Extremeña del Litio, com sede em Madrid e todos os privilégios fiscais próprios das pequenas empresas em Espanha. Desta maneira, a Valoriza Minería (filial, por sua vez, da grande empresa Sacyr, companhia responsável por projetos mineiros na região extremenha bem como no resto do mundo) solicita e consegue as permissões de investigação sobre a antiga mina de Valdeflores, na montanha cacerense. Desta forma, começa um silencioso e não muito legal processo para reativar uma antiga mina que, até à data do seu encerramento nos anos 80, se dedicava à extração de lítio, estanho e turquesa. Mas, desta vez, fá-lo-ia a céu aberto.

Uma vez iniciado este processo aparece a empresa australiana Plymouth Minerals Limited (que, desde 1 de março de 2018, se chama Infinity Lithium Corporation) e compra 80% dos direitos do projeto à Valoriza Minería (sublinhe-se a palavra "direitos", já que é apenas isso que está a ser comprado, sendo que as responsabilidades, se alguma coisa correr mal, não são nem da Valoriza, nem da Plymouth, mas sim da TEL, que poderia dissolver-se sem causar problema nenhum para qualquer uma das grandes empresas aqui nomeadas). Se já a coisa parecia complicada, vem juntar-se à telenovela mexicana a Ironbark Zinc Limited, multinacional da qual é filial a Infinity Lithium e a Tonsley Mining, que também participa na Extremadura Mining e que, através da TEL, está presente no projeto de Cáceres.

> Se o projeto da mina continuasse, por fim, a ser levado à prática, as consequências seriam fatais em muitos sentidos.

A «futura» Mina de San José é apresentada no mercado de ações australiano sem indicar as condições ambientais ou localização, por exemplo, de forma a conseguir investidores fora do estado espanhol ainda antes de ter obtido a licença definitiva da Junta da Extremadura para começar as escavações. Explica-se, isso sim, que a Valoriza Minería criou a Tecnologia Extremenha do Lítio para, nas palavras da empresa australiana, «fornecer à Sacyr o veículo para aceder à indústria mineira em Espanha». É curioso também pensar que Espanha possui apenas 2% da quantidade mundial de lítio e que a Austrália é um dos países que conta com a maior percentagem de lítio no planeta.

Possíveis consequências

Se o projeto da mina continuasse, por fim, a ser levado à prática, as consequências seriam fatais em muitos sentidos. A nível humano, o início da cratera ficaria a 1,5km do hospital que está a ser construído nos arredores da cidade como o principal da província cacerense. Ao ser uma mina a céu aberto existe uma grande probabilidade das partículas dos trabalhos de extração, em suspensão no ar, se espalharem com o vento num raio de 10km, cobrindo assim os limites municipais inteiros de Cáceres e podendo provocar doenças respiratórias e de pele. Para uma região com problemas de água, como é a Extremadura, o projeto pressupõe um grande risco de infiltrações e consequente contaminação das

Fotografia: Lorenzo Cordero

NO a la MINA
Plataforma SALVEMOS LA MONTAÑA
Cáceres
INSTALAÇÕES
ÁREA DE PROCESSAMENTO DE MATERIAL
MOAGEM:
- Esmagamento do material até obter um pó tão fino quanto a areia da praia (1,5mm).
INCINERADOR:
-O material é aquecido com sulfatos a 850ºC num processo chamado "torrefação ácida".
-A seguir, é dissolvido em ácido sulfúrico a cerca de 100°C.
-Os sulfatos são devolvidos ao forno depois de se lavar o material com grandes quantidades de água.
DERRAMAMENTOS:
-O material é filtrado e os resíduos acabam numa "lagoa de evaporação": A ÁGUA É DEPURADA MÍMINIMAMENTE, NÃO PODE SER USADA DE NOVO.
CONSEQUÊNCIAS
SOBRE O AQUÍFERO E OS RECURSOS HÍDRICOS:
- Vai acabar com o lençol freático da montanha.
- Usará até 2.000.000 de litros de água para obter cada tonelada de mineral.
CONTAMINANTES
- Pó tóxico e partículas em suspensão.
- As águas ácidas da lavagem mineral são despejadas numa lagoa que fica por cima de "El Calerizo". Poderão infiltrar-se no aqüífero que flui e segue seu curso pela Ribeira do Marco.
DETONAÇÕES E EXPLOSÕES:
-Durante anos serão contínuas e causarão desconforto e vibrações.
TRÂNSITO DE MAQUINARIA PESADA E MERCADORIAS PERIGOSAS:
- O tráfego de veículos e maquinaria pesada será contínuo e os camiões circularão com explosivos e mercadorias perigosas
2. SANTUÁRIO VIRGEM DA MONTANHA
ÁREA DE EXTRACÇÃO
PEDREIRA DE OLLETA
ÁREA DE PROCESSAMENTO
LAGOA DE EVAPORAÇÃO
ESCOMBROS
DISTÂNCIAS
1- Estação de Tratamento de Água.....300m
2- Santuário da Montanha.....600m
3- Centro Penitenciário.....800m
4- Residência Universitária.....1km
5- Residência assistida.....1,2km
6- Centro cirúrgico minimamente invasivo.1,4km
7- Novo hospital de Cáceres.....1,5km
8- Campus Universitário.....1,6km
9- Cidade dos desportos.....2km
10- Praça maior.....2,5km
11- Barragem da Guadiloba.....2,5km
DIMENSÕES
ZONA DE EXTRACÇÃO:
- Até 1.100m de diâmetro e 550m de profundidade.
- Serão removidas entre 170 e 210 milhões de toneladas de material.
- 99,96€ do mineral extraído é inutilizável e será empilhado formando uma montanha de escombro.
ÁREA DE EXPLORAÇÃO (linha vermelha):
- 412 hectares inicialmente designados
-Mas poderão ser explorados até 1175 hectares, a área total do projeto.
REPRESENTAÇÃO DA MINA DE LÍTIO A CÉU ABERTO
"SAN JOSÉ DE VALDEFLORES" NA MONTANHA DE CÁCERES
Este gráfico reproduz a escala as diferentes áreas da exploraçao mineira segundo os dados da empresa australiana promotora do projeto, PLYMOUTH MINERALS. Esta informação é livre, pública e está disponível para ser consultada no web site: http://tinyurl.com/yc8pjdzg

águas potáveis necessárias para a população, uma vez que, de acordo com os planos da empresa mineira, os depósitos de decantação do mineral ficariam situados mesmo por cima das reservas aquíferas mais importantes da zona.

A nível ambiental, a montanha destaca-se pela quantidade e diversidade de pássaros e aves de rapina que nela habitam entre os quais estão os famosos abutres pretos ou a águia imperial, duas espécies em risco de extinção. O ecossistema conta também com elementos de interesse geológico como as formações de estratos de quartzo do chamado "Risco da Serra da Mosca". Com a construção da mina existiria um grande risco de contaminação desta envolvente natural pelos produtos químicos tóxicos usados no processo de separação do mineral. Para além de ser preciso levantar toneladas de terra que mais tarde, depois de extraído o mineral, deixarão um buraco de até 1175 hectares que, segundo a empresa, será «como uma lagoa» à espera de ser enchida, não se sabe com que água.

Procedimentos, autoridades

Em julho de 2017, um dos 300 habitantes da Montanha de Cáceres descobre vários trabalhadores no seu terreno a capinar, cortar medronheiros e sobreiros e a marcar com tinta azul a terra por onde passaria «o caminho para levar até ali as máquinas perfuradoras e averiguar se ainda há mineral» (explicaram-lhe os operários). Apesar do terreno ser seu, não tinha sido informado. Nem ele, nem nenhuma das outras pessoas que moram nos 30 hectares que constituem a área para a qual se tinha concedido a licença de prospeção um mês antes destas obras começarem.

Desde o início, os movimentos das autoridades não têm sido muito claros, pelos menos em relação à população que supostamente representam. Nem a Câmara Municipal de Cáceres nem a Junta da Extremadura parecem estar a ter um comportamento próprio de quem quer converter esta região num «modelo ecológico» com projetos como «Extremadura 2030», que têm entre os seus objetivos principais criar uma economia verde valorizando os recursos naturais da sua terra como a dehesa (equivalente espanhol ao montado alentejano) de sobreiros e azinheiras que iria desaparecer com este projeto.

Em agosto de 2017, nasce a plataforma Salvemos la Montaña com a intenção de esclarecer, informar e lutar contra o projeto mineiro. Começam a apresentar-se na Junta da Extremadura queixas dos vizinhos, da plataforma e de várias entidades para exigir o cumprimento dos prazos legais (que não estavam a ser cumpridos) e a publicação dos passos do processo para assegurar a transparência e a participação cidadã.

> Nem a Câmara Municipal de Cáceres nem a Junta de Extremadura parecem estar a ter um comportamento próprio de quem quer converter esta região num «modelo ecológico».

A Salvemos la Montaña tem organizado várias ações com a finalidade de parar este projeto mineiro e aumentar a consciencialização sobre a problemática da mineração. Entre elas uma concentração de mais de 1500 pessoas na Praça Maior de Cáceres, no dia 3 de fevereiro de 2018, ou a apresentação de mais de 8000 alegações à Junta da Extremadura. As ações continuam e continuarão (diz a plataforma) até se conseguir o fim do projeto mineiro. A última das suas ações foi uma manifestação pelo centro da cidade de Cáceres, que terminou na Praça Maior e contou com o apoio de mais de 2500 pessoas, batucada e performances. E, o que é mais importante, assistiram também representantes de lutas contra minas de outras comunidades como a de urânio em Salamanca ou a de feldspato em Ávila.

Neste momento, as obras na montanha cacerense encontram-se paralisadas pela Câmara Municipal de Cáceres em resposta às denúncias e provas apresentadas pela população para demonstrar que a empresa, ao eliminar a vegetação ou abrir caminhos sem a permissão dos proprietários nem das autoridades competentes, se excedeu nas licenças de trabalho concedidas. Mesmo assim, o processo ainda continua no ar à espera de poder ser levado a cabo.

Entretanto, dias antes do fecho desta edição do Jornal MAPA, a Valoriza e companhia responderam com um pedido de licença de investigação direta da totalidade da Serra, o que equivale a um total de 1307 hectares que abrangem a zona da Serra da Mosca e o Calerizo. Incrivelmente, a Junta de Extremadura mostrou-se solícita e o processo está, para já, em trâmites.

Para além disso, mais uma empresa, a Grabat Energy, apresentou outro pedido de autorização para procurar lítio e outros minerais num terreno de 441 hectares dentro dos quais ficam também os aquíferos do Calerizo. Esta empresa tem a mesma estrutura especulativa, uma trama de à volta de uma dúzia de empresas com os nomes das mesmas pessoas por trás delas. A plataforma dos Arribes do Douro, na fronteira com Portugal – No en mi tierra – tem já uma história de luta contra a Grabat Energy, por causa de investigações para procurar volfrâmio, lítio, estanho e tântalo na localidade samorana de Fermoselle.

O inimigo, como se pode ver é múltiplo e esquivo. Por tanto, como diz a Plataforma Salvemos la Montaña... a luta continua.

mapa: Jornal de Informação Crítica

CONFLITOS AMBIENTAIS DA MINERAÇÃO EM PORTUGAL

«Mapear *diferentes formas de dizer não* nos conflitos ambientais em Portugal» é o propósito do projecto **Portugal: Ambiente em Movimento**, um projecto entre a academia e o activismo iniciado em 2014. Aqui ficam alguns desses conflitos na área da mineração.

Filipe Nunes texto | **Francisco Espada** Ilustração

No Rastro da Draga
MINÉRIO: Estanho [produção de ligas metálicas]
TERRITÓRIO: Gaia, Belmonte (1914-1980)
Gaia, junto a Belmonte, desafia a coincidência do seu nome com o conceito filosófico relativo à sobrevivência da vida na Terra. Remonta a 1914 a chegada da draga mineira mas, depois de mais de 40 anos a ver os solos em frente à aldeia serem esventrados, a população, com o 25 de Abril de 1974, reagiu em defesa da terra.
Entre 1914 e 1949, a dragagem ao longo do vale da ribeira de Gaia destruiu os solos e tornou-os improdutivos. Quando, em 1974, a Dramin (concessão luso-brasileira desde 1962) quis reativar a exploração nas hortas e olivais contíguos à aldeia, os protestos eclodiram. Com apoio da esquerda revolucionária, do MFA e da comunidade, as «reuniões entre os proprietários na intimidade das suas adegas» cedo se transformaram em assembleias populares.
Às antigas injúrias dos trabalhadores à draga - «vaca, bruxa, estafermo, matacães» - somava-se agora o elogio da agricultura e do lugar natural. Mas, depois do 25 de Novembro, os apoios esmorecem e, em 1980, os proprietários aceitam a negociação e os terrenos são dragados.

Nuclear Não!
MINÉRIO: Urânio
TERRITÓRIO: Nisa (1999-2018)
Em Nisa, desde os anos 90 que se tenta a exploração do urânio. Mas a forte oposição das populações locais e autarquia tornam-na inviável. Em 2007 nova tentativa de empresas canadianas, logo travada pelo «Movimento Urânio em Nisa Não».

Depois da Morte
MINÉRIO: Urânio [energia e armas nucleares]
TERRITÓRIO: Canas de Senhorim (1913-2016)
Durante cerca de 70 anos, minas a céu aberto nos distritos da Guarda, Viseu e Coimbra acumularam resíduos radioativos, gerando um tremendo passivo ambiental e problemas de saúde mortais. 61 minas produziram 4,4 mil toneladas de óxido de urânio. Um passivo estimado em 7,8 milhões de metros cúbicos de efluentes líquidos e resíduos sólidos. Uma indústria geopolítica estatal da Empresa Nacional de Urânio (ENU) até 2004.

Em Canas de Senhorim foram implantadas, desde 1913, as principais infraestruturas de transformação do minério, com destaque para as minas da Urgeiriça, que herdam as maiores fontes de radioatividade. A reação veio depois, e já no século XXI, com manifestações dos ex-trabalhadores do urânio e as exigências de requalificação ambiental. A Associação dos ex-Trabalhadores das Minas de Urânio lançou-se na luta pela reparação dos danos pessoais e de mortes por cancro, ditando a responsabilidade material e moral do Estado. Desde 2004, marcharam, acorrentaram-se aos portões do Palácio de Belém e depositaram inertes de urânio nos seus jardins. Quinze anos de luta para, em 2016, ser aprovada a lei que estabeleceu a compensação por morte provocada por doença profissional desses ex-trabalhadores.
A Associação Ambiente em Zonas Uraníferas, criada na Urgeiriça em 2003, protesta hoje pelo encerramento da central nuclear de Almaraz ou contra a ameaça das novas minas espanholas em Retortillo.

A Guerra dos Caulinos
MINÉRIO: Caulino [indústria cerâmica e cimenteira, medicamentos, papel, plásticos e tintas]
TERRITÓRIO: Barcelos (1980-2009)
A «Guerra dos caulinos» é marcada em 1989 pela morte de um jovem de 20 anos pela GNR. A população de Barqueiros reagia à exploração de caulinos pela Mibal, cujas crateras, desde 1965 causavam a falta de água nos poços. Quando em 1987 se preparava a exploração em Prestar a população saiu à rua e impediu-o. Voltam a fazê-lo em 1989, e na resistência um manifestante é baleado pela GNR. Perante esta morte, a reação das autoridades é negociar uma indemnização com a empresa até criadas as «condições objetivas» para retomar a mineração...

Quando, em 2000, a Mibal se lança sobre o lugar de Milhazes, a população ameaça retomar a «Guerra dos caulinos» e a autarquia emite parecer negativo à Mibal. Mas em 2009 a Mibal retoma os trabalhos em Prestar por considerar reunidas as «condições objetivas» acordadas com a autarquia. Centrados nos protestos partidários, os trâmites legais não impedirão a exploração dos caulinos. Em 2011 a exploração é concluída em Prestar e retomada em Vila Seca e Milhazes a troco de meio milhão de euros, a entregar às freguesias ao longo de dez anos. Em outubro de 2014, o jornal Barcelos Popular chamou «Polémica sem fim» à questão dos caulinos, noticiando as acusações de que a Mibal não está a cumprir o acordo...

– CAULINO
– FELDSPATO
– OURO
– ESTANHO
– URÂNIO

Sem caulinos eu vivo, sem água não!
MINÉRIO: Caulino
TERRITÓRIO: Figueira da Foz, Pombal, Soure e Cantanhede (2014-2018)
Em 2014, do alerta das crateras das minas, da poeira e dos danos na água e na agricultura, nascem diversos movimentos na Beira Litoral: «Pela Vida, Contra o Caulino», na Figueira da Foz, perante 500 hectares da Motamineral no Pocinho (freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova); a «Comissão de Luta Contra a Exploração de Caulinos», em Pombal e Soure, na ameaça de 440 hectares da Corbário, na zona de Bonitos. Em Cantanhede, face à ameaça numa área de mais de 2.300 hectares, incluindo a nascente de Olhos de Fervença, que abastece mais de 60 mil habitantes. Protestos que recolhem o apoio generalizado de partidos e autarcas. Em Novembro de 2016 é alcançada uma vitória com o chumbo da exploração em Soure.

Salvar Monchique das mãos gananciosas
MINÉRIO: Feldspato [Indústria do vidro e cerâmica]
TERRITÓRIO: Monchique (1996 -2017)
Desde 1996 que várias empresas pretendem explorar feldspato na Serra de Monchique. Nesse ano, a autarquia embarga obras e é fundada a associação A Nossa Terra, que atua contra a mineração. Nova tentativa em 2011 pelas empresas Felmica e Sifucel, esta última revirando ilegalmente em 2015 terra e pedras em Carapitotas. Moradores de diversas nacionalidades e autarcas não dão tréguas à oposição. Quase 3 milhões de metros quadrados da encosta poderiam ser escavados, comprometendo água e aquíferos, provocando poluição e destruindo paisagem.

Em Agosto de 2017 uma vitória: parecer negativo à mina da Sifucel na Corte Pequena. O «Movimento contra a Extração Mineira em Monchique» permanece atento.

Nem tudo o que luz é ouro
MINÉRIO: Ouro [Reserva de valor, indústria e electrónica]
TERRITÓRIO: Serra de Monfurado, Évora (2011 -2018)
A cobiça do ouro numa área de quase 50 km² da Serra do Monfurado motivou um vivo protesto de parte dos habitantes da Boa-Fé. População ainda hoje em alerta depois da canadiana Colt Resources, com a licença aprovada, ter-se sumido. O grupo de moradores, que obrigou à incorporação das suas observações técnicas na aprovação condicionada do projecto, apelou à população a organizar-se como noutras latitudes: se «um megaprojecto, como a mina da Boa-Fé, colocaria o território e as suas gentes à mercê do insaciável apetite do capital anónimo, será que em Portugal não poderemos fazer o mesmo? Está a chegar a hora dos brandos costumes ficarem em casa.»

+ info em **ambientemovimento.org**

Aldeia do Vale
Viver a vida, mudando o mundo

Em plena região saloia, na fronteira entre os concelhos de Sintra e Mafra, renasce a Aldeia do Vale. O Projecto Agroecológico ali instalado há cerca de dois anos alberga um punhado de gente com ganas de mudar o mundo, simplesmente a viver a vida. Falámos com a Sílvia Floresta, pioneira da permacultura no país, sobre esta eco-aldeia dedicada ao estudo de formas de vida mais íntegras, simples e sustentáveis.

SARA MOREIRA
SARITAMOREIRA@GMAIL.COM

Foto: Sara Moreira

Devolver ao campo a vivacidade

«A vida é o que te acontece enquanto estás ocupad@ a fazer outros planos», lê-se numa tela pendurada no andar térreo que já foi o quarto das vacas na vida anterior desta Aldeia do Vale. Noutros tempos, a «loja» – abrigo das ruminantes, cujo leite seria uma das principais fontes de sustento da aldeia – servia também para aquecer a casinha de cima, que é agora um espaço de habitação comum. Vê-se por ali incenso, mantas, pilhas de livros e paletes que servem de estrado para o descanso campestre. Um rolo caça-moscas adesivo, carregado de insectos silenciados, balanceia no fresco do espaço ao ritmo lento das horas quentes da manhã, enquanto lá fora, ainda à sombra, fardos de palha dispostos em círculo rodeiam vestígios de uma fogueira central.

Apesar do Sol forte, o luar reflecte nos olhos enormes de uma coruja pintada na parede exterior da oficina de carpintaria. Também brilha o olhar do Orlando Pereira, um dos mentores do Projecto Agroecológico Aldeia do Vale, quando nos abre a porta do casebre recentemente recuperado e equipado com ferramentas para os trabalhos de regeneração rural.

«Este lugar estava semi-abandonado quando aqui chegámos», conta-nos a Sílvia Floresta, que juntamente com o seu companheiro, em Dezembro de 2015, encontrou ali «um lugar triste», marcado pelo vazio de um longo tempo de dormência, mas ainda assim a pulsar potência para acolher uma nova vida. «Apaixonámo-nos pelas paisagens do oeste, pelas pessoas, pela cultura, e falámos com os proprietários que nos alugaram espaços para podermos começar a desenvolver o projecto.»

Hoje a aldeia conta com cinco residentes permanentes (um terço dos habitantes de outrora), mas por ali já terão passado mais de 1000 pessoas nos últimos dois anos, entre voluntários, formandos e formadores em temas e práticas da permacultura.

O centro de estudos entrou em funcionamento em Maio de 2016, e desde então tem dinamizado dezenas de cursos sobre aquilo que a Sílvia resume como «design sustentável para ambientes humanos» – em termos latos, permacultura.

Foto: Aldeia do Vale

Energias «apropriadas», horticultura, agroflorestas, construções naturais, e tantos outros conhecimentos, desde a transformação e preservação de alimentos à preparação de detergentes naturais, que têm uma aplicação prática no dia-a-dia das pessoas envolvidas na Aldeia do Vale – «cada uma com a sua área de trabalho», o que lhes permite melhorar e erigir novas infraestruturas, mas também oferecer formação especializada em áreas diversas. Resgatar os saberes e ofícios tradicionais da região é também um objectivo do projecto, através de oficinas como a de costura de aventais de colheita ou a de calçado usando técnicas ancestrais.

> Entre espaços alugados, cedidos e comprados, o projecto Aldeia do Vale estende-se por uma área de cerca de 2,5 hectares e está em expansão

«Tu és um bosque de alimento, eu sou uma agrofloresta»

Entre espaços alugados, cedidos e comprados, o projecto Aldeia do Vale estende-se por uma área de cerca de 2,5 hectares, e está em expansão. «Faz hoje uma semana que nos foram cedidos mais terrenos», conta-nos a Sílvia enquanto enumera as zonas que compõem a moldura do projecto: hortas, viveiro, estufa, zonas de campismo, dome para aulas, sala comum, espaço social…

Passa uma galinha lampeira que parece querer mostrar o caminho que vai até ao socalco da horta. Passamos por uma banheira completa instalada entre paredes de adobe, com um sistema de aquecimento das águas a lenha e uma janela «com vistas para o mar» – verde, indomável, silvestre.

Subimos mais três degraus de terra, por entre canas e bananeiras, e a Sílvia aponta para lá para baixo, perto de onde a vinha cresce. Diz que estão a planear por ali «um misto de agrofloresta com bosque de alimento». A conversa prossegue

até à estufa, não sem antes passar pelas extravagantes camas de cultivo que congregam uma balbúrdia de flores, couves, saladas, cucurbitáceas, aromáticas, selvagens, cobertura de palha e apontamentos de pequenos charcos.

«Imagina que nós as duas somos pintoras, e tu és uma pintora freestyle… tu pegas numa tela e pintas aquilo que te apetece. E eu sou uma pintora mais metódica: pinto uma natureza morta, janelas, estendais, tudo certinho. Tu és um bosque de alimento, eu sou uma agrofloresta.»

Da alegoria sublima-se a vontade de experimentar a aplicação de técnicas mistas que permitam optimizar o potencial produtivo das áreas, tanto horizontal como verticalmente, contribuir para a regeneração dos solos e para o resgate de variedades autóctones, e também promover a geração de uma economia local. E a Sílvia continua, com o seu jeito natural de pedagoga: «um bosque de alimento imita uma floresta natural, com trilhos, vários estratos e espécies maioritariamente perenes… Olhas à volta e parece uma floresta normal, só que tem mais de 80% de espécies comestíveis. Uma agrofloresta é pensada para produção. Usa linhas de nível, tem padrões de cultivo que se repetem, e diferentes estratos também, mas mistura espécies perenes (como árvores de fruto) com hortícolas sazonais. A agrofloresta é um tipo de produção pensada para a venda, para criar uma economia, enquanto que o bosque de alimento é pensado para o consumo da casa, para o projecto.»

Noutros tempos, o lugar sobrevivia do leite de vaca e cereais para pão, produzidos localmente e vendidos nas aldeias próximas. Hoje, «o projecto depende de nós para funcionar a nível financeiro». Têm garantido a sua resiliência através das acções de formação, serviços externos de design em permacultura, e também da venda de produtos de produção própria e de outros produtores associados, expostos na lojinha à entrada da aldeia (sabões e detergentes ecológicos, produtos de cosmética natural, licores, desidratados, colares, brincos, sapatos…).

Apesar de ainda não ser totalmente auto-sustentável, o objectivo é que a Aldeia do Vale o venha a ser, principalmente em termos energéticos, no que toca a água e a electricidade. «Para muitos dos outros recursos [que precisamos], podemos sempre envolver a comunidade vizinha, gerando uma economia local.» No processo de repovoamento, apontam as boas relações com a vizinhança e os proprietários como chave: «gostam do projecto e conseguem rever-se em imensas coisas que fazemos (…) a comunidade local apoia-nos imenso com recursos e amizade.»

«A beleza está nos olhos de quem observa»

O que à primeira vista parece apenas ser um pequeno núcleo familiar a viver a sua vida, numa aldeia em processo de regeneração lenta, onde não deixa de persistir uma certa estética de estaleiro de obras em curso, revelar-se-á, afinal, a promessa de um desígnio maior: tão-só querer mudar o mundo.

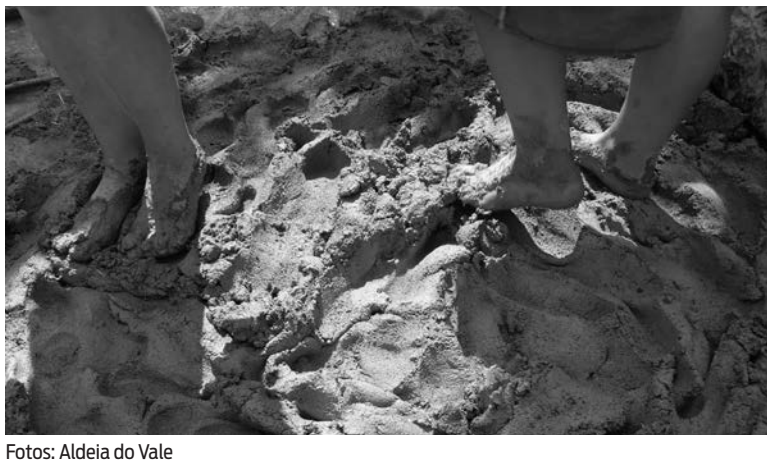
«Queremos mudar as pessoas e a maneira como olham para a vida, mostrar que é possível viver de acordo com aquilo em que acreditamos, independentemente da área que estudamos ou trabalhamos.» Falamos do primeiro de 12 princípios da permacultura, «observar e interagir», e também do último, que se preocupa com a capacidade de resposta às mudanças – ou da visão de como as coisas serão no futuro. «O nosso objectivo é não só espalhar as sementes daquilo em que acreditamos, como construirmos um local de exemplo de todas essas técnicas que usamos para podermos ter uma vida mais sustentável.»

Recolhemos à sombra de uma figueira majestosa. Tentamos definir o que é viver em harmonia. Lá ao fundo, o Orlando regressa do ribeiro com o seu jeco, que parece que tem capacidades sobrenaturais de comunicação não-verbal com os animais que vão para o pasto. Da janela onde alguém cozinha, ouve-se passar a coruja, caçadora de sonhos dos companheiros do Vale, Terra Livre. Chegou a hora de nos lambuzarmos com as diferentes receitas de pesto que estiveram a experimentar.

O Projecto Agroecológico da Aldeia do Vale integra o núcleo ambiental da Associação Cultural Circuito Explosivo. A Aldeia aceita voluntários entre Março e Outubro, «desde que tenham frequentado e concluído com sucesso um curso certificado de design em permacultura», condição que pretende garantir que quem aparece com vontade de viver e trabalhar já tem os conhecimentos básicos necessários para agir, mas também um bom pretexto para espoletar uma rede informal, invisível, de pessoas ligadas à permacultura e à agroecologia que por ali passam vindas de vários pontos do país.

Mais info:
https://www.aldeiadovale.com/
https://www.facebook.com/aldeiadovaleagroecologia/

Apesar de ainda não ser totalmente auto-sustentável, o objectivo é que a Aldeia do Vale o venha a ser, principalmente em termos energéticos, no que toca a água e a electricidade.



Fotos: Aldeia do Vale

PDUARTE
BLOG L'OBÉISSANCE EST MORTE
FOTOS: **JOSÉ REIS (LONDRES), JOAN VILLAPLANA (PEQUIM, SHENZEN, XANGAI, HONG KONG)**

Hong Kong

Cinco mil anos de tensões urbanas: uma breve história da cidade

Introdução: essência e atributos da cidade

Enquanto que a aldeia se estrutura em torno da satisfação de necessidades elementares, que ela garante *de facto* ao maior número, a cidade, estando longe de garanti-la adequadamente à maioria dos seus habitantes, move-se por outras causas: foi aí que a humanidade melhor soube demonstrar a vitalidade das suas sociedades e a originalidade do seu espírito criador. Equipada para conservar e transmitir os bens da civilização, mas também para adaptá-los às necessidades emergentes das sociedades humanas, a cidade é um organismo simultaneamente estável e dinâmico que agrupa e organiza um amplo conjunto de funções, em interacção constante, de ordem técnica, política, económica e cultural.

Se a cidade seria impossível sem a emergência de um certo nível de ordem e de lei, do qual dependem tanto a justiça e a paz, como a naturalização da propriedade privada ou da divisão do trabalho, não se deve resumi-la à gestão de corpos e tarefas em prol de uma minoria. Ela é também feita de uma multiplicidade de espaços de que a maioria dos habitantes se apropria para encontros, convívios e partilhas. Tradicionalmente os mercados, e mais recentemente os bares e cafés, desempenharam uma importante função quotidiana de socialização livre e espontânea. Como as praças que derivam da antiga ágora grega, estes lugares propiciam uma multiplicidade de intercâmbios, assim fortalecendo o tecido vivo da cidade.

A cidade na história

a) hierarquia vs. cidadania na cidade antiga

Situadas na Mesopotâmia e no Egipto faraónico, as primeiras cidades estruturavam-se em torno do palácio e do templo, o cérebro a partir do qual uma minoria comandava, em nome do rei e de Deus, a restante população. Densas, congestionadas e geralmente fortificadas, continham uma população obediente, treinada para a guerra. A disciplina e a hierarquia que permitiam o controlo unificado da população sobrepunham-se à livre cooperação que predominava na vida campestre. A arte urbana monumental, que as elites dominavam com maestria, contribuía para submeter os habitantes, ao legitimar a hierarquia em curso. Porém, se as primeiras cidades se fechavam hermeticamente sobre si próprias, os grandes rios que as atravessavam ligavam-nas ao resto do mundo. Ficava bem explícita, logo desde o início, a tensão existente, em todas as cidades de todas as épocas, entre unidade e diversidade, conservadorismo e cosmopolitismo, acanhamento e abertura.

Foi com a pólis grega que os habitantes da cidade, ou uma parte deles, foram chamados à participação total em cada aspecto da vida comum. Entendiam a cidade enquanto espaço público onde era exercida a vida política, a cidadania (*politeia*), e, neste sentido, como o oposto da esfera privada do lar (*oikos*) onde reinavam a necessidade e a vida reprodutiva. Os intercâmbios sociais canalizavam-se para lugares públicos, como a ágora, o ginásio ou o teatro, que adquiriam uma centralidade na vida da cidade. Cooperação e comunhão tornaram-se conceitos chave na vida urbana, que via despontar um novo homem, que não se entregava facilmente a rotinas cegas e desejava tornar-se o centro da pólis, participando directamente no seu governo: o *cidadão*. O tamanho da pólis, que voluntariamente jamais excedia determinados limites, era fundamental para que esta nova vida *democrática*, assente numa certa proximidade e intimidade, se pudesse desenrolar.

O contrário ocorreu séculos depois em Roma, onde infraestruturas colossais, como arenas, teatros, aquedutos ou arcos, denotavam a escala imperial que se pretendia implementar na metrópole, cuja monumentalidade e abundância dependia directamente dos excedentes do vasto império. O fórum, ao funcionar como o centro da vida pública, não apenas para Roma mas para todo o império, era o claro sintoma de que a cidade se tinha afastado dos habitantes, como sucedera no Antigo Egipto e na Mesopotâmia.

b) as liberdades urbanas da Europa medieval

A partir do século XI, e "após um longuíssimo apagamento", as cidades europeias "não param de crescer, de se animar, de estender os subúrbios ao longo das estradas"[1]. Este renascimento urbano fomentou e simultaneamente beneficiou do desenvolvimento do comércio internacional, da indústria, da agricultura e até das primeiras universidades. Os comerciantes que controlavam as novas rotas trans-europeias, por onde circulavam bens de luxo provenientes do Oriente, acumularam quantidades de dinheiro inconcebíveis para a antiga economia feudal. A mercadoria e o dinheiro irrompiam no centro da vida urbana, onde tiveram de aprender a conviver com a enorme influência que nessa altura detinham os valores cristãos. Mas diga-se que a Igreja nunca castigou devidamente a avidez e a usura, que assim foram encontrando um lugar no coração da cidade.

Desde a Idade Média que as cidades europeias "se encontram sob o signo de uma liberdade sem igual; desenvolveram-se como universos autónomos"[2]. Em Itália, na Flandres e na Alemanha, floresceram à margem dos estados e da sua disciplina férrea, organizando elas próprias os impostos, o crédito público, a indústria ou as alfândegas. Por outro lado, aqueles que trocassem as servidões da vida campestre pela vida urbana, onde imperava a mobilidade social, poderiam tornar-se homens livres. Não espanta que tenha sido por esta altura que surgiu um provérbio alemão que ficou célebre: *o ar da cidade liberta*.

c) eficiência e disciplina na cidade moderna

No final da Idade Média, movimentos políticos unificadores varrem a Europa. O comércio em grande escala e o capitalismo, que só se poderiam afirmar num mundo pacificado, homogéneo, de fácil e rápida circulação, requeriam um contexto estável e uniforme, o qual apenas o poder militar das monarquias emergentes estava em condições de garantir. Subitamente, a *fragmentação medieval* dava lugar à *centralização moderna*. Enquanto o comércio florescia como nunca antes, as cidades perdiam autonomia, liberdade e poder: os recém-criados *estados nacionais* não admitiam que outros pólos lhes disputassem o poder. Este movimento centralizador deu assim origem à *capital nacional*, a partir de onde uma burocracia

administrava oficialmente o Estado, de cuja população procurava colectar o máximo de taxas e impostos. A nova economia, centrada já não sobre bens ou géneros mas sobre a abstracção do dinheiro, revelava-se mais rentável e administrável para os seus gestores se fosse dirigida a partir de um centro único.

Deste modo, na cidade barroca dos séculos XVII e XVIII irá imperar uma geografia uniforme, ordenada e eficiente. Se a nova economia requeria mobilidade, eficiência e rotina, tornava-se missão da cidade materializá-las no horizonte das interacções quotidianas. Bairros labirínticos seriam então demolidos para dar lugar às formas geométricas do novo e megalómano modelo urbanístico, que apenas um poder centralizado e absoluto poderia impor sobre a informalidade e o caos que reinavam no território urbano. Ruas rectilíneas, avenidas largas, praças rectangulares e quarteirões uniformes iriam dominar a paisagem das cidades. Este novo léxico de formas urbanas traduzia também uma abordagem militarista à cidade – como notara em 1475 o rei de Nápoles e como posteriormente manifestariam os *boulevards* de Haussmann na Paris oitocentista, as ruas estreitas são um perigo para o Estado. De um modo geral, ele vinha tornar possível exercer sobre os corpos toda uma nova disciplina.

Londres

Pequim

d) a expansão urbana capitalista

"No século XVII, o capitalismo vem alterar toda a balança do poder. Daqui para a frente, o estímulo para a expansão urbana vem essencialmente de comerciantes, investidores e proprietários"[3]. Com o protagonismo crescente do capital na construção da cidade, a vida urbana passa a assentar por inteiro sobre a base, não do bem-estar colectivo, mas do lucro. Estando a cidade associada à esfera do negócio, importa fazer multiplicar os números. E, a partir dos séculos XVIII e XIX, com o impulso da revolução industrial, o seu tamanho e densidade disparam, bem como o valor da habitação, apesar da fraca qualidade da construção. Os investimentos urbanos encontrariam no subúrbio áreas sem restrições à imposição do seu modelo especulativo, enquanto que no centro tinham de optar entre a demolição de velhas arquitecturas ou a sua recuperação, implicando qualquer uma das opções aumentar a densidade construtiva.

Foi quando se normalizou a ideia de que os terrenos e os edifícios eram puras mercadorias, que se poderiam transaccionar à margem de princípios de responsabilidade social, que os bairros de miséria irromperam na cidade. A desigualdade inscrevia-se com um 'D' maiúsculo na geografia urbana e, com ela, os primeiros casos de violência e criminalidade. A acumulação ilimitada de propriedade privada tornava-se mais importante do que o bem-estar colectivo e a especulação mais importante do que a protecção. No século XVIII, eram já cerca de 50 mil os mendigos de Paris.

e) a anti-cidade e a sua crítica

Habitado num primeiro momento por uma *romântica* minoria que buscava um equilíbrio entre cidade e campo, o subúrbio acabaria por se tornar, com a atracção de enormes quantidades de população rural pelas indústrias urbanas, um dormitório massificado que fomentaria a disseminação da mercadoria que mais fez pelo desenvolvimento da anti-cidade: o automóvel. Encontros fáceis e fortuitos tornavam-se impossíveis numa cidade dispersa, fragmentada, apenas unida por viaturas isoladas e caracterizada por interacções anónimas.

> Em 1933, o manifesto funcionalista (Carta de Atenas) destacara quatro categorias que coincidiam com as funções da vida urbana favorecidas pelo capital: "produzir, repousar-consumir, habitar e circular de forma rápida"

Paralelamente, urbanistas e arquitectos ordenavam o território com um novo programa homogeneizador que, tal como na cidade barroca, tinha por missão disciplinar a vida urbana. Apoiado sobre a eficiência e o utilitarismo, o *modelo funcionalista* dividiu a cidade em zonas, cada qual com uma actividade específica, criando assim espaços previsíveis e transparentes, tão hostis à vida quanto favoráveis ao controlo panóptico dos corpos e à acumulação ilimitada de capital. Em 1933, o manifesto funcionalista (*Carta de Atenas*) destacara quatro categorias que coincidiam com as funções da vida urbana favorecidas pelo capital: "produzir, repousar-consumir, habitar e circular de forma rápida"[4]. Foi na reconstrução do pós-guerra que a planificação funcionalista e a racionalização capitalista da cidade encontraram condições propícias para a sua afirmação territorial. Implicando a degeneração da vida comunitária e o desmantelamento do tecido vivo da cidade, este projecto totalitário impunha o isolamento social e afectivo como técnica de gestão de multidões passivas, cujas condições para o encontro e a acção colectiva lhes eram *geograficamente* negadas.

Esta "atomização dos trabalhadores que as condições urbanas de produção tinham perigosamente *reagrupado*"[5] despertou críticas ferozes, vindas sobretudo de alguns núcleos de habitantes de velhos bairros medievais que, nalguns centros históricos, ainda preservavam integridade, carácter e relações sociais directas. Foi num desses núcleos que, em Paris, a partir dos anos 50, a vanguarda letrista e depois a situacionista ensaiaram uma crítica original à geografia dominante. Reivindicavam acima de tudo a importância da rua, enquanto ambiente detonador de encontros, partilhas e aventuras, a qual o urbanismo estava em vias de suprimir. Condenavam o funcionalismo pela sua abordagem estática ao território e pela ênfase que dava à estandardização, sendo que para elas "toda a forma humana se encontra em estado de transformação contínua"[6].

f) triunfal regresso ao centro: repressão, vigilância e exclusão

A expansão do funcionalismo urbanístico, durante o terceiro quartel do século passado, contribuiu para despovoar o centro das cidades, à medida que dinamizava zonas residenciais e pólos comerciais na periferia, apenas acessíveis ao automóvel. Enquanto que as classes médias em fuga do centro se reuniam em urbanizações periféricas mas espaçosas, seguras e próximas dos novos templos do consumo, as quais começaram a tomar progressivamente a forma de enclaves residenciais (os *condomínios fechados*), os modestos *bairros históricos* juntavam, num substrato preexistente de cariz popular, pessoas imigradas com outras que não se reviam nos paradigmas dominantes ou que simplesmente buscavam um último reduto de vida social que se mantivesse relativamente imune

às incursões dos investidores e empreendedores capitalistas.

A partir dos anos 80 e 90, acentua-se um processo de revalorização capitalista destes centros urbanos, que se prolongou até ao presente, ficando conhecido por *gentrificação*. A expansão deste fenómeno está ligada, por um lado, à emergência de uma classe média com aspirações culturais que, tendo crescido longe dos bairros centrais, se deixou entretanto seduzir pela sua diversidade e ambiente liberal e boémio, e, por outro, ao crescimento do turismo urbano, que se revelaria capaz de *monofuncionalizar*, em torno da museificação dos centros históricos e dos serviços e mercadorias aí comercializados, um número crescente de territórios. Estes novos moradores e visitantes fizeram disparar os investimentos especulativos por parte da banca e de fundos imobiliários na habitação e também no comércio.

Atentos a este processo de revalorização da velha cidade, os poderes públicos promoveram programas de reabilitação e requalificação com o objectivo de adaptarem aqueles bairros às exigências das suas novas classes. Foi assim que, no início do novo milénio, se assistiu em Portugal à criação, com o apoio de fundos europeus, do programa *Polis*, que tinha por meta "revitalizar as cidades" pela selecção e valorização de "áreas de excelência urbana" (centros históricos e frentes ribeirinhas e marítimas). Este programa, que seguiu os princípios que tinham sido implementados na requalificação da zona oriental de Lisboa para a EXPO´98, seria actualizado em 2007 pelo programa *Polis XXI*, o qual veio agregar, como novas prioridades às políticas públicas de urbanismo e de ordenamento do território, a competitividade, a inovação, o empreendedorismo, a segurança e as novas tecnologias.

A estes programas, deve somar-se a iniciativa da administração pública na criação, em bairros até aí excluídos do roteiro burguês, de grandes projectos dinamizadores, como pólos desportivos ou culturais e, mais recentemente, *hubs* criativos. Como a implementação destes projectos e programas jamais se vê acompanhada de políticas para fixar populações com menos recursos junto das zonas intervencionadas, estas áreas acabam por se tornar uma parte vital do território gentrificado. Importa notar que a cidade gentrificada resulta, portanto, não apenas do livre funcionamento do mercado neoliberal, mas de uma cuidadosa planificação *público-privada*, ao conjugar esforços entre autarquias, banca, ministérios diversos, fundos imobiliários e instituições europeias de financiamento.

Nos centros gentrificados, a mesma obsessão pela segurança que as classes médias transportaram para os seus refúgios residenciais vedados, as *gated communities*, é aplicada no espaço público. Concebida inicialmente para as prisões, a videovigilância, promovida por governos e municípios, incide agora sobre as ruas, principalmente as turísticas, promovendo a sua segregação classista e sacrificando a sua dimensão pública. Esta deriva anti-democrática do Estado securitário manifesta-se igualmente no design paranóico dos espaços exteriores que dissuade subtilmente grupos indesejáveis.

Pequim

Shenzen

O objecto da governação transfere-se do homem para o seu ambiente tecnológico. E a cidade daí resultante, apesar de se impor como sendo mais técnica do que política, é a cidade sem lugar para a crítica nem o conflito sonhada por qualquer poder.

Os *bairros de exclusão* ou *bairros-guetos*, onde se marginaliza a população pobre, complementam esta gestão policial do tecido social. O controlo militarizado destes lugares, que subsistem à margem do direito e permanecem blindados aos *mass media*, beneficia da normalização do estado de excepção. Despojados de qualquer estatuto cívico, os seus habitantes encontram no motim urbano uma forma eficaz de *reivindicação política*, como se verificou em Londres em 2011 e em Paris alguns anos antes. O equivalente a estes bairros, nas metrópoles do hemisfério sul, é a favela, que tende igualmente a situar-se fora do perímetro de expansão dos bairros residenciais burgueses: ocupa zonas geologicamente instáveis, junto a refinarias, minas, esgotos, lixo tóxico, auto-estradas ou leitos de cheia, que a deixam à mercê de poluição, sismos, epidemias, incêndios, inundações e desabamentos de terras, entre muitas outras calamidades.

g) da cidade criativa à cidade inteligente

A revalorização do centro das cidades fixou populações com exigências culturais potencialmente contraditórias, mas que na prática coexistem harmonicamente. Se, por um lado, os turistas buscam essencialmente representações consumíveis de identidades *locais*, por outro, a burguesia cosmopolita que habita agora o centro persegue os referentes simbólicos de uma cultura *global* criativa e moderna. Os empreendedores que investiram nesses centros resolveram este dilema, ao criarem comércios e arquitecturas com linguagens sincréticas, capazes de incorporar num mesmo produto aquilo que hoje se entende por *típico*, *moderno* e *criativo*.

As transformações urbanas do novo milénio, comprometidas com a fixação dos grupos com maiores consumos culturais no centro das cidades e com a atracção dos espíritos mais talentosos e dinâmicos para o seu tecido empresarial, encontraram no conceito de *criatividade* um precioso aliado. O tema das 'cidades criativas' entrou por isso na agenda das políticas urbanas, que mobilizam agora formas de dinamização cultural, como *street art* ou festivais de rua, no sentido de valorizar as cidades enquanto espaços vivos, inovadores e atractivos, ambientes favoráveis à inovação tecnológica e, portanto, ao crescimento económico.

Se a revolução tecnológica em curso é favorecida pelas *cidades criativas*, ela está a transformar essas cidades, tornando-as também *inteligentes*. São corporações tecnológicas como a Google ou a Siemens, e não grupos de cidadãos, que orientam esta racionalização tecnológica da vida urbana, visando incrementar a eficiência na gestão de sistemas tão diversos como os de mobilidade e transportes ou de prevenção da criminalidade. Desta parceria entre municípios e indústria, deriva uma cidade autónoma dos habitantes, que reduz a liberdade destes à execução de funções básicas. O objecto da governação transfere-se do homem para o seu ambiente tecnológico. E a cidade daí resultante, apesar de se impor como sendo mais *técnica* do que *política*, é a cidade sem lugar para a crítica nem o conflito, sonhada por qualquer poder. Uma cidade submissa, homogénea, impessoal, segura, normalizada. Como escreveu Debord em 1967, "se a história da cidade é a história da liberdade, ela é também a da tirania"[7].

Nota: uma versão alargada deste artigo poderá ser consultada *online* no *site* do Jornal MAPA.

NOTAS

1 Georges Duby, ***O tempo das catedrais***, Editorial Estampa, Lisboa, 1979, p. 99.

2 Fernand Braudel, ***Civilização material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII - As Estruturas do Quotidiano***, Editorial Teorema, Lisboa, 1992, p. 449.

3 Lewis Mumford, ***The city in history***, Harcourt, San Diego, 1961, p. 410.

4 Leonardo Lippolis, ***Viagem aos confins da cidade***, Antígona, Lisboa, 2016, p. 14.

5 Guy Debord, ***A sociedade do espectáculo***, Antígona, Lisboa, 2012, p. 108.

6 Asger Jorn, ***Potlatch, nº 15, 22 de Dezembro de 1954***, Gallimard, Paris, 1996, p. 95.

7 ***A sociedade do espectáculo***, ***op. cit.***, p. 111.

Os estafetas precários na frente da luta contra o capitalismo de plataforma

Deliveroo, Foodora, Glovo. O sucesso destas empresas depende da exploração dum precariado invisível. Agora, contra todas as expectativas, estes trabalhadores estão a organizar-se para além das fronteiras e a reclamar os seus direitos.

CALLUM CANT.
TRADUÇÃO POR **ZNM**[1]
O ORIGINAL FOI PUBLICADO EM INGLÊS NA REVISTA *POLITICAL CRITIQUE* EM AGOSTO DE 2017

Uma greve de trabalhadores da Deliveroo de Londres durante o verão de 2016 constituiu o primeiro sinal de que os trabalhadores das plataformas de entrega de comida eram capazes de organizar ações coletivas em massa. A greve alargou-se da Deliveroo à UberEats[2] e, posteriormente, a todo o país. Um ano depois, essa luta estender-se-ia a um nível transnacional, tendo os trabalhadores das plataformas de entrega de comida realizado greves em mais de dez cidades do Reino Unido, Itália, França, Espanha e Alemanha.

As suas lutas obtiveram vitórias e, ao mesmo tempo, enfrentaram sérios contratempos. A emergência de um movimento transnacional de trabalhadores precários a partir de circunstâncias, no mínimo, improváveis é, contudo, um dado factual. Através de uma ação militante e não mediada, trabalhadores que eram suposto ser fracos e impotentes estenderam o seu antagonismo ao capital além-fronteiras. Esta circulação transnacional de lutas exemplifica como a mudança da composição social da classe trabalhadora poderá garantir novas oportunidades, inclusive ao destruir velhas certezas.

É no Reino Unido que tudo arranca

O movimento no Reino Unido iniciou-se quando os trabalhadores da Deliveroo foram informados que os seus contratos passariam de um salário por hora (7 libras), acrescido de um bónus por entrega (1 libra), a um sistema de trabalho à peça (3,75 libras por entrega). Depressa, redes informais em sete áreas distintas mobilizaram-se na resposta. Centenas de motoristas entraram em greve ao longo da semana, uma ação que obrigou a companhia a permitir a escolha do sistema de pagamento e que inspirou as disputas por vir.

> Em circunstâncias heterodoxas, os estafetas precários foram capazes de gerar uma comunidade, principalmente através de grupos em aplicações de mensagens encriptadas.

Após a primeira onda de greves em Londres ter esmorecido, dois sindicatos envolveram-se na organização com os motoristas da Deliveroo. Os Independent Workers of Great Britain (IWGB)[3], um sindicato dissidente criado em 2013, começou a organizar-se com os trabalhadores de Camden (Londres), o epicentro das greves do verão; e os Industrial Workers of the World (IWW)[4] envolveram-se a nível nacional e, particularmente, em Bristol e Leeds. O Rebel Roo, um boletim editado por trabalhadores da Deliveroo, começou igualmente a ser produzido com o apoio do grupo político Plan C [5].

Mês após mês, o nível de organização e de ação fora de Londres foi-se desenvolvendo. Em Bristol, os trabalhadores em turnos de formação da Deliveroo entraram em greve, obtendo vitória. Seguiu-se a sindicalização e greve em torno de baixos de salários em Brighton, e o início de um esforço concertado de organização em Leeds. Em fevereiro, a distribuição do Rebel Roo[6] alcançou os 1500 boletins distribuídos por mês (cerca de 10% da força de trabalho a nível nacional). Verificou-se igualmente o início da organização em cidades socialmente e politicamente diversas, como Liverpool, Middlesbrough, Portsmouth, Manchester e Glasgow. No final de fevereiro, os principais elementos do movimento reuniram-se na assembleia da Transnational Social Strike Platform, em Londres. O movimento parecia então aproximar-se de um ponto crítico.

Quando sete trabalhadores de Leeds foram vítimas de assédio, a IWW tentou impulsionar uma greve nacional. Contudo, surgiram doutras partes algumas hesitações relativas a uma escalada de tal dimensão, que coincidiram com uma redução da dinâmica em todos o país. As lutas em Leeds e Brighton alcançaram vitórias significativas, mas não conseguiram aumentar a escala para um nível nacional. Os trabalhadores que haviam sido objeto de assédio em Leeds foram reintegrados e o gestor responsável foi despedido. Os trabalhadores de Brighton conseguiram o congelamento de novas contratações, mas o movimento, em geral, vacilou. Nesta cidade, os motoristas avançaram com a formação de uma coligação com outros trabalhadores precários, que culminou numa manifestação do «1.º de Maio Precário». No entanto, e apesar destes passos em frente, o momento havia passado.

A contraofensiva por parte da Deliveroo envolveu importantes concessões em determinadas localidades, o que provocou o aumento dos salários médios. Porém, em termos significativos, estas concessões resultaram não tanto de mudanças contratuais, mas da obscura distribuição de trabalho realizada pela aplicação. Aos poucos, as regiões do Reino Unido melhor organizadas começaram a cair em inatividade. Neste contexto de refluxo da ação trabalhadora, a IWW (Reino Unido) regressou à via legal que havia antes impulsionado, contestando

o recurso ao regime de «trabalho independente» como forma de evasão às obrigações legais para com os trabalhadores. Esta contestação prossegue, tendo obtido o apoio da direção de esquerda do Partido Trabalhista.

O Movimento alastra-se

Após a greve de Londres, a organização tornou-se contagiosa. De repente, trabalhadores em toda a Europa começaram a agir. A luta em Itália iniciou-se na cidade de Turim, em outubro de 2016, com as primeiras mobilizações dos motoristas da Foodora. Cerca de metade dos 100 trabalhadores entraram em greve quando a companhia tentou alterar o pagamento por hora (5,40 libras) para salário à peça (2,70 libras por entrega). Conjuntamente com grupos do movimento, eles organizaram uma massa crítica/manifestação/greve e circularam pela cidade. As reivindicações do movimento centravam-se nos custos (informação, motorizadas), na paridade salarial com Milão e nos direitos de emprego, como subsídio de doença e de férias. A reivindicação geral, em termos da condição laboral, era a cobertura por contrato coletivo de trabalho e, associado, o salário mínimo.

Os motoristas organizaram-se com o Si Cobas[7], um sindicato combativo, e conseguiram um aumento de 1,10 euros na taxa de entrega para os 3,60 euros. No entanto, a esta importante vitória seguiu-se a desconexão dos 15 trabalhadores que demonstraram uma maior proeminência organizativa e um recrutamento em massa que veio diluir a organização da força de trabalho. Combinado com mudanças da aplicação destinadas a apaziguar os motoristas, a contraofensiva da Foodora conseguiu, eficazmente, bloquear o movimento.

As greves em França foram, consideravelmente, menos formais que no Reino Unido e na Itália, com os motoristas a convocar e impor greves sem aviso prévio ou sem uma coordenação explícita. Esta situação caótica criou um sentimento de pânico entre a gestão da plataforma, tendo a Deliveroo chegado a ameaçar chamar a polícia quando confrontada por um piquete em frente a um restaurante famoso, organizado por motoristas grevistas de Marselha.

Na Alemanha, a organização iniciou-se em abril de 2017 quando a Freie ArbeiterInnen-Union (Federação dos Trabalhadores Livres - FAU) lançou uma campanha de organização nas plataformas de entrega de comida em Berlim[8]. As suas reivindicações eram as seguintes: transparência do número de horas cumpridas; garantia de horas mínimas, de forma a assegurar a sobrevivência do trabalhador; aumento de 1 euro por entrega; e uma hora por semana paga, dedicada ao planeamento de turnos. Pela primeira vez, a campanha contava com uma larga base em múltiplas plataformas de entrega. A primeira manifestação teve lugar em maio e juntou mais de 80 motoristas da Deliveroo e da Foodora a exigir negociações. Uma segunda manifestação em junho, à frente das sedes das duas empresas, contou com um número semelhante de pessoas. Esta pressão contínua forçou a Foodora a entrar em negociações com a FAU em Berlim. A Deliveroo, contudo, continua a resistir às exigências.

> A síntese entre movimento social e movimento operário desenvolveu-se ao ponto de os trabalhadores das plataformas de entrega terem atuado enquanto batedores das manifestações de rua contra a lei do trabalho em França.

A maior ação de greve até agora realizada verificou-se em Espanha. Perante uma campanha de manifestações organizadas por trabalhadores, a Deliveroo respondeu com o assédio laboral, desconectando os 13 trabalhadores mais ativos. No entanto, a luta continuou e, a 2 de julho, culminou numa greve nacional de três horas (entre as 8 e as 11 da noite) dos trabalhadores da Deliveroo em Barcelona, Valência e Madrid. A participação foi elevada: em Barcelona, 150 motoristas, entre uma força de trabalho de 230, estavam em greve. Eles exigiam um mínimo de 2 entregas por hora, a garantia de 20 horas de trabalho por semana e o fim ao assédio dos trabalhadores sindicalizados.

Em Itália, os trabalhadores prosseguiam uma via legal que os conduzisse a uma diferente condição em termos de emprego e de negociação coletiva, tendo sido apoiados pelo partido de esquerda Sinistra Italiana. A mobilização teve início igualmente em Milão, com uma outra massa crítica/manifestação/greve a 15 de julho, que juntou trabalhadores da Foodora, Deliveroo e da Giovo a exigirem subsídio de doença e seguro em caso de acidente. Existem algumas evidências de que a organização se encontra a alastrar, ainda mais longe, por toda a Europa – trabalhadores de países como a Holanda, Áustria e Grécia juntaram-se aos encontros internacionais de organização dinamizados por motoristas alemães, italianos e espanhóis.

Trabalhar para a Caixa Negra

Independentemente de onde operam na Europa, as plataformas de entrega de comida baseiam-se num mesmo modelo de negócio fundamental[9]. A plataforma faz a mediação entre fornecedores de comida, trabalhadores de entregas e clientes. Cada parte recorre à aplicação como forma de contactar as outras, sendo o processo de trabalho controlado através de gestão algorítmica[10]. Isto significa que, na maior parte do tempo, os trabalhadores respondem a ordens produzidas por um sistema automático contido no que o especialista em trabalho Trebor Scholz designa de «Caixa Negra»[11]. A plataforma em si possui muito pouco capital fixo, terceirizando todos os custos de entrega nos motoristas, que têm que fornecer as suas próprias motorizadas, informação, etc. Para todos os efeitos, os trabalhadores já possuem todos os meios de produção necessários ao processo de entrega – com a vital exceção da plataforma de coordenação e dos seus algoritmos, que se mantêm firmemente nas mãos do patrão.

Os trabalhadores encontram-se vinculados através de uma relação de emprego não estandardizada, cuja natureza específica varia de país para país. Em geral, contudo, estas condições baseiam-se no princípio de que é possível trabalhar-se por um menor salário do que o auferido por um trabalhador. Tal constitui uma tentativa de reduzir os custos da força de trabalho – cujo preço foi estabelecido por via de um processo histórico de luta de classes – que tem sido eficaz na debilitação das velhas vitórias alcançadas pelo movimento operário e pelo contrato social democrata. Estas condições não estandardizadas são o resultado de uma relação entre capital e estado, igualmente responsável por reformas estruturais mais vastas do mercado de trabalho com um objetivo semelhante: a lei de emprego de Renzi em Itália; as alterações ao regime jurídico sindical, dos estágios e dos serviços sociais no Reino Unido; a lei do trabalho em França; a diminuição a longo prazo dos salários na Alemanha; o código do trabalho

espanhol, etc. Estes dois processos encontram-se diretamente relacionados: plataformas como a Uber costumam utilizar o capital de investidores de risco no *lobby* a favor de mudanças no quadro legal e regulador, de forma a criar as condições necessárias ao florescimento dos seus modelos de negócio.

Esta unidade transnacional na organização do trabalho foi o que garantiu a súbita expansão das plataformas de entrega de comida, numa tentativa de monopolização e obtenção de efeitos de escala. Mas, ao permitir essa rápida expansão, criou as condições para uma igualmente rápida circulação de uma forma comum de luta dos trabalhadores no seio destas plataformas.

Organização invisível

O operaista italiano Romano Alquati afirmou uma vez que nenhuma luta operária era «espontânea»: se alguém assim o acha, é porque lhe terá escapado a organização invisível que a produziu[12].

A organização invisível das lutas das plataformas de entrega parece resultar da convergência de dois tipos de experiência. A primeira corresponde ao processo de trabalho em si. Em circunstâncias heterodoxas, os estafetas precários foram capazes de gerar uma comunidade, principalmente através de grupos em aplicações de mensagens encriptadas. Por vezes, a convergência em «centros da zona» ou pontos em comum na cidade proporcionou também encontros coletivos e assembleias. Estes não podiam ser controlados pela plataforma, devido à inexistência de um aparelho de supervisão no terreno. A segunda é composta pelas redes de organização invisível que se desenvolveram a partir da experiência subjetiva dos movimentos criados após o *crash* financeiro de 2008. Ao invés de surgirem da experiência de prévios conflitos nos locais de trabalho, muitos dos organizadores e apoiantes formaram-se naquele período particular dos movimentos sociais das praças, das universidades e das ruas. Quando estes dois rios se encontraram, o resultado foi a organização de base.

Este modelo, em termos gerais, permitiu aos trabalhadores recorrer a meios muito semelhantes no desenvolvimento de uma posição mais equilibrada face à sua plataforma. Entre estes, destaca-se a greve, combinada com a massa crítica/piquete móvel e reforçada pelos movimentos sociais. O reequilíbrio providenciado pela tática possui duas origens. Em primeiro lugar, o bloqueio móvel e a parada do movimento social, que reivindica as ruas da cidade e estabelece uma relação com a classe trabalhadora em contextos fora do local de trabalho. Frequentemente, esta dinâmica tem gerado uma forte «opinião pública» a favor dos motoristas, e dotado os movimentos sociais de um maior enfoque no que respeita às questões estruturais de exploração. Quando esta tática é empregue, não existe qualquer possibilidade de reduzir a luta dos trabalhadores das plataformas de entrega a algo puramente «económico». Em segundo lugar, o desvio do trabalho do sindicato. Os trabalhadores flexíveis retiram o seu trabalho em massa e estendem o piquete à cidade, relacionando-se com outros motoristas, restaurantes e clientes, e envolvendo-os na paralisação da produção. Trabalhadores de diferentes condições, supostamente débeis, adquirem poder ao encontrarem-se nas ruas. Em cada momento desta onda de greves todas as dinâmicas da manifestação entram em jogo conjuntamente com a questão crucial do trabalho.

> Tanto a gestão algorítmica, como o capitalismo de plataforma são fenómenos que vão para lá da entrega de comida.

A síntese entre movimento social e movimento operário desenvolveu-se ao ponto de os trabalhadores das plataformas de entrega terem atuado enquanto batedores das manifestações de rua contra a lei do trabalho em França. A sua mobilidade e conhecimento da cidade permitiram-lhes ultrapassar a polícia, combatendo exatamente o tipo de legislação laboral que começou por criar as suas próprias condições precárias. Este dinamismo foi, em parte, possível devido ao uso direto da ferramenta da greve, por sua vez possibilitada pelas relações de emprego não estandardizadas. Quando as proteções legais ao emprego foram abandonadas, de forma a garantir a plena exploração do trabalhador, as proteções legais do empregador também se esvaneceram. De repente, greves selvagens tornaram-se na única forma de greve viável. A militância laboral foi restringida pela habitual repressão estatal das greves e da organização dos trabalhadores, o que veio a potenciar o rápido desenvolvimento e alargamento de greves sem um grande envolvimento dos sindicatos.

Bloquons Tout!

A impressionante existência de um movimento grevista transnacional e transversal às diversas plataformas de entrega constitui a evidência de que o desenvolvimento do que surge designado como «capitalismo de plataforma» não re0sulta de um processo sem conflito. Apesar da luta de classes não se encontrar ainda numa etapa de configuração do desenvolvimento do setor, não é impossível imaginar que se venha a tornar num fator determinante. Se a onda persistir, verificando-se o aumento de greves cada vez mais interligadas e fortes, existe a possibilidade de aprofundamento da auto-organização dos trabalhadores precários das plataformas sob gestão algorítmica.

Tanto a gestão algorítmica, como o capitalismo de plataforma são fenómenos que vão para lá da entrega de comida. Supermercados e armazéns são cada vez mais sujeitos a reorganização, com sistemas de algoritmos a determinar o processo de trabalho. Os trabalhadores de plataformas variam de motoristas de taxi a operar na Uber a operários da Amazon Mechanical Turk. Se a militância dos trabalhadores das plataformas de entrega se estender a estes dois segmentos, o nível de conflito em torno da exploração na Europa crescerá então de forma significativa. Existem alguns sinais de que este alargamento poderá estar a ter lugar: trabalhadores organizados estão a desenvolver passos no sentido do bloqueio de pontos estratégicos da infraestrutura logística da Amazon na *Black Friday*. O movimento transnacional no seio das plataformas contribuiu assim com algum conhecimento importante para o movimento transnacional contra o capital.

Callum Cant é estudante de doutoramento na universidade de West London onde investiga sobre as greves no Reino Unido entre 2008 e 2018. É também editor da Notes From Below, uma publicação socialista militante (notesfrombelow.org) e tem publicado no The Guardian, The Independent, Novara Media, Political Critique entre outros.

NOTAS

1 Original em goo.gl/NBbBo2

2 John Murray «5 things you need to know about the UberEats strike». goo.gl/NBbBo2

3 https://iwgb.org.uk/

4 https://iww.org.uk/

5 NT: As lutas travadas pelos trabalhadores das plataformas encontram-se descritas e analisadas em muitos artigos publicados no site deste grupo: https://www.weareplanc.org

6 goo.gl/NBbBo2

7 https://sicobas.org/

8 https://deliverunion.fau.org/

9 NT: Ver ZNM «A microempresa enquanto trabalho: o motorista da Uber», Jornal Mapa, N.º 19, Fevereiro-Abril de 2018, 29-30

10 Sarah O´Connor «When your boss is an algorithm». goo.gl/NBbBo2

11 http://wiki.p2pfoundation.net/Digital_Black_Box_Labor

12 Romano Alquatti, «Struggle at Fiat» goo.gl/NBbBo2

Os Rohingya e os conflitos no Myanmar

Um olhar geral sobre as tensões étnicas, religiosas e nacionais.

GUILHERME FIGUEIREDO
GUILHERME.R.T.FIGUEIREDO@GMAIL.COM
FOTOS: **UNITED TO END GENOCIDE**

Nos últimos anos a República da União de Myanmar (antes conhecida como Birmânia) tem sido palco de uma das maiores crises humanitárias jamais vistas, com cerca de 600.000 pessoas deslocadas até à data. Esta crise, consequência de uma longa série de eventos históricos, motivada por sentimentos identitários - religiosos, nacionais e étnicos - e perpetuada por forças políticas, económicas, militares e religiosas, integra vários atores entre os quais o governo, as forças militares e as comunidades budistas e muçulmanas do país. A brutalidade da violência praticada, assim como o silêncio e a cumplicidade do governo do Myanmar, tem chamado a atenção da comunidade internacional, de várias organizações não-governamentais e dos *media* pelo mundo fora.

Contextualização Histórica

A condição que hoje se vive na República da União de Myanmar deriva de uma série de acontecimentos políticos e sociais complexos. Para entender melhor a sua situação presente é necessária uma contextualização histórica, com um foco especial sobre o estado de Rakhine (antes conhecido como Arakan), salientando alguns momentos críticos da História que levaram ao actual conflicto.

O último reino de Rakhine viu o seu fim em 1785, data em que foi anexado ao reino da Birmânia. De imediato surgiram as primeiras tensões étnicas na zona, com os muçulmanos a serem sujeitos a trabalho forçado. Contudo, apesar deste território ter um rico passado histórico, os seus problemas actuais derivam em grande parte do período de domínio colonial inglês, um período importante para a compreensão dos conflitos no Myanmar.

Entre 1824 e 1826 dá-se a primeira guerra entre a Inglaterra e a Birmânia e a região de Arakan é anexada à Índia Britânica. Com a anexação, e com a expansão do cultivo do arroz, aumentou o número de imigrantes muçulmanos ("*Bengali Muslims*"). Isto levou à alteração dos padrões sociais da região, com estas populações a tornarem-se alvo de segregação racial. Durante o seu domínio, que só começou oficialmente em 1885, os Britânicos procederam à dissolução da monarquia e à separação de poderes entre o estado e a religião, levando os monges budistas a perderem o seu prestígio e a sua posição oficial privilegiada. As noções de poder secular derivam de especificidades históricas do ocidente, moldadas por culturas cristãs e por ideologias políticas modernas ocidentais e demonstraram-se pouco adaptáveis às culturas locais. Apesar da disseminação destas ideias pelos regimes coloniais, as culturas asiáticas compreendem, muitas vezes, visões diferentes da divisão entre o poder humano e o divino. Esta diferença cultural radical tornou-se imediatamente um polo de tensão visto que a identidade nacional do Myanmar se encontra profundamente enraizada na religião budista.

> Estes ataques foram retaliados pelo exército com "operações de limpeza" que passaram pelo incêndio de cerca de 200 aldeias e locais de comércio dos Rohingya e a morte a tiro de vários civis, incluindo mulheres e crianças.

O impacto nefasto da colonização britânica não ficou por aqui. A imposição de diferentes formas de governação por todo o país, com um governo direto no centro da Birmânia e indireto nos estados circundantes , fragmentou-o ainda mais, com terríveis consequências nas relações étnicas internas. Mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão invadiu o território, levando os Rakhine a apoiarem os japoneses enquanto os Rohingya, com o objetivo de criar um estado muçulmano independente dentro da Birmânia, assumiram o lado dos britânicos. Isto levou a confrontos violentos e massacres entre os dois grupos, que terminaram por contribuir, ainda mais, para a segregação das comunidades muçulmanas. Em 1948, com o final da Segunda Guerra Mundial, a Birmânia tornou-se independente. Após um processo de descolonização rápido, e que teve em pouca consideração as relações étnicas internas, o país foi dividido em quatro partes e em grupos étnicos dentro destas. No mesmo ano deu-se a Revolução Comunista. Por esta altura, um pequeno grupo de muçulmanos organizou-se para levar a cabo um plano de anexação da parte norte de Rakhine. Na resposta este movimento viu os seus líderes assassinados e os seus apoiantes presos.

Em 1959 os Rohingya foram reconhecidos como uma raça indígena do país e em 1960 votaram nas eleições nacionais. Porém isto foi sol de pouca dura, já que em 1962 o General Ne Win e o seu exército voltam a tomar o poder através de um golpe de estado. Com este golpe foram banidas todas as organizações políticas que se pudessem opor ao novo regime e instituíram-se novas políticas que negavam a cidadania aos muçulmanos, num processo de "Birmanização" que visava uniformizar uma identidade nacional, assimilando e oprimindo as minorias do país. Para além do agravamento das tensões causadas pelo novo regime militar, em 1971, com a guerra no Paquistão Oriental (que levou à criação do Bangladesh), um total estimado de 17.000 refugiados migraram para Arakan. Três anos depois, em 1974 Arakan ganhou o estatuto de estado. Esta nova constituição, que persiste até hoje, dividiu a nação em sete estados étnicos.

Entre 1977 e 1979, em resposta a um novo movimento migratório, o governo militar socialista da Birmânia colocou em acção uma operação contra a "imigração ilegal" - "*Operation Naga Min*" - intimidando e forçando 200.000 muçulmanos a escapar para o Bangladesh. Durante esta operação, os Rohingya passaram a ser considerados imigrantes ilegais, tendo a Lei de Cidadania de 1982 fixado este estatuto ao excluí-los da lista das 135 etnias oficiais da Birmânia. Em 1989 a Birmânia mudou o seu nome para Myanmar, alterando também o nome do estado de Arakan para estado de Rakhine, com novos cartões de identidade que excluíam a maioria dos Rohingya. Um ano depois o país teve eleições livres, formaram-se alguns partidos muçulmanos e alguns representantes desta etnia foram eleitos. No entanto ,o regime ditatorial manteve-se e este povo passou a ser considerado uma ameaça para o estado.

Em 1991, uma nova operação - "*Operation Pyi Thaya (Operation Clean and Beautiful Nation)*" - levou cerca de 250.000 pessoas a fugir das suas terras de novo para o Bangladesh. Durante esta década, o exército aumentou a sua presença na parte norte do estado de Rakhine e foram im-

Em Setembro de 2017, cerca de 400.000 pessoas (das quais dois terços mulheres e crianças) estabeleceram-se em acampamentos improvisados no Bangladesh, junto à fronteira.

postas leis que restringiam os casamentos, as certidões de nascimento ou a liberdade de movimento dos Rohingya.

Duas décadas depois reavivou-se o conflicto. O ano de 2012 foi particularmente violento no Myanmar, ficando marcado por duas vagas de tumultos entre as comunidades Rahkines e Rohingya, desencadeados pela violação e assassinato de uma rapariga budista, alegadamente por parte de um grupo de homens muçulmanos. Nos conflictos morreram 200 pessoas e cerca 140.000 Rohingya abandonaram as suas casas. Este foi o ano de maior violência no Myanmar desde a sua independência. Em 2015, deram-se as primeiras eleições consideradas livres no Myanmar, que levaram Aung San Suu Kyi e o seu partido NLD à vitória.

Já em 2016 e 2017, vários postos policiais em Rakhine na fronteira entre o Bangladesh e o Myanmar foram atacados pelo grupo *Arakan Rohingya Salvation Army (ARSA)*. A estes ataques o exército de Myanmar respondeu com "operações de limpeza" que passaram pelo incêndio de cerca de 200 aldeias e locais de comércio dos Rohingya, com o assassinato a tiro de vários civis, detenções arbitrárias, torturas e violações. Em Setembro de 2017, cerca de 400.000 pessoas (das quais dois terços mulheres e crianças) estabeleceram-se em acampamentos improvisados no Bangladesh, junto à fronteira.

Desde aí a situação no Myanmar (e no Bangladesh) encontra-se fragilizada, com a comunidade internacional a pressionar o governo do país para que tome medidas contra as atrocidades cometidas pelo seu exército. As ocorrências levaram as Nações Unidas a reconhecer o caso como um exemplo clássico de "limpeza étnica", com o governo de Aung San Suu Kyi, laureada com um Nobel da Paz em 1991, a pôr em causa as acusações e a negar os acontecimentos.

Etnia, Religião e Nacionalidade

Embora os conflitos étnicos permeiem a história do Myanmar estes nem sempre tiveram uma carga política. Muitos defendem que foi com o advento do colonialismo no país, com a imposição de políticas e categorizações étnicas ("dividindo para conquistar") e com as diferentes formas de governo colonial já referidas que a etnicidade se politizou. O regime colonial incumbiu-se de impor um sistema classificatório étnico superficial, alterando sucessivamente os seus critérios, passando pela casta, religião, língua e até pelas marcas de nascença. Ao serem "essencializadas" estas categorias étnicas, todo o sistema classificatório revelou-se pouco funcional, já que se podia transitar facilmente entre diferentes classificações.

O regime pós-colonial não foi mais eficaz na sua redefinição das categorizações étnicas. A "etnia" mantém-se até hoje um conceito mutável; porém, o que ficou efetivamente definido foi uma distinção clara entre as etnias indígenas do Myanmar (*taingyintha* ou "filhos da terra") e as etnias provenientes da China e dos restantes países do Sul da Ásia, entendidas como estrangeiras. É aqui que se notam as profundas relações que existem entre identidade étnica e identidade nacional no Myanmar, valorizando-se o *taingyintha* sobre a restante cidadania.

Esta discriminação encontra-se institucionalizada no Myanmar, com a maioria budista decidindo quem pertence à nação, negando cidadania e direitos básicos aos Rohingya

A religião também desempenha um papel central nos processos de criação de identidade étnica e nacional, pelo que estas se misturam e sobrepõem. A religião dominante no Myanmar é o Budismo e a sua associação com a nacionalidade tornou-se particularmente visível quando o primeiro ministro U Nu a declarou religião oficial da nação, dotando formalmente os monges budistas de autoridade política. Esses mesmos monges, por sua vez, evidenciam a coincidência entre religião, etnia e nacionalidade com o seu lema "ser birmanês é ser budista". Esta justaposição tem vindo a ser confirmada e reforçada com as recentemente instituídas leis de proteção da raça e religião.

O Estado e o Budismo - Ódio Institucionalizado

No Myanmar as esferas religiosas, políticas e económicas encontram-se intimamente relacionadas. A classe monástica budista - *Sangha* - foi a única instituição cultural a sobreviver à última guerra anglo-birmanesa em 1885 e é, desde então, um símbolo de resistência contra o colonialismo. Todos os governos birmaneses desde a independência recorreram à *Sangha* para ganhar apoio e mobilizar a população. Usado na construção de uma identidade nacional o budismo é também utilizado como legitimador político em momentos de crise sendo instrumentalizado pelos governos para assimilar e integrar minorias étnicas, através de conversões forçadas. A invocação de sentimentos nacionais budistas é usada para desviar a atenção de crises na agricultura, no sector bancário e até para evitar manifestações contra o governo. Deste modo, ao instigar a violência contra os *"outros"* e, estando protegidos pelo estado, os monges têm tido um papel central na perpetuação da estigmatização e da violência contra os muçulmanos no Myanmar.

A inter-relação entre o *Sangha* e o Estado é particularmente visível através de dois movimentos nacionalistas e religiosos: o *969* e o *Ma Ba Tha*. O *969* é um grupo de monges budistas e de seus seguidores, congregados por uma forma de etno-nacionalismo extremo, com uma base ideológica de ódio pelo Islão. O líder do grupo, Ashin Wirathu, apela ao boicote de negócios geridos por muçulmanos, refere-se às mesquitas como *"bases inimigas"*, apela à proteção de mulheres budistas contra violadores muçulmanos e é um defensor das leis que restringem casamentos entre budistas e muçulmanos. O *Ma Ba Tha*, que inclui membros do *969*, é explicitamente mais político e tem como objetivo a "proteção e promoção" do budismo através do combate ao Islão, assumido-o como a maior ameaça ao Myanmar budista.

Devido ao apoio do Estado e à posição de privilégio de que desfrutam, a mensagem dos monges dificilmente é posta em causa. Deste modo, o budismo extremista e as suas expressões de ódio racial e religioso são aceites e abertamente encorajadas, e os seus opositores são reprimidos.

Esta descriminação encontra-se institucionalizada no Myanmar, com a maioria budista a decidir a quem pertence à nação, negando a cidadania e direitos básicos aos Rohingya. Embora o termo "Bamar" seja hoje exclusivamente reservado para budistas, este já incluiu alguns grupos muçulmanos em certos momentos do passado, durante os quais os nacionalistas necessitaram do máximo apoio possível. Para concluir, e fazendo uso do conceito de Benedict Anderson de nação enquanto *comunidade imaginada*, o Myanmar é hoje uma comunidade que se imagina sem os Rohingya. Vive-se hoje, possivelmente, um dos períodos mais difíceis para os muçulmanos no Myanmar, cuja identidade e integridade se encontram sob constante ameaça. Com a violência a escalar ao nível do que alguns chamam "limpeza étnica" e outros "genocídio", esta situação faz lembrar outros momentos sombrios da História, tais como a Alemanha nazi e o genocídio no Ruanda. Reconhecendo que a situação no Myanmar se encontra em desenvolvimento, impossibilitando afirmações conclusivas, resta apenas esperar que, tanto a comunidade internacional como o governo local trabalhem em conjunto com a população local para pôr fim à situação deplorável em que hoje centenas de milhares de pessoas vivem.

Versão alargada e referências disponíveis em jornalmapa.pt

Acendemos uma pequena Luz

Relato do Encontro Internacional político, artístico e desportivo que juntou mais de 7000 mulheres em Chiapas, México.

TEXTO E FOTOS: **MIMIC**

Mais de 7000 mulheres encontraram-se de 8 a 10 de Março de 2018 nas montanhas de Chiapas. Este foi o primeiro encontro internacional convocado pelas zapatistas, no qual participaram mais de 2000 mulheres Zapatistas e 5000 mulheres de mais de 28 países.

A 7 de março de 2018, a três horas de San Cristobal de las Casas, o *Caracol* de Morelia abre as suas portas para os milhares de mulheres que chegam em autocarros de todo o país. Em cima do portão, vigiado por mulheres do Exército Zapatista de Libertação Nacional (ELZN), está pendurada uma enorme faixa com a frase «Bem-vindas, mulheres do mundo» e em baixo outra faixa com a frase «proibido homens». Foi decidido colectivamente entre as zapatistas que os homens não podem entrar porque é importante haver encontros só entre mulheres, não para ser separatista, mas para criar uma oportunidade de conviver num espaço onde se organizem e se confrontem problemas que afetam unicamente as mulheres neste mundo patriarcal. «Pensamos que só assim, entre mulheres, podemos falar e ouvir, olhar, festejar sem o olhar dos homens, não importa se são homens bons ou homens maus». Este encontro foi organizado por assembleias constituídas unicamente por mulheres. Porque, como dizem elas, «Não é trabalho dos homens nem do sistema dar-nos a liberdade. Pelo contrário, o trabalho do sistema capitalista patriarcal é manter-nos dominadas. Se queremos ser livres, temos de conquistar a liberdade nós mesmas, como mulheres que somos». O objectivo do encontro foi partilhar a experiência de lutas contra os «maus governos que, não só nos utilizam, nos reprimem, nos roubam e nos desprezam como seres humanos, mas também que nos reutilizam, nos reprimem, nos roubam e nos desprezam por sermos mulheres».

Durante três dias, mais de 7000 mulheres discutiram sobre saúde, educação, lesbianismo, racismo, etc., mas sobretudo falou-se da violência de género e da violência de estado. Desenvolveram-se mais de 180 *workshops* e debates, jogou-se futebol e basquetebol, viram-se obras de teatro, falou-se e pintou-se em conjunto. O encontro foi aberto pelas mulheres zapatistas com a apresentação dos 5 *caracoles* (centros administrativos do território e comunidades zapatistas) e da história de como, em cada um, começou a organização entre mulheres. A Insurgente Erika iniciou o discurso sublinhando que elas, mesmo não tendo os estudos e talvez não tendo lido tantos livros como as mulheres da cidade, têm tanta raiva e tanta coragem como todas as que sofrem *chingaderas*, porque vivem o desprezo, a humilhação, as burlas, a violência, os golpes e as mortes por serem mulheres, por serem indígenas, por serem pobres e agora também por serem zapatistas. E esta exploração e esta violência não são feitas unicamente por homens, senão também por mulheres que dela participam. Neste encontro, elas não querem julgar nem ser julgadas, nem pediram que lutem por elas, assim como elas não lutaram pelas outras. Afirmaram que existem muitas diferenças entre as lutas em várias partes do mundo, mas que uma coisa é certa: este «pincho sistema» capitalista existe em toda a parte. E que todas devem lutar contra um sistema que faz crer e pensar que as mulheres valem menos.

> Foi um encontro muito especial, carregado de emoções, com uma energia única de 7000 mulheres que lutam

No México vivem 15 milhões de indígenas que hoje em dia sofrem discriminação, enfrentam a pobreza, o difícil acesso à saúde pública, a falta de alimentos e o ensino institucional, que as educa a abandonar por completo o seu território, a sua cultura e a sua identidade. Um território estatal em que já 7,8% está em mãos de empresas mineiras ou de empresas dedicadas à exploração de terras. Muitas vezes estas terras pertencem a comunidades indígenas que acabam por ser expropriadas. Também em outras zonas de interesse turístico, as terras comunitárias (terras sem proprietário para uso das comunidades) são vendidas pelos municípios e pelos governos corruptos a investidores estrangeiros. A própria população indígena é afastada dos olhares dos turistas. Este encontro de mulheres abriu a possibilidade de organização e partilha de táticas de luta entre as diferentes comunidades indígenas e outras partes do mundo.

Muitos debates focaram-se na auto-organização e em como recuperar velhos conhecimentos de maneira a afrontar um sistema neoliberal. Deu-se grande importância e voz às mães em luta cujos filhos e filhas foram assassinadas ou estão desaparecidas por causa de um estado que actua baseando-se na opressão, na criminalização, na violência e na morte.

Mais de 10 000 mulheres foram mortas nos últimos cinco anos no México, mas menos de 20% destes

casos foram classificados como feminicídios. A maior parte dos crimes ficam por resolver, provavelmente, porque não é do interesse do estado. O feminicídio define-se como um acto de violência extrema contra as mulheres, que entra dentro de um conceito mais vasto que é a violência de género.

«O feminicídio não é exclusivamente um acto homicida, mas estende-se também a um contexto mais complexo, que inclui a trama social e política que o encobre e que fornece os mecanismos para que este permaneça impune» (Julia Monarrez, 2009). Uma sociedade patriarcal que, através de estruturas, propaganda, rituais, tradições e ações quotidianas que reproduzem a dominação constante sobre as mulheres, faz com que aumente a violência de género, que serve ao próprio sistema para se manter em pé. O feminicídio é um crime de ódio: matar uma mulher pelo facto de ser mulher. Esta violência extrema estendeu-se a todo o país. Quase 7 mulheres são assassinadas por dia no México. O feminicídio segundo a lei: «Comete o delito de feminicídio quem, por razões de género, prive uma mulher da sua vida»; mas só 11 dos 32 estados da federação juntaram outras 7 razões pelas quais se define o feminicídio. Aliás, ainda há estados que aplicam «crime passional» em vez de feminicídio, em que a agressão é considerada como sendo feita sob um estado de «emoção violenta». Muitos feminicídios são cometidos por maridos ciumentos ou familiares e frequentemente são escondidos como suicídios. Esta impunidade está estreitamente ligada ao violento e corrupto governo Mexicano. As famílias que pedem justiça e o conhecimento da verdade encontram muitas vezes razões para desconfiarem das autoridades. No encontro, as familiares que lutam sustentam que nas zonas mais tensas, onde a taxa de feminicídios e de desaparecimentos é alta, como por exemplo na Ciudad Juárez, estes crimes estão relacionados com os grandes projetos governamentais ou estrangeiros de exploração de terras, como as indústrias mineiras ou as petrolíferas. É uma estratégia para aterrorizar a população em zonas economicamente débeis, para militarizá-las e posteriormente desalojá-las. Assim como o número de feminicídios, também o número de desaparecidas é altíssimo, igualmente encoberto pelo governo Mexicano. Entre elas, muitas ativistas e estudantes que são brutalmente assassinadas pela polícia federal, nacional ou pelos próprios militares. Estavam também presentes no encontro as mães dos 43 estudantes desaparecidos em Aotzinpa em 2014. Sabendo perfeitamente quem cometeu estes crimes, o governo quer encerrar as investigações e ainda ameaça as famílias que não se calam enquanto não se souber a verdade. Todas elas, juntamente com outras famílias de outros países, como por exemplo as «madres de mayo» da Argentina, prometeram encontrar-se no próximo ano.

> Mais de 10 000 mulheres foram mortas nos últimos cinco anos no México, mas menos de 20% destes casos foram classificados como feminicídios

Em todos os debates e *workshops* estavam presentes pelo menos 10 zapatistas de maneira a levar os conteúdos às suas comunidades. O encontro em si estava muito bem organizado e não faltou nada, desde a comida até às casas de banho. Ao redor do *caracol* estava o ELZN, para vigiar a zona. Infelizmente, aconteceu uma companheira curda, algumas argentinas e também algumas gregas terem sido impedidas de entrar no México, pelas autoridades mexicanas no aeroporto, por irem participar no encontro.

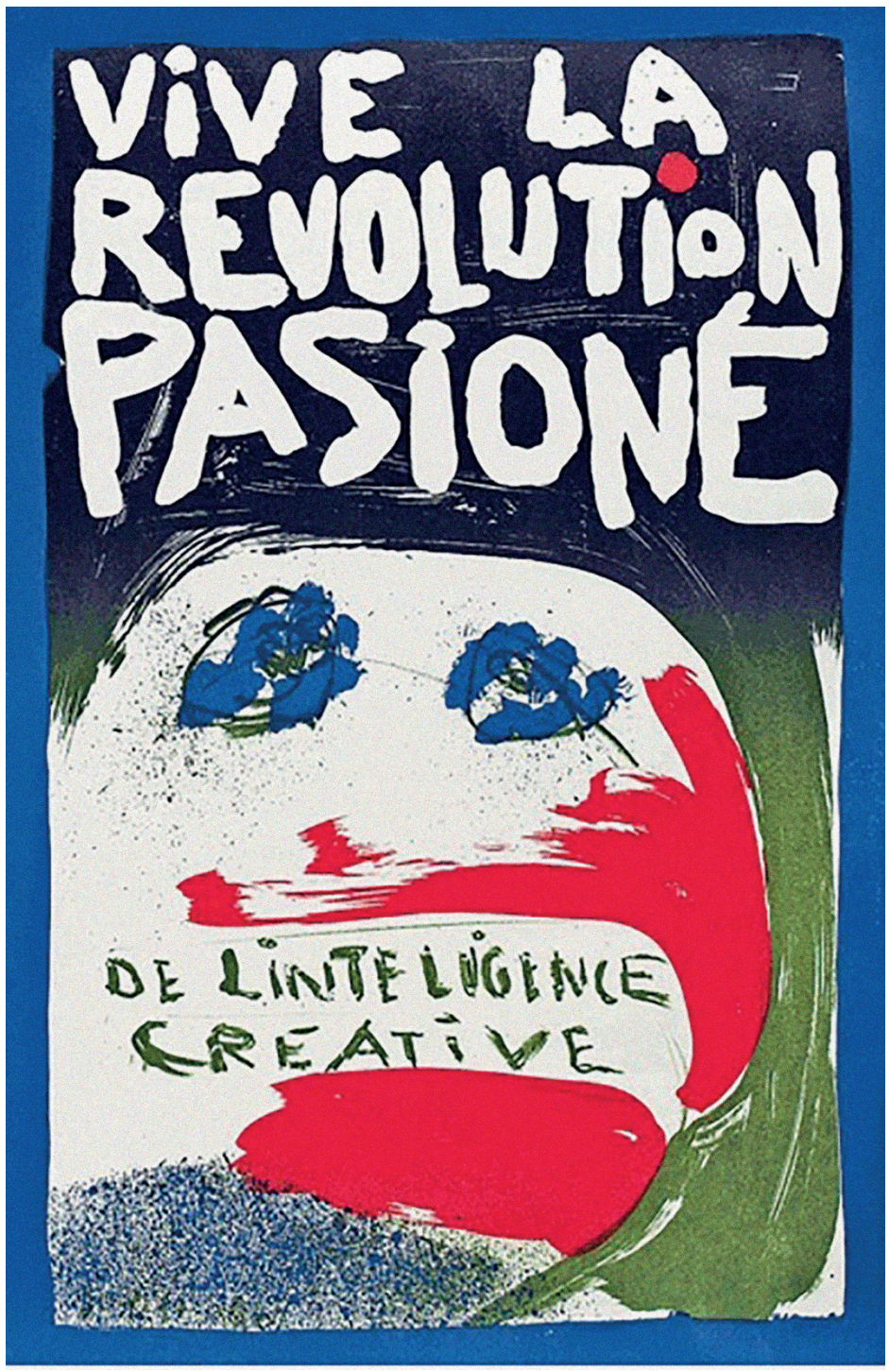
Foi um encontro muito especial, carregado de emoções

Com uma energia única de 7000 mulheres que LUTAM

No primeiro dia, as mulheres zapatistas surpreenderam-nos brutalmente. Cada uma com uma vela na mão, 2000 mulheres em fila, deslumbraram-nos com estas palavras:

Acendemos uma pequena luz.
Leva-a, irmã e companheira
Leva-a quando te sentes triste,
quando tens medo,
quando sentes que é muito dura a luta e a vida.
Leva-a no teu coração,
nos teus pensamentos,
no teu interior,
e não fiques com ela, irmã e companheira,
mas Leva-a às desaparecidas
Leva-a às assassinadas
às prisioneiras
às violadas
às culpadas
às abusadas
Leva-a a todas as violadas de diferentes modos
Leva-a às imigrantes
às exploradas
Leva-a aos mortos
Leva-a e diz-lhes a todos e todas que não estão sozinhas,
que lutarás por elas
que lutarás pela verdade e pela justiça
e que vale a pena a sua dor
que lutarás tão forte que a sua dor não se repetirá em nenhuma outra mulher.
Leva-a e transforma-a em raiva em coragem e em decisão
Leva-a e une-a com outras luzes
Leva-a
E se continua nos teus pensamentos que não haverá nem justiça, nem liberdade
no sistema capitalista patriarcal
então voltaremos a encontrar-nos para incendiar o sistema
e talvez te juntes a nós
Cuidado que ninguém apague este fogo
até que não fique nada mais que cinza.

Crítica em pleno combate: Maio de 68 e a Internacional Situacionista



MARIA RAMALHO
MARIABAPTISTARAMALHO@HOTMAIL.COM

O objectivo deste texto é dar a conhecer o papel que um pequeno grupo de «empreendedores de demolições», os Situacionistas, teve na revolta de Maio, papel este pouco conhecido entre nós. Os seus slogans, fortemente subversivos e poéticos, continuam ainda hoje a apelar à imaginação mas também à acção directa: «Sobre as pedras da calçada a praia»; «corre camarada o velho mundo está atrás de ti», «o tédio é contra-revolucionário».

Se passados 50 anos desta data se verifica uma generalizada descrença relativamente a algumas das ideologias e figuras que estiveram na base dos acontecimentos, as inscrições situacionistas então espalhadas pelas paredes de Paris, assim como o pensamento que as inspirou, não parecem envelhecer, continuando a apelar à realização de uma revolução que ficou por fazer.

A leitura do livro *A Revolta de Maio em França*, editado pela Dom Quixote em Novembro de 1968, levou um funcionário da censura do regime a concluir o seguinte[1]: «Para melhor exemplificação transcrevemos algumas partes que consideramos de maior gravidade: "A única chance do movimento é justamente essa desordem, que permite às pessoas falar livremente e que pode conduzir a uma certa forma de auto-organização" – Cohn-Bendit, a págs. 31. "Nós podemos ser o detonador, mas a revolução só seria feita pelo conjunto das classes trabalhadoras, a operária e a camponesa." – Jean-Paul Sartre, a págs. 63, atribuindo esta afirmação aos estudantes.»

Este livro será imediatamente proibido pela censura numa altura em que, curiosamente, Salazar já se encontrava moribundo. Implícito estava o medo que ainda em Novembro de 1968 se sentia nas esferas do poder, relativamente ao movimento criado em França, nomeadamente pela ressonância que este estava a ter no resto do mundo.

No entanto, esta erupção revolucionária, que não teve por base uma razão económica, mas que, pelo contrário, nasceu da denúncia das condições criadas pela sociedade de consumo, acabou por obrigar a um reajustamento do capitalismo mundial, reforçando-se o seu domínio sobre todos os aspectos da vida, o «Espectacular Integrado», fase em que nos encontramos hoje, como bem descreveu Guy Debord nos seus textos[2].

«É um belo momento, esse que se põe em marcha um assalto à ordem do mundo»

Um dos acontecimentos que estará na origem do Maio de 68 foi o escândalo criado, ainda em 1966, pela divulgação de uma pequena brochura anónima, mais tarde atribuída a Mustapha Khayati, aluno da Universidade de Estrasburgo e membro da Internacional Situacionista (I.S.). Da leitura do texto fica clara a sua inspiração no pensamento de Debord que, na época, se encontrava a finalizar o livro *A Sociedade do Espectáculo*, editado apenas um ano depois.

O tumulto causado por esta brochura, denominada *De la misére en milieu étudiant considérée sous ses aspects économique, politique, sexuel et notamment intellectuel et de quelques moyens d'y remédier*[3], vai-se espalhar depois como um rastilho pelos meios estudantis e intelectuais de França, mas não só. A leitura deste texto, que deveria ser retomada na actualidade, colocava a nu, numa crítica feroz, o tipo de vida dos estudantes, a sua miserável dependência em relação a diversos sistemas de poder como o Estado, a família, a universidade, e até o meio intelectual da época, denunciando o modo como todas estas estruturas se encontravam ligadas ao sistema «espectacular-mercantil», promotor da alienação e da passividade.

O livro *A Sociedade do Espectáculo*, considerado pelo autor, mas também por muitos outros, como uma das bases teóricas fundamentais para o eclodir do movimento de 68, conseguirá alcançar nessa época também uma ampla divulgação: «Aqueles que querem abalar realmente uma sociedade estabelecida devem formular uma teoria que explique fundamentalmente esta sociedade».

O ano de 1967 ficará ainda marcado por outra importante publicação, a *Arte de Viver para a Geração Nova*, da autoria de Raoul Vaneigem[4], também ele destacado situacionista, verificando-se, depois, como muitas das citações deste livro acabaram nas paredes de Paris. Vaneigem, como os outros camaradas da I.S., denunciava o conformismo que era incutido pela sociedade de consumo, apelando à crítica da vida quotidiana e à revolta contra aquilo que apelidava de «doença da sob(re)vida».

Debord refere que alguns meses antes do eclodir da revolta estas obras foram intensamente divulgadas, sendo mesmo as mais roubadas nas livrarias durante todo o ano de 1968.

Apesar da sua densidade teórica, os textos não deixavam de interpelar os leitores, convocando-os à acção: «Depressa» dizia apenas aquele que é talvez um dos mais belos lemas escritos nas paredes nesses dias, afirmava Debord. A crítica era dirigida não só à sociedade de consumo capitalista com todas as suas falsificações como, também, à alternativa burocrato-estalinista com as suas estruturas de controlo, nomeadamente os sindicatos, propondo a I.S., em contrapartida, uma via que reunisse, numa única experiência, todos os aspectos da vida sem qualquer separação: arte, política, poesia, filosofia, lazer, amor etc., e onde o modelo organizacional da sociedade deveria seguir o exemplo dos Conselhos Operários: auto-gestão e democracia directa.

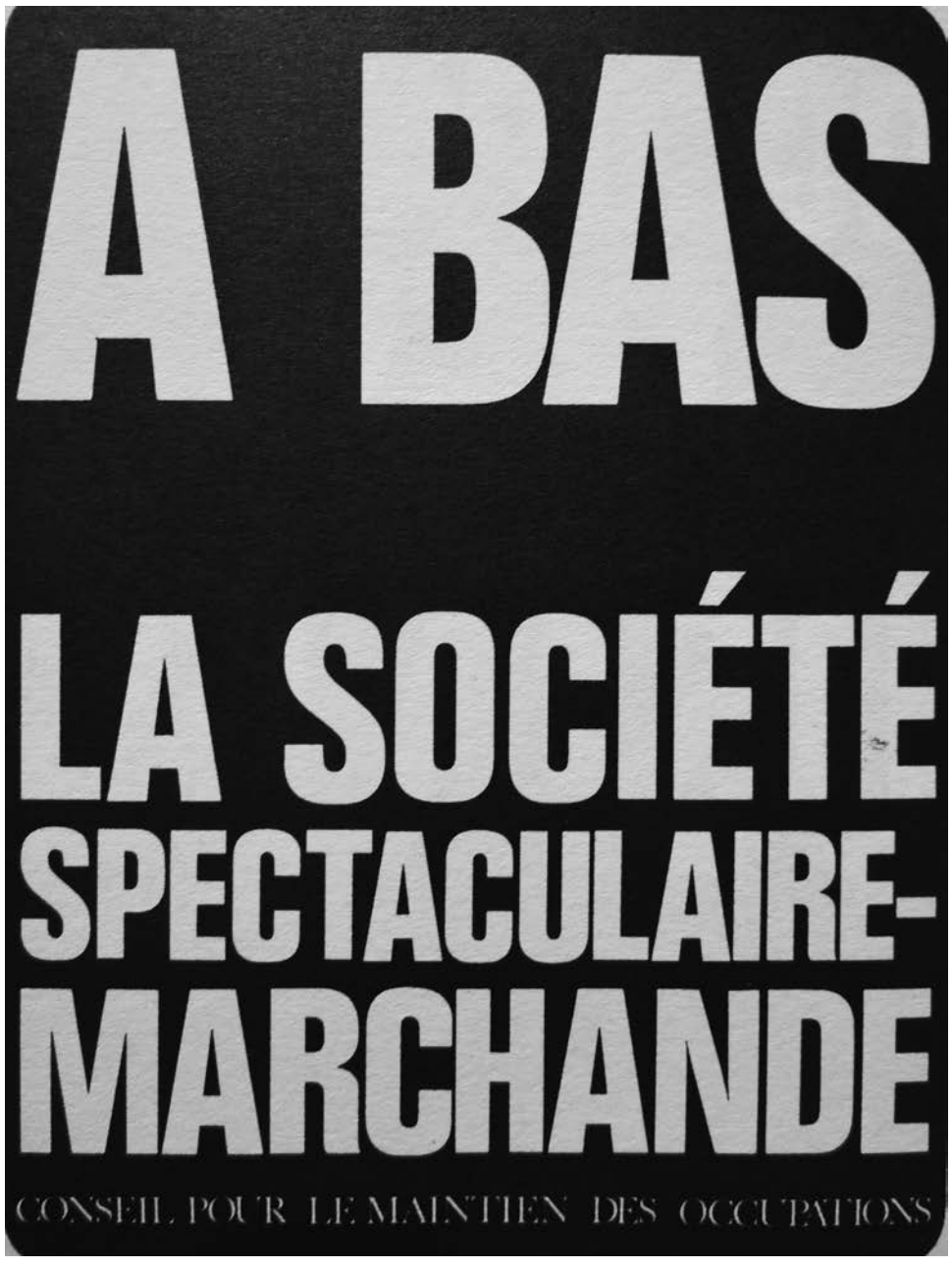
«Aqueles que falam de revolução e de luta de classes sem se referirem explicitamente à vida quotidiana, sem compreenderem o que há de subversivo no amor e de positivo na recusa das coacções, esses têm na boca um cadáver»
«Comité Enragés-Internationale Situationniste» o comité de ocupação da Sorbonne

Um dos grupos revolucionários mais aguerridos do Maio de 68 era designado como «Enragés» («raivosos» em português), sendo responsável pelos primeiros motins no Campus Universitário de Nanterre, ainda em Janeiro de 1968. No entanto, é habitual esquecer este facto, remetendo para o dia 22 de Março a origem do movimento, altura em que diferentes facções de esquerda, juntamente com os anarquistas, se unem numa grande revolta contra a autoridade.

Esta universidade recém-criada situava-se nos arredores da cidade, sendo os seus estudantes bastante politizados pelo contacto directo que tinham com o mundo operário e com a dura realidade dos bairros de lata que proliferavam em redor, em aberrante contraste com o novo Campus, composto por edifícios que ostentavam uma arquitectura muito contestada primeiro pelos Letristas[5] e depois pelos Situacionistas: «Non aux Bidon Villes non aux Ville–Bidons», dizia um cartaz de Junho de 68.

Mais tarde, já em plena revolta, será criado o *Comité Enragés-Internacionale Situationniste*, grupo que adoptará tanto a teoria, como a prática situacionista, participando também na ocupação da Sorbonne, desta vez no coração da urbe.

Seule la vérité est révolutionnaire
Seule la vérité est révolutionnaire
Quand est-ce que ça changera ?
PLUTÔT LA Vie
UTÔT LA Vie



É habitual esquecer-se que a revolta dos estudantes não foi um factor isolado, mas esteve associada a uma rebelião generalizada no país, levando à maior greve selvagem da história de França, que envolveu cerca de 10 milhões de trabalhadores. Era o eclodir de um sentimento profundo como raramente se viu e o despertar do entorpecimento causado pelas maravilhas do consumismo do pós-guerra. É nesse ambiente que na noite de 17 de Maio surge, entre o grupo de ocupantes da Sorbonne, a decisão de criar um «Conselho para a Manutenção das Ocupações», o C.M.D.O, organização que durou apenas um mês mas que chegou a reunir cerca de 60 membros, entre revolucionários, grevistas, operários e estudantes, encontrando-se, entre eles, destacados situacionistas como Debord, Alice Becker-Ho, Vaneigem e Eduardo Rothe, este último muito activo também na Revolução do 25 de Abril[6].

(...)esta erupção revolucionária que não teve por base uma razão económica mas que, pelo contrário, nasceu da denúncia das condições criadas pela sociedade de consumo, acabou por obrigar a um reajustamento do capitalismo mundial, reforçando-se o seu domínio sobre todos os aspectos da vida

Com uma rapidez impressionante, o C.M.D.O promoveu, desde logo, contactos com fábricas em todo o país, gerindo não só a actividade dos seus camaradas, nomeadamente as suas deslocações, como os mantimentos necessários para abastecer o espaço que ocupavam, o Instituto Pedagógico Nacional, próximo da Sorbonne.

Segundo relato de um participante[7], o que nunca podia faltar era gasolina, comida, dinheiro e vinho. Essencial era também a implementação de uma estratégia de divulgação dos seus objectivos, nomeadamente através de diferentes comunicados, canções, bandas desenhadas, frases espalhadas nas paredes e originais cartazes onde se liam as seguintes mensagens: «Abaixo a Sociedade de Espectacular-Mercantil»; «Poder aos Conselhos Operários»; «Ocupação das Fábricas»; «Abaixo a Sociedade de Classes»; «Fim da Universidade».

Refira-se, ainda, um conjunto de quatro belíssimas litografias destinadas a financiar a actividade do grupo, que foram criadas por Asger Jorn, considerado hoje o mais importante artista dinamarquês do século XX, membro da I.S. de 1957 a 1961.

Muito interessantes são também as músicas entoadas pelos Situacionistas nesses dias de Maio, revelando o entusiasmo revolucionário que se vivia, e o estilo que os caracterizava. Debord fez «Os dias de Maio», uma adaptação (*detournement*) de uma célebre canção anarquista da guerra civil espanhola, «O Exército do Ebro», usando a mesma música mas criando uma letra que denunciava as manobras estalinistas para controlar o movimento. Alice Becker-Ho, sua mulher, escreve a «Canção para o CMDO» tendo por base a «Canção do Cerco a La Rochelle» de Jacques Douai, descrevendo, com grande intensidade, o ambiente de revolta nas ruas, denunciando a violência policial e apelando a uma contestação sem piedade[8].

«O velho mundo e as suas sequelas
Nós os queremos varrer
Trata-se de ser cruel
Morte aos chuis e aos padres»

Uma das marcas mais fortes da acção situacionista no Maio de 68 foi, de facto, o combate que travou contra alguns movimentos de esquerda. Debord afirmará mais tarde, a propósito dos acontecimentos: «o governo e os estalinistas trataram febrilmente de travar a crise». Ou ainda, referindo-se às acções do movimento operário: «Não sabem eles já, instruídos pela sua longa experiência, que antes de mais é preciso escorraçar os estalinistas das assembleias? Foi por não ter podido fazê-lo que a revolução encalhou em França em 1968, e em Portugal em 1975».

«Foi uma grande sorte termos sido jovens nesta cidade, quando pela última vez ela brilhou de um tão intenso fogo.»

Outro aspecto interessante é verificar que, durante este período revolucionário, a prática da «Deriva», tão exaltada pelos Letristas, e depois pelos Situacionistas, teve aí o seu momento de concretização absoluta convertendo-se, então, numa verdadeira «Psicogeografia insurrecional de Paris», com a descoberta aventurosa dos locais de combate, das barricadas, das viaturas incendiadas, das instituições ocupadas e dos inúmeros locais de festa e encontros espontâneos.

Com o final da «Grande Festa» veio também o balanço feito sobre certos erros cometidos, nomeadamente terem deixado isolados alguns grupos de combate, e não terem usado meios mais rápidos de difusão de mensagens pelas fábricas e por toda a Europa.

Uma das marcas mais fortes da acção situacionista no Maio de 68 foi, de facto, o combate que travou contra alguns movimentos de esquerda. Debord afirmará mais tarde, a propósito dos acontecimentos: «o governo e os estalinistas trataram febrilmente de travar a crise».

No entanto, os Situacionistas concluem, num longo texto publicado no derradeiro número da sua revista, a *Internacional Situacionista*, editada em Setembro de 1969, que, apesar de vencido, o movimento não tinha sido esmagado, referindo, como exemplo, a burguesia que perdera a confiança no país, o poder de De Gaulle que tinha sido mortalmente atingido, a desordem instalada nas universidades e liceus, bem como as greves e motins que, inspirados no movimento de Maio, se espalhavam por todo o mundo.

É a última frase do texto que, de alguma forma, irá resumir a convicção profunda da I.S. sobre tudo o que se tinha passado no ano anterior:

«Estamos doravante seguros dum desenlace satisfatório das nossas actividades: A Internacional Situacionista será superada.»

NOTAS

1 Folhas dactilografadas encontradas no interior do livro "A Revolta de Maio em França" herdado pela autora. O conteúdo do documento parece revelar ter sido elaborado no âmbito deste serviço de censura.

2 Guy Debord – *Comentários sobre a Sociedade do Espectáculo e Prefácio à quarta edição italiana de «A Sociedade do Espectáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1995.

3 «*Da miséria no meio estudantil considerada nos seus aspectos económico, político, sexual e especialmente intelectual e de alguns meios para a prevenir.»* A Antígona anunciou para breve a reedição da tradução que Júlio Henriques fez para a Fenda em 1983.

4 Editado pela Letra Livre, 2014.

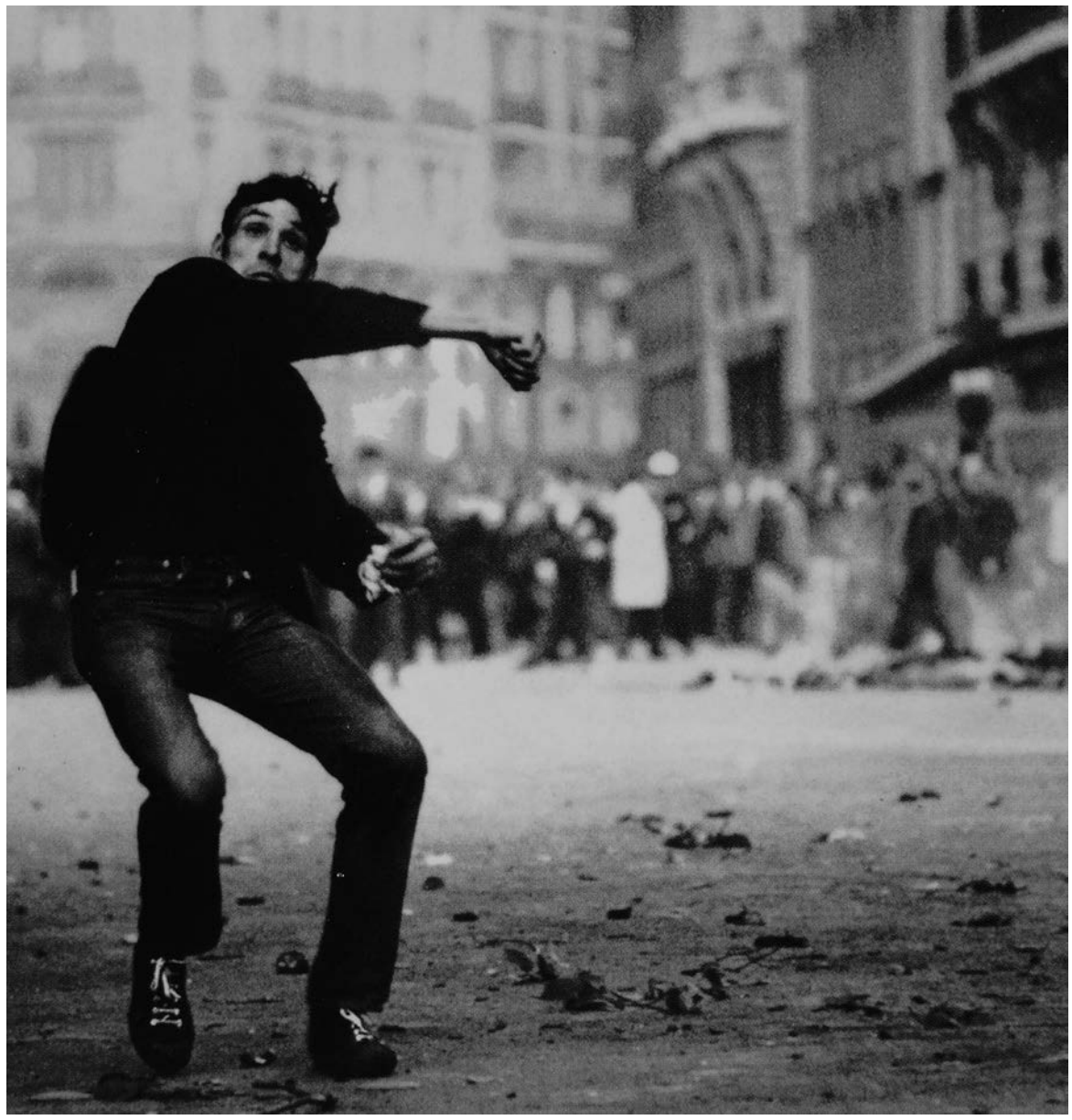
5 Letrismo foi um movimento artístico criado por Isidore Isou em Paris, no ano de 1945.

6 Ver artigo da autora: *Realizar a Poesia: Guy Debord e a Revolução de Abril*, na Revista Flauta de Luz nº 3 (2015) ou versão digital na Revista Punkto

7 René Viénet – *Enragés et Situationnistes dans le mouvement des ocupations*. Paris: Ed. Galimard, Octobre, 1968.

8 Músicas incluídas num álbum de 1974: «Pour en finir avec le travail».

Foi ontem ou coisas que acontecem quando menos se espera



JORGE VALADAS
JOVALAD@CLUB-INTERNET.FR

O Charly é um tipo forte com uma cabeça que lembra o Bakunine. É normal, o rapaz vem de La Chaux-de-Fonds e desembarcou em Paris depois de uma longa viagem pelas obras de carpintaria na província francesa. Vive com a Bernadette, uma jovem parisiense luminosa, cheia de energia, que faz uns biscatos, aqui e ali, e que vive num pequeno quarto no sótão de um velho prédio da rua Mouffetard onde aos domingos nos encontramos para comer uma *fondue* de queijo à moda suíça. A Bernadette elegeu o Charly como amigo e como amante. Ela também gosta de mim, às vezes, quando ele volta à Suíça para rever a sua grande família proletária. Conhecemo-nos os três num campo de férias para jovens, organizado no Verão de 1967 numa aldeia do Sul de França. Durante a semana eu passeio o meu exílio melancólico nas ruas dos arredores de Paris, distribuindo nas caixas de correio uns prospectos publicitários para uma loja de móveis. Vivo mal, posso mesmo dizer, pobremente, comendo dia sim, dia não nos restaurantes universitários com as senhas que a Bernadette se desenrasca para nos obter. Finalmente, com o Charly, conseguimos um pequeno trabalho na associação *Jeunesse et Reconstruction*, que fica na rua de Trévise, lá para os lados dos Grands Boulevards. Na esquina da rua Richer, mesmo ao lado, fica o teatro das *Folies Bergère*, com grandes fotos de jovens mulheres ligeiramente vestidas com os corpos decorados com umas plumas de cores. Um pouco mais longe, está o *Museu Grévin*, com as figuras de cera de grandes vultos da História. A ideia agrada-me, os «grandes vultos» deviam ser só assim, de cera. A associação organiza campos de trabalho e viagens para jovens. Nós estamos encarregados das pequenas tarefas, preparamos o café, fazemos as compras e a limpeza, tratamos do correio. Fazemos também funcionar duas velhas máquinas *offset* que, na cave, imprimem os documentos e prospectos da associação, o jornal e o catálogo das actividades. Estamos no princípio de Maio de 1968 e a agitação estudantil já começou nas universidades, em particular em Nanterre. Nos últimos meses também tem havido greves e movimentos sociais importantes no resto do país. Mas tudo parece enquadrar-se no funcionamento conflitual normal da sociedade e das instituições, como eles dizem…

Durante as minhas deslocações «profissionais» às caixas de correio nos arredores de Paris, começo a cruzar-me, nas ruas, nas praças e nos mercados, com militantes do partido comunista que distribuem papéis alertando os trabalhadores contra o perigo dos estudantes «esquerdistas», que seriam manipulados pela burguesia. Tais ideias não me surpreendem. Para esta gente, o partido é quem sabe e tem a missão de proteger os trabalhadores, que são ignorantes por princípio. Mas digo para mim próprio que, se eles se mobilizam assim, é que a situação deve estar a ficar séria. As minhas leituras, e também a minha experiência, embora limitada, já me tinham permitido formar

uma opinião acerca da natureza do partido comunista francês. Um dia, semanas após a minha chegada a Paris, tinha batido à porta de uma permanência do partido a pedir ajuda, visto o estado de isolamento e de fraqueza em que me encontrava. Após terem indagado da minha filiação ou não no partido e sugerido com arrogância que a deserção da guerra colonial talvez não tivesse sido a melhor escolha segundo a posição oficial do partido, estes detentores da Verdade quiseram vender-me um bilhete para a festa do *Humanité*, onde eu poderia encontrar os camaradas do partido irmão lusitano. Estando os meus meios financeiros limitados a uma sandes por dia achei a proposta claramente indecente. Furioso, decidi abandonar a leitura do chato *Que faire?*, do Lenine, que substituí pelo luminoso texto A *Revolução Russa* da Rosa Luxemburgo, que tinha descoberto numa livraria do bairro latino. Tinha dado mais uma volta à vida.

Mas voltemos a Maio de 1968. De repente, o movimento de contestação alarga-se, as manifestações sucedem-se, cada vez com mais violência policial e a participação de muitos trabalhadores, jovens e menos jovens, que na rua se misturam aos estudantes. As fábricas e empresas entram na greve, umas atrás das outras, e, embora o controlo dos sindicatos seja manifesto, há uma energia colectiva que cresce. O país está paralisado. É um sentimento raro sentir uma sociedade que pára, que se imobiliza, pelo simples (?) facto do poder que têm aqueles que a fazem funcionar. Como um motor que falha por falta de gasolina. Uma noite, depois de termos deixado as ruas esburacadas do bairro latino, a Bernadette, o Charly e eu decidimos ocupar o nosso posto de trabalho… Na manhã seguinte, perante o ar espantado e incrédulo dos empregados, anunciamos as nossas intenções. Algumas vozes exprimem uma tímida aprovação, mas a maioria fica a olhar para os sapatos com ar inquieto. E, chegados ao fim do dia, estamos só os três com as chaves do local! Uns amigos, contactados à pressa, juntam-se a nós. Os empregados desaparecem, vão para casa acompanhar os acontecimentos pela rádio, à espera das decisões dos políticos. A nossa ocupação é puramente simbólica. Instalamos umas camas de campismo, preparamos as refeições e conversamos. Forma-se assim uma pequena comunidade ligada pelo mesmo espírito. Na montra da loja colocamos uma faixa onde se pode ler: «*Jeunesse et Reconstruction em greve, solidários com os estudantes e trabalhadores em greve*». As tentativas para alargar a solidariedade aos vizinhos, à rua, revelam-se rapidamente infrutíferas, pior, desvendam um perigo que não tínhamos imaginado. Neste bairro de Paris, a comunidade dos retornados e antigos combatentes da guerra da Argélia é forte, controla os bares, cafés, restaurantes e pequenos comércios. Nota-se a presença da extrema-direita fascista. Poucos dias depois, somos atacados, os vidros da porta da rua são partidos, os muros exteriores recebem pinturas e símbolos nazis, nacionalistas e uma frase: «*A França para os Franceses!*». Esta gente tem uma imaginação muito limitada! Descemos as grades das janelas, barricamos a entrada e organizamos vigílias dia e noite. Enfim, instalamo-nos para o que der e vier.

Entretanto, através dos meus contactos e dos camaradas da revista de extrema-esquerda não leninista *Cadernos de Circunstância* — que eu tinha integrado um mês antes — chego até à universidade de Censier, para os lados da famosa *Gare d'Austerlitz* do fado emigrante. Comigo vieram a Bernadette e o Charly. O Fernando e o Manuel, *circunstancialistas* já com experiência, conheciam muita gente no local. Havia também o Américo, que tinha acompanhado a revista *Socialisme ou Barbarie* e que torcia agora pelos situacionistas. Eu sabia ainda pouco destas diferenças e fracturas, confiava apenas nas minhas opções não leninistas. Estávamos todos de acordo que havia que pôr de lado as actividades contra o malcheiroso regime salazarista e juntar as nossas limitadas energias a um movimento que se anunciava como uma onda de fundo capaz de transformar toda a Europa rica e, em consequência, de pôr de pantanas os regimes das tristes periferias do Sul.

Censier pareceu-me uma balbúrdia agradável e cheia de correntes de ar saudáveis. Havia assembleias por todo o lado, as discussões prolongavam-se nos corredores. Misturava-se gente de todos os países, exilados, emigrantes, jovens e velhos, trabalhadores e estudantes. Nos andares de cima começavam a organizar-se os *Comités de acção*, ideia que tinha sido lançada pelo movimento nas ruas e manifestações. Alguns existiam já nos bairros, outros iam-se criando, muitas vezes por iniciativa de grupos de trabalhadores e de empregados, que não podiam exprimir-se dentro dos seus locais de trabalho, dominados pela palavra única e exclusiva dos sindicatos. Havia até um comité de acção dos desertores portugueses da guerra colonial. Que eu aliás evitei, pois não me pareceu ser uma boa opção encerrar-me nessa categoria, respeitável diga-se de passagem.

Ando às voltas, ouvindo aqui e ali com curiosidade, e cruzo-me num dos corredores com uma moça que procura voluntários para traduzir os textos do comité de acção dos trabalhadores da construção civil para português. Sou acolhido por um outro gigante de grandes barbas, o Jean-Claude, electricista, sindicalista e anarquista. Entre nós a empatia foi logo forte, e ficaremos amigos para o resto da vida, embora na altura eu não o pudesse adivinhar… Bernadette e Charly integram os apoiantes do comité de acção dos trabalhadores dos Correios. Vamos assim partilhando a nossa vida entre as manifestações, as actividades dos comités de acção e a nossa ocupação simbólica. Prefiro dizer «a nossa vida», pois que «o tempo», esse está um pouco entre parenteses; parece não haver mais tempo, mas só um presente longo, quase constante. Vou com o Jean-Claude distribuir uns papéis nos *bidonvilles* portugueses dos arredores. E descubro uma estranha situação. A quase totalidade dos trabalhadores evita-nos, olha-nos com receio. O medo é palpável. Não compreende o que se passa, o comunismo ameaça as suas existências miseráveis. A opressão mental do regime fascista, o peso ancestral da Igreja, exprimem-se concretamente. Muitos preparam-se já para regressar à pátria protectora, que os salvará do diabo e do inferno. Um dia, um deles abre-nos a porta da barraca. O homem é membro do partido comunista e repete-nos o que lê no *Avante* e noutros lugares sobre o perigo dos «esquerdistas» manipulados pelos capitalistas. Mas falamos e há um contacto humano. Voltamos uns dias depois, mas a porta fica fechada, ele não está ou não se permite abrir-nos de novo. Por todo o lado a mesma questão, levanta-se um muro, o muro da separação. Mesmo as empresas ocupadas revelam-se parte do muro, o objectivo do sindicato comunista é sobretudo afastar a grande massa dos trabalhadores dos que lutam nas ruas, impedir o contágio das ideias.

É agora ou nunca. Ou conseguimos tudo agora ou então não vamos obter muito.

A universidade de Censier é uma verdadeira caverna de Ali Babá, uma Arca de Noé onde se cruza todo o tipo de pessoas. Rapidamente identifico algumas personalidades com um ego exagerado e autoritário, e personagens com ar de padres que pregam as suas verdades. Mas a grande maioria dos presentes são seres de uma generosidade e de uma força excepcionais. Somos levados por uma situação que evolui continuamente. Procuramos soluções e respostas às questões levantadas pela dinâmica do movimento, tentando não perder o fio à meada, manter-nos fiéis à ideia do necessário alargamento da luta a partir da auto-organização. É a conclusão que tiro dos debates a que assisto e em que participo.

Na rua de Trévise, a situação não melhora. Nos boulevards o ambiente é animado, nas saídas de metro ainda abertas há sempre magotes de gente que discute, grupos que distribuem papéis, o movimento estendeu-se a toda a cidade. Mas, na nossa rua, estamos isolados. Quando regressamos, já de noite, tomamos as nossas precauções por causa das ratazanas fascistas. Há algum tempo que sabemos que possuímos um importante tesouro de guerra, que decidimos pôr ao serviço dos comités de acção de Censier: o

material de impressão e o grande stock de papel e de tinta. Ora, para preservar este tesouro é necessário reforçar as nossas defesas e encontrar apoios nas redondezas. Após reflexão, descobrimos que temos ali perto uns aliados que até então tínhamos ignorado. As *Folies Bergère,* evidentemente! O teatro encontra-se também ocupado pelo pessoal técnico e por um importante contingente de bailarinas. Recentemente foram também atacados por um comando da extrema-direita, facilmente repelido com a ajuda das lanças de incêndio. Vamos bater-lhes à porta, Bernadette, Charly e eu

As eleições aparecem como a armadilha que canaliza as energias e abafa os desejos de um outro mundo.

próprio, e somos calorosamente recebidos pelo comité de ocupação, composto de alguns trabalhadores e de um alegre grupo de jovens bailarinas que, sem as plumas vermelhas da decoração, parecem bem mais confiantes nelas próprias. É um pessoal muito ligado ao sindicato comunista da CGT, mas que se mostra receptivo às nossas inquietações. Decidimos manter um contacto telefónico constante e eles comprometem-se a agir em nossa defesa à mínima tentativa de ataque. A partir desse dia passamos frequentemente no teatro, o que não é nada desagradável. Eles passam o tempo a jogar às cartas, bebem bem e parece evidente que alguns laços de amizade amorosa se vão instalando entre eles e elas. Respira-se um agradável sentimento de alegria e de liberdade. Mas a ocupação do teatro parece ser um fim em si, não se vê uma dinâmica de luta. Eles estão à espera, de quê, de quem?... Simpatizamos, falamos da revolução, eles vêem-nos como uns esquerdistas utópicos, sem mais…

De repente as coisas azedam. Uma noite, de regresso de Censier, descobrimos que as máquinas de imprimir desapareceram! Evidentemente, a acção só pode ter vindo de alguém que conhecemos, pois a porta da rua não foi arrombada. Não só conseguiram tirar as máquinas da cave como tiveram ainda tempo para escrever nas paredes umas frases de sabor «situacionista», tipo: «*Abaixo os burocratas da autogestão!*». Os burocratas éramos nós, e a autogestão os comités de acção... Uma parvoíce completa!

Ficamos muito zangados e, é claro, quem também não fica nada contente são os camaradas dos comités de acção para quem imprimíamos textos e papéis. É então que se forma um estranho comando, tipo Tcheka, dirigido por dois tipos rijos da área esquerdista-leninista que tinham uma presença activa em Censier – um deles tinha mesmo ganho a fama de ter ameaçado com o pelotão de execução todos os críticos do «marxismo científico»... A este par agregaram-se várias pessoas com tarefas subalternas na caça aos ladrões das máquinas, entre os quais eu e o Charly. Tudo se vai passar muito depressa; os indícios são muitos e os autores, gente de grande ingenuidade. O pobre rapaz que tinha pensado «criar uma situação», como diziam os seus mentores, é levado da sua casa e conduzido à rua de Trévise onde assistimos então a uma cena que nos choca profundamente. Os dois chefes do comando amarram-no a uma cadeira e começam a tratá-lo mal. Bastam duas ou três chapadas e uns gritos para que ele indique o lugar onde se encontram as máquinas. As quais reintegram pouco tempo depois o lugar de origem. Não ficamos muito orgulhosos de nos termos envolvido numa tal acção punitiva de tipo policial em ruptura com o espírito do momento. Assim, desabafo com o Charly que estas práticas fazem-me lembrar as dos chefes fascistóides salazaristas, ao que ele, com a sua calma suíça, comenta: «És bem capaz de teres razão…». Tudo isto deixa-nos um estranho gosto de desaire e decidimos afastar-nos destes personagens que ocupavam um certo espaço político em Censier. Bem entendido, o acontecimento insignificante só dizia respeito a uma minoria de indivíduos e continuamos a participar nas actividades dos comités de acção. Era apenas a prova que mesmo num movimento social desta amplitude há que contar com os valores do velho mundo, que avançam por vezes disfarçados.

A partir de então, vamos passar mais tempo com os técnicos e as bailarinas dos *Folies Bergère*. O que me surpreende nesta pequena colectividade, além de um discurso político relativamente limitado e de um certo imobilismo de acção, é o desejo forte de mudar de vida, o qual exprime também o desejo de mudar o mundo. Mesmo se elas e eles não sabem como o fazer. Um desejo que não é verbalizado, mas que se transmite. Eles não vão à Sorbonne nem a Censier, manifestam-se raramente, mas vivem o momento, sentem-se parte de um movimento. Deixamos-lhes papéis, proclamações e jornais, debatemos. As raparigas são as mais abertas e curiosas, animadas por uma determinação jovial. Fazem pouco caso dos discursos e dos sindicatos sobre as etapas: «Há que ter paciência e avançar pouco a pouco». A paciência política não é coisa que lhes agrade: «É agora ou nunca. Ou conseguimos tudo agora ou então não vamos obter muito.» Bernadette diz que é uma atitude de mulheres, a expressão de uma radicalidade igualitária. Com os meus imberbes 22 anos, acabado de chegar da idade média ibérica, percebo que há algo de importante nestas *nuances*. Como um tremor de terra que está a mexer nas placas tectónicas por baixo dos nossos pés. Ao mesmo tempo sentimos que o movimento se arrasta, que está entravado, que já não avança. E um movimento social que não avança perde terreno. O movimento, em vez de se alargar, perde fôlego e a normalização impõe-se pouco a pouco. Na rua, e também nas empresas. As eleições aparecem como a armadilha que canaliza as energias e abafa os desejos de um outro mundo. É o realismo que vinga.

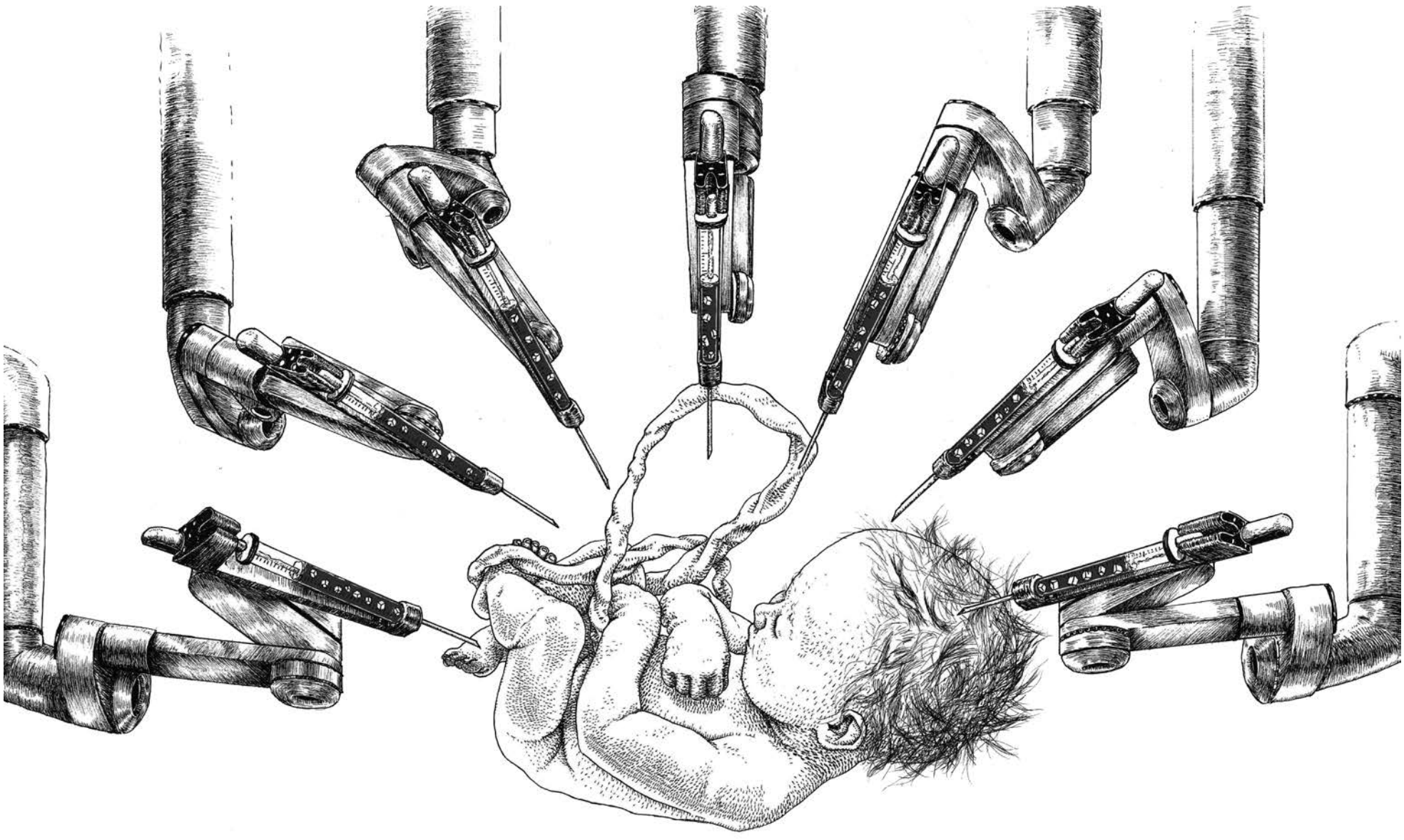
Uma bela manhã, os empregados de *Jeunesse et Reconstruction* regressam. Como, porquê e enviados por quem? Como se nada se tivesse passado durante estas semanas intensas. Limpam as secretárias, arrumam os seus papéis, retiram a faixa que estava em frente da montra, retomam os seus hábitos. São correctos, não nos dizem nada, fazem como se fôssemos os mesmos de antes, encarregados do correio e das compras, da máquina de café. A mensagem é claríssima. Só que não somos os mesmos. E saímos com a intenção de nunca mais regressar. No princípio de Junho, após as eleições que fecharam a festa, volto uma tarde ao teatro das *Folies Bergère*. O cenário e a atmosfera mudaram. As lanças de incêndio foram arrumadas, as nossas encantadoras camaradas desapareceram, ou melhor, estão de novo só em foto no *Hall* do teatro, com a plumagem a enfeitar. A velha ordem das coisas foi restaurada e o vigia faz-nos sinal de desaparecer. Não há dúvidas, Maio 68 acabou! Fazemos as mochilas e vamos à vida. Bernadette e Charly voam para o Québec onde, infelizmente, vou perder-lhes o rasto. Entretanto, eu tinha comprado um falso passaporte lusitano e rumo ao Norte, em direcção à Dinamarca, onde me espera a Bodil, uma amiga que eu tinha conhecido em 1967, quando percorri o Sul de França à boleia.

Sabemos que a História não acabou, mas vamos ter que viver de novo o velho tempo, o tempo que só produz passado, o tempo da reprodução capitalista. Sabemos que fomos bem longe, mais longe do que se esperava. Sabemos que virão os tempos dos renunciamentos, dos vira-casacas, o tempo das celebrações e dos antigos combatentes, dos colóquios e dos estudos de especialistas. Que servirão sobretudo para mostrar que Maio 68 acabou, que é só História morta. Para muitos de nós, ao contrário, é História viva que continuará, que fará parte de nós e dos que virão depois de nós. Perdemos este episódio, mas saímos com a cabeça erguida. Penso na frase de Brecht: «Quem luta pode perder, mas aquele que não luta já perdeu». E é bem verdade!

Notas sobre Biopolítica H+

Do imperialismo da dívida à apropriação da dádiva, ou da biotecnologia ao mercado-guerra neoliberal

PARTE II



κοινωνία
ILUSTRAÇÃO TIDI

«O que hoje está em jogo na acumulação de capital é a regeneração da biosfera – ou seja, são os limites da própria Terra.»
Melinda Cooper, *Life as Surplus*

Um dos alentos mais impelentes do movimento **H+** são as *promessas* contidas nas ciências da vida, um âmbito do saber cujas potencialidades aplicativas representam um chamariz irresistível, tanto para os anseios de cada indivíduo quanto para os interesses das empresas e dos governos. De facto, durante as últimas décadas temos vindo assistir ao brotar de um novo sector económico, a bioeconomia, cujos bens e serviços biotecnológicos têm como "matéria-prima" e "força-trabalho" a *vida em si*. Esta, desconstruída por uma constelação de operações discursivas e institucionais, desde as perspectivas teóricas da cibernética e da biologia molecular ao enquadramento jurídico da propriedade intelectual, foi efectivamente apontada como o gerador de mais-valia capaz de puxar o crescimento económico para além de qualquer limite e de qualquer crise interna ao sistema-mundo global. Os grandes problemas da civilização, no sector biomédico, agroindustrial ou energético, surgem assim como podendo ser afrontados a partir do momento em que os processos biológicos sejam compreendidos, manipulados e transformados em proveitosas mercadorias e soluções tecnológicas.

A vida como pasto da economia

Que a constelação dos novos saberes e das novas relações de poder (e das suas consequências no que diz respeito à imagem que criamos de nós próprios) seja objecto de atenção fulcral na economia política da investigação científica internacional, pode ser comprovado pelo relatório *The Bioeconomy to 2030: designing a policy agenda* (2009), da OCDE, pelo *National Bioeconomy Blueprint* apresentado pelo governo Obama em 2012 ou pelo plano estratégico da UE no que respeita ao tema de uma economia sustentável, também de 2012[1]. O que estes documentos testemunham é a escala e a relevância da aposta **H+**. E o que propõem é fazer da vida o pábulo da economia, numa nova forma de canibalismo em que a matéria vivente dos organismos, depois de passar pela vivissecção tecnocientífica, proporcionaria novo combustível para sustentar a megamáquina social e as desmedidas aspirações dos indivíduos. O próprio corpo humano, entre os outros corpos, tem vindo a ser, desde os anos 70, alvo de novas formas de apropriação e exploração económica e financeira. Bancos de esperma, de ovócitos, de embriões, de células estaminais, de órgãos, de tecidos, de genes, de moléculas: a acumulação originária prossegue, arrastando desta vez a generalidade da *zoe* (a vida no seu sentido natural, comum a todos os seres viventes), para a reduzir e subjugar às disposições da *bios*, a vida no seu sentido humano, político.

A vida, mero artefacto

A *zoe*, subsumida na *bios*, torna-se artefacto para se patentear e comercializar, acabando transfigurada pelo engenho e pelas leis da *polis*. A vida em si é alienada; eis a forma sublime da alienação capitalista, em que produtor e produto, que neste caso único

coincidem plenamente no mesmo sujeito, são separados; eis a ponta do icebergue e o supremo desenlace da biopolítica neoliberal, a nova fronteira do *delirium* do capital com vista à sua perpétua produção e reprodução; eis o reviramento dialético pelo qual, no interior dos mercados especulativos, a vida é tomada como refém, hipotecada para saldar dívidas do passado e para endividar o futuro. A dádiva por antonomásia, a vida que se oferece a si própria, está a ser confiscada no pernicioso mecanismo do móvel perpétuo da finança global. A dádiva originária, agora expropriada e injectada nos fluxos do capital, vai suprir nova linfa ao endividamento, tanto monetário quanto moral. Descreveremos mais adiante alguns detalhes destas duas vertentes, a objectiva e a subjectiva, vertentes que, diga-se, consideramos reciprocamente irredutíveis, ainda que interdependentes. Salientaremos, no entanto, como a vida em si, o arquétipo mundano do ideal de autonomia (segundo a etimologia: a capacidade de estabelecer as próprias leis), tem vindo a ser mais um entre "os involuntários da pátria"[2], alistada na infindável cruzada **H+** para moldar todo o existente em função dos desejos humanos, tal como já tinha sido expresso pelo manifesto dos futuristas italianos quando, em 1909, acreditando que "já vivemos no absoluto, porque já criámos a eterna e omnipresente velocidade", incitaram à "agressão violenta contra as forças desconhecidas, para obrigá-las a prostrar-se diante do homem".

> O próprio corpo humano, entre os outros corpos, tem vindo a ser, desde os anos 70, alvo de novas formas de apropriação e exploração económica e financeira.

Bioeconomia neoliberal

A primeira experimentação de edição genética num ser humano, o financiamento, pela agência militar estadunidense DARPA, da pesquisa sobre tecnologias de extinção chamadas *gene drive*, e os consequentes debates sobre as esperanças e promessas, por um lado, e os alarmes e as incertezas, por outro, apelam a uma análise que escape, tanto ao sensacionalismo conformista da imprensa como às proclamações apocalípticas ou aos boatos conspiratórios. De facto, os segredos do poder, os *arcana imperii* de que já Tácito falava no século I, nem sempre são tão secretos quanto se pretende, pelo menos nas sociedades democráticas. O enquadramento dos projectos de I&D promovidos pela DARPA e, em geral, as estratégias militares e económicas dos EUA, inscrevem-se no mais amplo horizonte futurista e **H+** em que o nacionalismo imperialista deste Estado, nos últimos quarenta anos, declinou as suas actuações. Esta projecção futurista encontra na bioeconomia neoliberal o seu catalisador, em volta do qual se cristalizam as novas formas de violência, obrigação e servidão do endividamento.

Para não perdermos o norte, seguiremos a reconstrução histórico-crítica levada a cabo por Melinda Cooper, para mostrar a radicação da indústria *biotech* no seio da ascensão do neoliberalismo descrito por Foucault nos seus seminários de 1978-79. Cooper salienta quão literalmente o novo alvo da produção, reprodução e acumulação do capital é doravante a *vida em si*, os processos generativos e regenerativos expressos pelos seres vivos. Foucault, no seu tempo, dedicou a sua atenção ao nascimento da biopolítica, sublinhando Cooper agora como o processo de crescimento da biopolítica acarreta uma abrupta transformação de carácter: o paradigma predominante deixaria de ser o de um nivelamento normativo, a imposição de um *standard*, a produção em massa da indústria fordista, para passar a ser um paradigma em que se aposta na excepção, na unicidade e nas ilimitadas diferenças que brotam da vida. Com efeito, uma espécie de novo vitalismo parece impregnar a filosofia política neoliberal, concertando motivos por vezes ecuménicos, como no caso dos fundamentalistas evangélicos, e outros tantos tecno-escatológicos com as ideias da teoria evolucionária e das ciências dos sistemas complexos. As células estaminais, com a sua plasticidade transformativa, e em geral as ciências da vida, no seu noivado com as ciências do artificial, seriam o emblema deste novo paradigma de poder, em que, segundo cremos, se deve justamente situar o **H+**.

Labor e vida estatizados

Foucault, desde 1966 (*Les Mots et les Choses. Une archéologie des sciences humaines*)[3], apontou para a constituição em paralelo, no fim do século XVIII, da economia e da biologia enquanto ciências, exibindo a emergência quase simultânea do conceito de "labor", enquanto força produtiva subjacente à troca de dinheiro, e do conceito de "vida" no seu sentido moderno, biológico. Com o conceito de produção, a riqueza das nações deixa de ser atribuída à generosidade da terra para passar a ser uma função das forças mobilizadas pela vida política humana.

As estratégias biopolíticas dos estados durante o século XIX, com o seu desenlace na forma constitucional do "Estado de bem-estar social" (*welfare state*) em meados de século XX, seriam inseparáveis do desenvolvimento da matemática do risco e da normalização estatística a curva de Bell ou a distribuição normal como maneira de padronizar e controlar o advento da contingência futura num nível colectivo – uma forma de acoplar a administração demográfica e o crescimento económico. Explorando a pista foucaultiana, Francois Ewald, em *L'état providence*, de 1986, argumenta que o estado social adquire as suas formas jurídicas nas estratégias estatísticas elaboradas pelos seguros, generalizando os seus princípios de mútuo intercâmbio do risco para toda a nação, prometendo assumir toda a cronologia da vida humana a seu cargo. O Estado está então interessado não só na vida produtiva do trabalhador, mas também na vida reprodutiva da nação como um todo. O contrato que estabelece é uma obrigação mútua, uma mutualização do biológico ao serviço da vida política colectiva da nação. O endividamento estará doravante colectivizado e, ao mesmo tempo, inscrito nas camadas biológicas da existência individual: "A noção de direito à vida não é senão um princípio de socialização generalizada das existências, almas e corpos, uma forma de constituí-los como infinitamente em dívida com a sociedade... A noção de um direito à vida ou direito à existência está vinculada a uma economia de obrigações muito diferente da economia liberal. Exige que seja formulado mais sob a forma de deveres do que de direitos. […] A contraparte do direito à vida só pode ser o compromisso [*engagement*], sem reservas, da própria vida. A base da nova linguagem dos direitos é a devoção."

> O Estado está então interessado não só na vida produtiva do trabalhador, mas também na vida reprodutiva da nação como um todo.

Polícia e política

Ora, antes de continuarmos nos próximos artigos a nossa peregrinação pela biotecnoeconomia actual, parece-me útil referir o que Foucault sugeriu como pista no seu livro *Omnes et singulatim. Para uma crítica da razão política*[4]. Pois é relevante que os teóricos da arte do governo da "razão de Estado", isto é, da racionalidade política, tenham chamado *polícia* a um conjunto de saberes e de práticas, a que chamavam "estatística" ou "aritmética" política, que visava aumentar o poder do Estado ao mesmo tempo que procurava a *felicidade* dos indivíduos.

Desde 1611, Turquet de Mayerne imaginou como tarefa da polícia incentivar a população à «modéstia, caridade, lealdade, laboriosidade, cooperação amigável e honestidade». Todos os indivíduos deviam ser alvo de registos e de avaliação, conforme o tipo de emprego e a reputação social, uma antecipação do sistema de pontuação social (*credit social system*) que a China está experimentando desde 2014 e que a partir de 2020 será obrigatório para toda a população chinesa e que suponho ser a fonte de inspiração de um dos episódios da série *Black Mirror*.

Mas a polícia imaginada no dealbar do Estado-nação moderno, além da moral e do trabalho, tinha de ter como matéria de intervenção também a instrução, para influenciar gostos e atitudes. Mais: a saúde pública e as calamidades eram o seu domínio de administração. E ainda havia de indicar o que produzir e como, controlando os mercados e as trocas. E, sem surpresa, o território todo e o espaço, as construções, as estradas, as florestas e os rios... incluindo a justiça, a finança e o exército... e a estética, a ornamentação e a aparência das cidades.

Polícia e arte de governo

A polícia deve assegurar a vida das pessoas, precária, miserável e sempre ameaçada. A polícia proporciona um *excedente* de vida, e, agindo assim, um excedente de força ao Estado. Para tal acontecer, deve controlar a «comunicação». Esta arte de governo, ou ciência da administração, *Polizeinwissenschaft*, compreendia, segundo o compêndio de De Lamare, do começo do século XVIII: religião, moral, saúde, mantimentos, estradas e urbanismo, segurança pública, artes e ciências, comércio, indústria, os servos e os trabalhadores, os pobres. A polícia, como campo de acção do poder político, abrange tudo, tudo aquilo que diz respeito às relações entre as pessoas, a sua coexistência e interacção: «o verdadeiro objecto da polícia é o homem», «a polícia ocupa-se de tudo aquilo que regulamenta a sociedade». A polícia é a administração do *vivente* – a vida é o objecto da polícia: o indispensável, o útil e o supérfluo. O *Liber de politia* de Hohenthal, o *Algébré de la police* de Willebrandt e o *Grundsätze der Polizey-Wissenschaft* de von Justi, todos adscrevem à polícia a tarefa de aumentar o poder do Estado, e, para tal, apontam a necessidade de garantir a felicidade da população, a sobrevivência, a vida e o seu melhoramento.

A "política", *die Politik*, na linguagem de von Justi, é negativa, no sentido de consistir na defesa do Estado face aos inimigos internos e externos. Mas a *Polizei* envolve os indivíduos enquanto viventes, com as suas taxas de mortalidade e de fecundidade, exposição a epidemias e superpopulação: estatística, biologia e, ao mesmo tempo, arte do governo…

NOTAS

1 https://bit.ly/1nRHyaz

https://bit.ly/2wu1Pi6

https://bit.ly/2l6p1bT

2 Referência à palestra de Eduardo Viveiros de Castro no dia de abertura do ciclo de conferências ***Questões indígenas: ecologia, terra e saberes ameríndios*** (publicada em ***Flauta de Luz nº 5, 2018)***. A análise da natureza colonial da constituição do Estado-nação moderno desenvolvida pelo antropólogo brasileiro parece-me estar em sintonia com a de Cooper ou também com a de Benedict Anderson, no seu ***Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo***.

3 Edição portuguesa: ***As Palavras e as Coisas***, com introduções de Eduardo Lourenço e Vergílio Ferreira, reedição Edições 70, Lisboa, 2014.

4 M. Foucault, ***Biopolitica e liberalismo. Detti e scritti su potere ed etica, 1975-1984***, Medusa, Nápoles, 2001.

Black Seed, uma publicação anarquista verde

ARTUR FLORES
ARTURFLORES@JORNALMAPA.PT

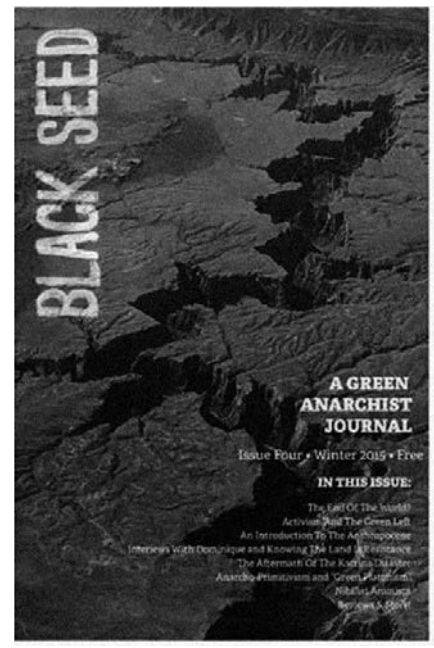
Passados seis anos desde a última edição da revista *Green Anarchy*, alguns dos seus colaboradores, e outros interessados na crítica anti-civilização, decidiram lançar em 2014 um novo projecto editorial. O objectivo era «reintroduzir essa provocação anarquista verde», mas com uma orientação diferente. Em vez de assentarem teoria e prática numa perspectiva abstrata sobre a civilização, sustentada por análises académicas da história e da antropologia, e romantizando as culturas primitivas, o ponto de partida seriam as suas próprias experiências. A *Black Seed* distancia-se de outros projectos editoriais assumidamente «anarco-primitivistas», ao incorporar no seu discurso a rejeição de qualquer ideologia, assumindo no entanto que as tradições nativas se relacionam com o seu projecto.

Actualmente, esta publicação bianual em formato de jornal conta com 5 edições, e as 32 páginas que compõem cada número trazem textos, notícias, ilustrações e poesia, que fazem valer não só uma crítica ao estado e ao capital, como procuram outras compreensões focadas na terra, e naquilo que fica fora do processo de humanização. Daqui a publicação de textos que continuam a demonstrar a inocuidade dos movimentos identificados com a «esquerda», tanto pelo óbvio falhanço histórico, como pela falta de questionamento relativamente à tecnologia, organização, moralidade, progresso, autoridade e alienação. Esta demarcação ocorre também em relação a outras tendências dentro do universo anarquista, em particular aquelas que se fundamentam numa visão do mundo exclusivamente centrada no humano.

A crítica aos movimentos ambientalistas está igualmente presente nas páginas da *Black Seed*, entre outras razões, pela sua postura paternalista por «salvar o planeta». Isto ao mesmo tempo que é assumido o suporte e inspiração em experiências concretas de eco-resistência, como por exemplo a luta do povo Mi'kmaq contra o *fracking*, as ocupações da ZAD[1] contra o aeroporto e a sociedade que este promove, as acções da ELF (Frente de Libertação da Terra), ou o movimento NO TAV[2].

Entre outros temas de interesse que vão surgindo pela mão de diferentes autores, destaca-se ainda a denúncia do cientificismo, que, desprezando e sobrepondo-se a outras fontes de conhecimento, tem servido o sistema tecno-industrial e os seus propósitos de controlo e domesticação. Desta perspectiva, considerando o conhecimento e a vivência dos povos indígenas, e daqueles que estão mais ligados à terra, entende-se a razão porque são publicados esporadicamente, em forma de poemas, ou histórias pessoais, conteúdos que se aproximam de uma espiritualidade contemplativa, livre de superstições e conceitos religiosos.

Actualmente, a *Black Seed* em formato de jornal conta com 5 edições, e as 32 páginas que compõem cada número trazem textos, notícias, ilustrações e poesia, que fazem valer não só uma crítica ao estado e ao capital, como procuram outras compreensões focadas na terra, e naquilo que fica fora do processo de humanização.



Numa época em que boa parte do diálogo anarquista acontece na internet, os editores da *Black Seed* preferem a edição em papel, como forma de desacelerar e refletir, desafiando esse imediatismo digital, de maneira a aprofundar o debate de ideias. Apesar disso, é possível encontrar os números mais antigos no acervo virtual *The anarchist Library*[3].

NOTAS

1 *Zone à D*éfendre, em Notre-Dame-des-Landes (França)

2 Referente ao movimento popular surgido no Vale de Susa, em Itália, contra a construção de uma linha de comboio de alta velocidade.

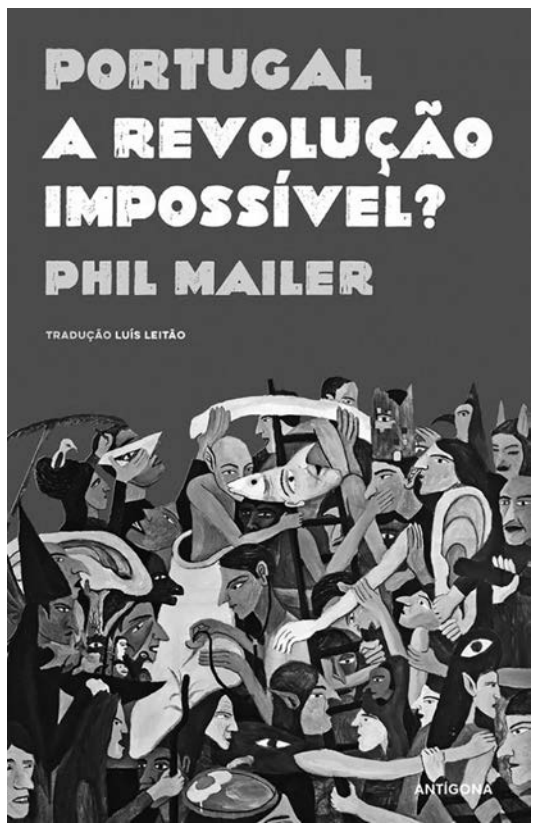
3 theanarchistlibrary.org

Portugal: A Revolução Impossível?

J.T.

É o título do livro de Phil Mailer, recentemente editado, e que todos aqueles que queiram saber sobre o 25 de Abril de 1974 devem ler. Isto porque o livro, escrito em forma de diário, acompanhando os acontecimentos até ao 25 de Novembro de 1975, elucida bem o leitor sobre as movimentações das classes trabalhadoras, bem como as da classe política e militar, durante esse período crucial. Podemos ver os contrastes, as diferenças de métodos, objectivos e sonhos, os interesses em jogo, a alienação ideológica das inúmeras organizações ditas revolucionárias. E substituir, no fim da leitura, o ponto de interrogação existente no título por um de exclamação. Isso, claro, se procurámos encontrar, pese os abalos profundos que existiram, uma revolução social emancipadora, que não existiu, no Portugal de 1974/75.

Phil Mailer descreve muitos desses abalos, os momentos altos, onde os assalariados se esforçaram por levar à prática a gestão directa sem intermediários, tornando-se, esse esforço, durante um curto espaço de tempo, em tomada de consciência do papel a desempenhar pelos despossuídos. Muito diferente dos enredos ideológicos e disputas entre partidos cuja ideia fixa é a conquista do poder de Estado. Houve dezenas de organizações revolucionárias, todas leninistas, portanto, conservadoras e contrárias à autonomia das classes trabalhadoras.



Portugal: A Revolução Impossível
Phil Mailer
Antígona , 2018
400 págs.

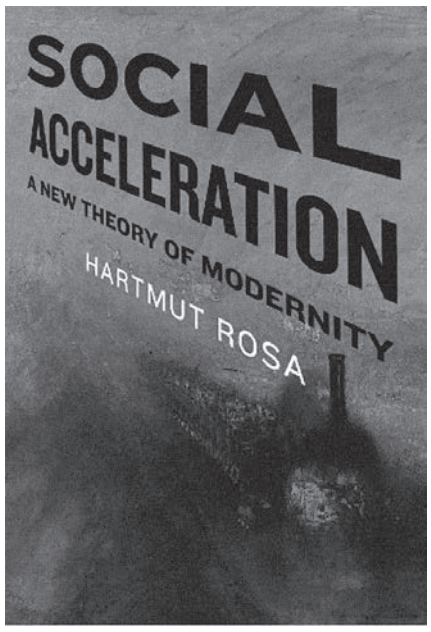
Phil também não esqueceu o ataque de que foram vitimas as mulheres do MLM (Movimento de Libertação das Mulheres) durante um comício que promoveram no início de 1975, «desencadeando uma das contramanifestações mais reaccionárias jamais vistas». O PCP, através do MDM (Movimento Democrático de Mulheres), que controlava, «denunciou violentamente a manifestação». As mulheres, uma dezena, foram alvo de troça, insultadas e por pouco não foram agredidas. O MLM queria «queimar objectos que sejam exemplos da opressão a que estamos sujeitas: o código civil, o código penal, a legislação do trabalho em vigor, por neles ser bem evidente a opressão feminina; revistas pornográficas», todos os objectos «que simbolizam a mulher escrava do lar.» Era demasiado radical, mesmo para a esquerda que estava mais vocacionada em «defender a família do que em discutir problemas mais básicos das mulheres».

> «Verificou-se que os revolucionários – na sua grande maioria – eram parte do problema e não parte da solução. Neste sentido, a experiência portuguesa pode revelar-se uma prefiguração das revoluções futuras.

Não resisto a transcrever o último parágrafo deste livro: «Verificou-se que os revolucionários – na sua grande maioria – eram parte do problema e não parte da solução. Neste sentido, a experiência portuguesa pode revelar-se uma prefiguração das revoluções futuras. As lições devem ser ponderadas enquanto há tempo. A alternativa é clara. Foi expressa há muitos anos: «A libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores».

Portugal: A Revolução Impossível? foi editado em Portugal pela editora Afrontamento em 1978, uma versão resumida do original, publicado em 1977 pelas edições Solidarity (Reino Unido), com co-edições da Free Life Editions (Nova Iorque) e da Black Rose (Canadá). É o primeiro livro sobre o 25 de Abril editado pela Antígona, isto é, se não tivermos em conta *A Declaração de Guerra às Forças Armadas* de Custódio Losa.

Aceleração



Social Acceleration. A New Theory of Modernity
Harmut Rosa
Columbia University Press, 2015
512 págs.

J.T.

«Não temos mais tempo,
simultaneamente ganhamos
sempre mais»
Hartmut Rosa, *Aceleração*

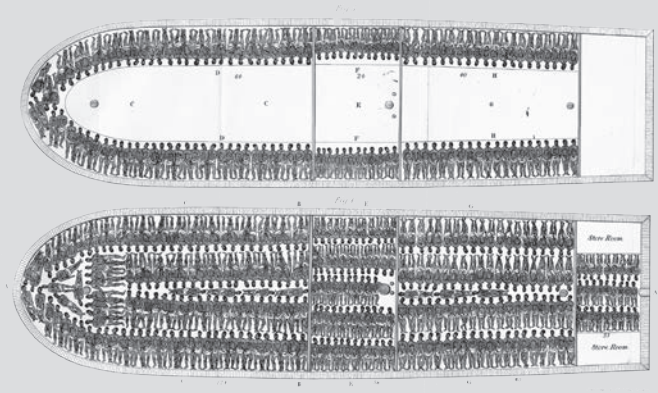
Para o sociólogo Hartmut Rosa a aceleração tornou-se a nova face da nossa alienação. No seu livro consagrado à crítica social do nosso tempo, *Aceleração*, define três categorias de aceleração: a aceleração técnica, a aceleração social e a aceleração do ritmo de vida. A primeira, a mais evidente, explica que em cem anos a velocidade da comunicação aumentou 107%, a velocidade dos transportes pessoais 102% e a do tratamento da informação de 1010%. A segunda diz respeito à «transformação crescente dos modos de associação social, das formas de prática e da substância do saber (do saber prático)» (*Aceleração e Alienação*). A aceleração do ritmo de vida pode ser definido como «o aumento do número de episódios de acção ou de experiências por unidade de tempo, o mesmo é dizer que ela é consequência do desejo ou da necessidade sentida de fazer mais coisas em menos tempo». Os processos de vida aceleram-se: comer, dormir, comunicar com os próximos, etc., ensaiamos fazer muito mais coisas num determinado tempo. Por exemplo, enviar um *email* é muito mais rápido do que escrever uma carta, mas a massa de *emails* a gerir é largamente superior à do correio. Quanto mais os meios de comunicação são diversos (SMS, redes sociais, etc.), mais o homem conectado passa tempo a comunicar em todas as direcções. A cada inovação técnica encontramos o mesmo fenómeno: quanto mais os transportes andam depressa, mais longe vão os passageiros.

Hartmut Rosa defende que a aceleração do ritmo de vida é uma resposta ao problema da finitude e da morte. Reduzindo todos os tempos mortos, os momentos de pausa, acelerando aquilo que fazemos, tentamos aumentar o número de experiências vividas para ter a ilusão de aumentar a durabilidade da nossa vida. E, como o mundo algébrico oferece um número crescente de opções disponíveis – posso comunicar com quem quiser em todo o lado, fazer os meus próprios vídeos, animar o meu blogue, partilhar a minha música, ver centenas de canais, milhões de *sites*, etc. -, «a proporção de opções realizadas e de experiências vividas em relação àquelas a que faltámos não aumentam, mas, diminuem sem parar». Daí a corrida desenfreada contra o tempo, a qual está na origem da frustração de não conseguir fazer tudo o que se quer e da insatisfação de fazer mal o que fazemos. «Assim - explica Rosa - os nossos poderes potenciais, as opções a que temos acesso aumentam sem parar, enquanto que as nossas capacidades concretas de "realização" diminuem progressivamente.»

Se bem que a aceleração técnica não implique realmente um aumento do tempo livre, a maior parte dos indivíduos continuam a estar convencidos de que as novas tecnologias vão dar-lhe esse aumento, mesmo que façam sistematicamente a experiência do contrário e que, no seu ritmo de vida, sofram de aceleração considerável. Para tentar ganhar tempo, continuam a lançar-se sobre o último produto electrónico que facilite o seu quotidiano e revolucione a sua vida. Quando existe uma tal dicotomia entre um ponto de vista e o vivido é porque entrámos no campo da crença.

Hartmut Rosa, nascido em 1965, é um sociólogo e filósofo alemão cuja obra é imprescindível editar em Portugal.

FILHA DA MÃE



europa madrasta
mãe África te acusa
teu seio é desgraça
do demónio és musa

tu és maldição tu és peste
intolerância civilização
és cristianismo submissão
tu és holocausto solidão

és castigo imposição
capitalismo és exploração
és dinheiro suor progresso
e és guerra tu és perversão

és islamismo saque servidão
luxúria e perdição
és humanismo repressão
desonestidade és tecnologia

tu és ansiedade
excesso democracia
és usura e falsidade
comércio e empresa

és tortura manipulação
escravatura
pecúlio e prisão
és colonialismo tu és genocídio

és racismo
mentira e egoísmo
tu és incerteza indústria
tristeza

individualismo és avareza
vaidade e insensatez
és fúria maldade crime
algemas injúria

europa madrasta
mãe África te acusa
teu solo é desgraça
do demónio és musa

és mordaça falhanço
américa
tu europa és pai
estupro grito de ai

és abuso engano e ganância
eu acuso tu és violência
contenda e lenocínio
fome e sangue tu és assassínio

erro nojo e azia
és dor ásia
cansaço morte
és terror

medo insegurança
terror terror terror
europa és mercado
e destruíste o meu legado

deixa que seja o amor
abraça o refugiado
deixa que seja o carinho
do meu calor feminino
a mostrar-te o caminho

partilhemos o destino
partilhemos o destino
partilhemos o destino

(Anónimo do séc. XXI,
in Cancioneiro da Negritude)

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 20
Maio - Julho 2018

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98
Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz · gui.luz@jornalmapa.pt
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, João Vinagre*, J. Martins*, X. Espada, κοινωνία, Jorge Valadas, Zita Moura*, Catarina Leal, Ricardo Ventura, PM, Júlio Henriques, MC, ZNM, Sara Moreira, Susana Baeta, Francisco Colaço Pedro, Sofia Pereira, Diana Dionísio, Guilherme Figueiredo, JT, João Gomes, André Paxiuta (Soul Frames Collective), Mimic, Bixu Pirilampa, Gäelle, Val K, PDuarte, José Reis, Joan Villaplana, Maria Ramalho

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

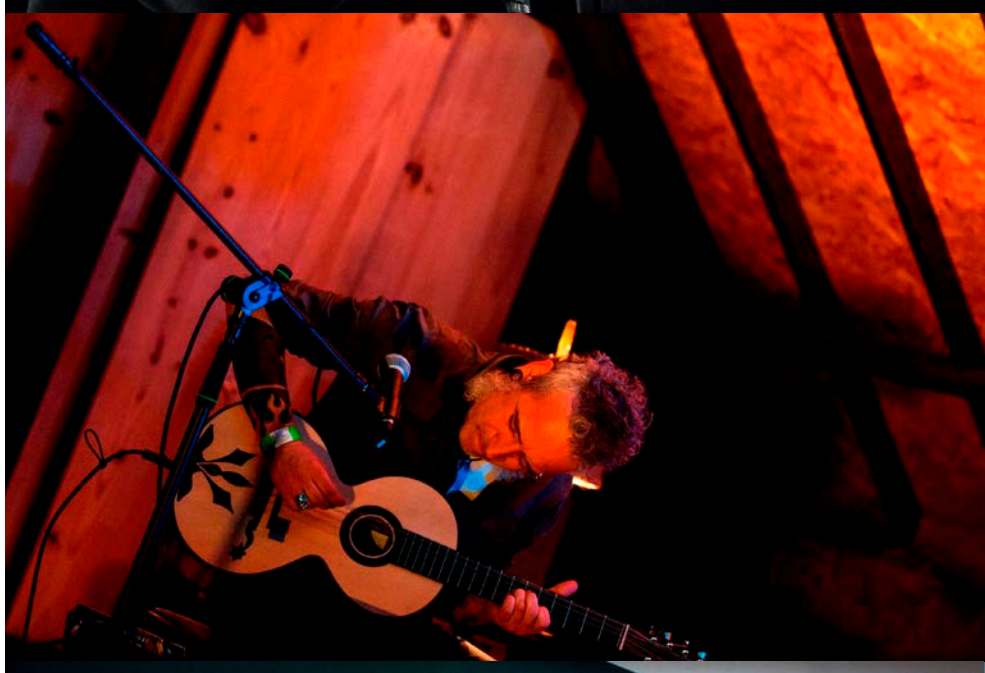
Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

A Faircoin é uma criptomoeda criada pela Faircoop, uma cooperativa global dedicada a construir um novo ecossistema económico baseado na cooperação, ética, solidariedade e justiça. A Faircoop dinamiza o Fairmarket, um mercado online de produtos e serviços, que visa também ajudar a criar redes com outros projectos e pessoas solidárias com os mercados alternativos, as finanças éticas, as moedas sociais, as acções colectivas, a inclusão social e o comércio justo. O design da Faircoin, ao contrário de outras criptomoedas, como a Bitcoin, atribui-lhe maior estabilidade e desincentiva a especulação financeira, para além de não exigir altos consumos energéticos associados à sua emissão.
O Jornal MAPA é o primeiro jornal no mundo a aceitar pagamentos em Faircoin para todas as suas modalidades e por isso está no Fairmarket em **is.gd/jornalmapa**. Em alternativa, pode ser usado o endereço da nossa carteira, através do QR-CODE ao lado. Para quem desejar apoiar o projecto, donativos em Faircoin podem também ser enviados para o mesmo endereço.
Para mais informações ou dúvidas contactar **assinaturas@jornalmapa.pt**
ou visitar **market.fair.coop | fair-coin.org**

#altpt
#altpt



#altpt
+ WORKSHOP DE STENCIL
#altpt
#altpt

DONATIVOS
MAPA

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 20
MAIO - JULHO 2018
3000 EXEMPLARES

Habemus MAPA

Um jornal financiado pela comunidade de leitores e apoiantes.

Os 5 anos de informação crítica do MAPA foram premiados com o apoio e amizade de muitos, permitindo atingir e ultrapassar o objectivo inicial de angariar, numa campanha de *crowdfunding*, o suficiente para um 2018 sem sobressaltos financeiros e com novas portas abertas para a manutenção do jornal nas ruas durante vários anos.

Houve ainda ocasião de celebrar, em Fevereiro, na Sociedade Musical da União Paredense (SMUP), com a presença e apoio de múltiplas pessoas e grupos solidários com o projecto. Nesse dia, desde a construção de um Mini-MAPA, feito pelas mãos de crianças entusiasmadas e curiosas, até a um *workshop* de *stencil*, passando por pitéus *vegan* e concertos para todos os feitios, o colectivo editorial do MAPA tem muito a agradecer a toda a gente que contribuiu para a realização desse evento. No Porto pudemos ainda sentir o calor desse apoio numa sessão no Gato Vadio, uma entre as muitas casas deste jornal.

Um jornal como este não se faz sem uma comunidade que lhe dê sentido, e ainda bem que esta comunidade cresce a cada dia, também para que se faça um trabalho cada vez melhor. É com muito orgulho que vemos que os últimos 5 anos de empenho se concretizaram no impressionante apoio de leitores e colaboradores. De facto, este é um processo colectivo entre a equipa do jornal e uma cada vez mais extensa e diversa comunidade que demonstra que, através da solidariedade, consegue garantir a continuidade de um projecto de informação e crítica.

Como não podia deixar de ser, todo este apoio obriga-nos a redobrada responsabilidade, da qual tentaremos estar à altura, mantendo o MAPA como um jornal de informação crítica, no sentido duplo de urgente e não conformada, um meio de comunicação atento que, partindo duma visão libertária do mundo, olhe para além da sua própria rama e seja espaço para todas as vozes que cantem a resistência e a liberdade.

Bem hajam. Ir-nos-emos encontrando.

MAPA BORRADO

RENOVAR A MOURARIA
1496
DAMIÃO DE GÓIS COMENTA O RESULTADO DAS REFORMAS NA CIDADE DE LISBOA
CHEGA-SE A ESTE VALE FÉRTIL E ALEGRE POR ONDE ANDAM OS SARRACENOS ATÉ QUE, COM A CIDADE A CRESCER, OS SEUS OFÍCIOS E COMÉRCIOS COMEÇAM A SER COBIÇADOS
FEZ BEM D. MANOEL EM DESFAZER A COMUNA MOURA E ABRI-LA À CIDADE
TANTA GENTE EM LISBOA QUE NUNCA PASSEOU POR ESTAS RUAS
E PURIFICADAS ESTÃO AS SUAS TRADIÇÕES
CÃES DE CRISTO!!
CALA-TE VELHO MAOMETANO
ESTÁ PODRE DE BÊBADO
AINDA BEM QUE A VIDA VOS ESTÁ A CORRER DE FEIÇÃO DEPOIS DE NOS TEREM ROUBADO AS CASAS E AS OLARIAS!!!
SE CALHAR NÃO TENS, SIMPLESMENTE, JEITO PARA O NEGÓCIO....
PENSAVAS QUE EL-REI VOS IA DEIXAR ESTAR POR AQUI À GRANDE?
AAAAARRGHH AS VOSSAS CERÂMICAS HORRÍVEIS SERÃO FEITAS COM A ARGILA DOS NOSSOS CEMITÉRIOS
OS OSSOS DOS NOSSOS MORTOS HÃO DE VOS ATORMENTAR E A PESTE VIRÁ DE NOVO PARA VOS ARRUINAR!!!...
TÁ CALADO PORCO SUJO INÚTIL
AAAAA
TUMP
DESAAAARECE!!
ALGUM PROBLEMA SENHORES?
DE MODO ALGUM! ALIÁS, OS PROBLEMAS DESTA CIDADE ESTÃO MESMO QUASE A TERMINAR!!
JOSÉ SMITH VARGAS '18